



APNOR

ESTÁGIO NA EMPRESA ÂNGELO COIMBRA & C.A.,LDA.

ENCERRAMENTO DO ANO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Rui Pedro Rios Oliveira

*Relatório de estágio apresentado no Instituto Superior de Contabilidade e
Administração do Porto para obtenção do Grau de Mestre em Gestão das
Organizações, Ramo de Gestão de Empresas*

Orientado por Prof. Doutor Eduardo Manuel Lopes de Sá e Silva
Co-Orientado pelo Mestre Adalmiro Álvaro Malheiro de Castro Andrade Pereira

Este Relatório inclui as críticas e sugestões feitas pelo Júri.

Porto, dezembro, 2014

ESTÁGIO NA EMPRESA ÂNGELO COIMBRA & C.A.,LDA.

ENCERRAMENTO DO ANO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Rui Pedro Rios Oliveira

Orientado por Prof. Doutor Eduardo Manuel Lopes de Sá e Silva
Co-Orientado pelo Mestre Adalmiro Álvaro Malheiro de Castro Andrade Pereira

Porto, dezembro, 2014

Agradecimentos

Na conclusão deste ciclo importante queria agradecer aos meus amigos e familiares. Em especial, aos meus pais, irmão e à Vânia por todo o apoio prestado ao longo de vários anos, principalmente, o grande sacrifício realizado para concretizar esta oportunidade.

Ao Professor Doutor Eduardo Sá Silva por ter aceitado orientar este relatório e pela disponibilidade e empenho que demonstrou ao longo da realização deste trabalho e ao Professor Mestre Adalmiro Pereira por me co-orientar.

À Dra. Mafalda Coimbra e à Dra. Cláudia Coimbra, sócios-gerentes da empresa, pela possibilidade de realizar o estágio curricular e por todo o apoio que me prestaram durante este tempo. Especialmente à Dra. Mafalda Coimbra, orientadora por parte da Ângelo Coimbra & C.A., Lda, por ter orientado todo o processo do meu estágio.

Aos colegas da equipa da Ângelo Coimbra & C.A., Lda, com a qual a relação estabelecida foi bastante enriquecedora e gratificante.

A todos, Muito Obrigado e votos de maiores felicidades e sucesso!

Resumo

O presente relatório tem como propósito transmitir os conhecimentos adquiridos ao longo do estágio curricular que decorreu entre dois de dezembro de dois mil e treze e vinte e oito de fevereiro do corrente ano, no âmbito do Mestrado Gestão das Organizações, na empresa de produtos químicos Ângelo Coimbra & C.A., Lda.

A carteira de clientes é bastante extensa e orientada para as atividades, que são a Enologia, a Indústria Têxtil e os Curtumes.

As principais atividades realizadas ao longo deste período podem resumir-se em tarefas de classificação, lançamento e arquivo de documentos, elaboração do encerramento do ano e das demonstrações financeiras em parceria com o Técnico Oficial de Contas. Também foram realizadas outras tarefas complementares e necessárias ao bom funcionamento da Ângelo Coimbra & C.A.,Lda.

Ao longo do relatório pode observar-se em detalhe as funções desempenhadas nesta empresa, com alguns exemplos representativos da atividade desenvolvida no departamento de contabilidade e além de isso algumas considerações sobre os departamentos de logística e qualidade na qual também despendi algumas horas.

PALAVRAS-CHAVE: Demonstrações Financeiras, Encerramento do Ano, Contabilidade, Impostos

Abstract

This report aims to transmit the knowledge acquired during the curricular internship held between two of December two thousand and thirteen and twenty eight of February of the current year, inside the Master Management of Organizations, the chemical company Angelo Coimbra & CA, Lda.

The customer base is quite extensive and oriented to the activities, which are the winemaker, the Textile and Leather.

The main activities carried out during this period can be summarized in classification tasks, launch and document filing, preparation of year-end and financial statements in partnership with the Technical Accountant. The internship also included other complementary tasks for the correct functioning of Angelo Coimbra & CA, Lda.

During the report can be seen in detail the tasks of this company, with some representative examples of the business in the accounting department and some considerations about the logistics departments and quality where I have spent a few hours.

KEYWORDS: Financial Statements, Year End, Accounting, Taxes

Resumen

Este informe tiene como objetivo transmitir los conocimientos adquiridos durante el periodo de prácticas, celebrada del dos de diciembre de dos mil e treze e veintiocho de febrero del año en curso, dentro del Máster en Gestión de las Organizaciones, la compañía química Angelo Coimbra y CA, Lda.

La cartera de clientes es bastante extensa para las actividades orientadas, que son el enólogo, el Textiles y Cuero.

Las principales actividades realizadas durante este período se pueden resumir en las tareas de clasificación, lanzamiento y archivo de documentos, preparación de fin de año y las demostraciones financieras en colaboración con el Técnico de Cuentas. Este informe también incluyó tras tareas complementarias para el adecuado funcionamiento de Angelo Coimbra y CA, Lda.

A lo largo del informe se puede ver endetalle las tareas de esta empresa, con algunos ejemplos representativos de la empresa en el departamento de contabilidad y tambien algunas consideraciones sobre los departamentos de logística y calidad que yohan pasado unas horas ahí.

PALABRAS CLAVE: Demonstraciones Financieras, CierredelAño, Contabilidad, Impuestos



INSTITUTO POLITÉCNICO
DO CÁVADO E DO AVE



INSTITUTO
POLITECNICO DO PORTO



Instituto Politécnico
de Viana do Castelo

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	iii
Abstract	v
Resumen	vii
Lista de Siglas	xviii
Introdução	1
Capítulo I -Apresentação e Enquadramento da Organização	5
1.1 História e Apresentação da Organização	6
1.1.1 História	6
1.1.2 Apresentação da Organização.....	7
1.2 Enquadramento da Organização no Banco de Portugal	9
1.3 Apresentação do Estágio	12
Capítulo II - SNC e Encerramento de Contas.....	15
2.1 Breve Apresentação da estrutura do SNC	16
2.1.1SNC – PE	17
2.1.2 SNC – ME	18
2.1.3 Características Qualitativas das Demonstrações Financeiras	18
2.2 Elaboração do Encerramento do Ano	19
2.2.1 Cálculo das Imparidades	19
2.2.2 Reversão de Imparidades.....	20

2.2.3 Cálculo das Depreciações e Amortizações	21
2.2.4 Imposto sobre rendimento	23
2.2.4.1 Cálculo das Tributaçãoes Autónomas	23
2.2.4.2 Cálculo do IRC.....	24
2.2.4.3 Cálculo da Derrama	25
2.2.4.4 Derrama estadual.....	26
2.3 Elaboração das Demonstrações Financeiras	26
2.3.1 Balanço	27
2.3.2 Demonstração dos Resultados.....	27
2.3.3 Anexo.....	28
2.3.4 Mapa de Fluxos de Caixa	29
2.3.5 Demonstração de Alterações de Capital Próprio	30
2.3.6 Relatório de Gestão.....	30
Capitulo III - Processos	33
3.1 Descrição dos Processos da Ângelo Coimbra & C.A., Lda.	34
3.1.1 Diário de Caixa.....	36
3.1.2 Diário de Bancos.....	37
3.1.3 Diário de Clientes	48
3.1.4 Diário de Fornecedores.....	50
3.2. Encerramento do Ano	53
3.2.1 Operações de Encerramento do Ano.....	54
3.2.2 Apuramento de Resultados.....	60
3.2.3 Elaboração das Demonstrações Financeiras	63
3.2.4 Prestação de Contas.....	65

3.2.5 Relatório de Gestão.....	66
3.3 Outras Tarefas	66
3.3.1 Circularização dos Clientes.....	67
3.3.2 Elaboração do Dossier de Recuperação do IVA	67
3.3.3 Elaboração do Modelo 10	67
3.3.4 Cobranças.....	67
3.3.5 Intrastat e Banco de Portugal.....	68
3.3.6 Outras (Formação OTOC, Dep. Qualidade, Dep. Logística,)	68
Conclusão.....	70
Referências Bibliográficas	72
ANEXOS.....	75

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Comparação de Indicadores Síntese entre a Ângelo Coimbra e a Média do Setor no Banco de Portugal em 2012.....	9
Tabela 2 - Localização de Sede.....	10
Tabela 3 - Natureza das Empresas.....	11
Tabela 4 - Maturidade das Empresas.....	11
Tabela 5 – Atividades realizadas no tempo de estágio.....	12
Tabela 6 - Taxas das Perdas por Imparidades (Critério Fiscal).....	20
Tabela 7 - Taxas de Depreciações e Amortizações.....	22
Tabela 8 - Taxas de Tributações Autónomas.....	24
Tabela 9 - Taxas de IRC.....	25
Tabela 10 - Taxas de Derrama Municipal.....	25
Tabela 11 - Taxas de Derrama Estadual.....	26
Tabela 12 - Recebimento de um Cliente.....	36
Tabela 13 - Despesas Correntes.....	36
Tabela 14 - Contabilização Despesas de Água e Eletricidade.....	37
Tabela 15 - Pagamento de Eletricidade e Água.....	38
Tabela 16 – Contabilização das Telecomunicações.....	38
Tabela 17 - Pagamento das Telecomunicações.....	39
Tabela 18 - Tratamento de despesas de Veículos.....	39
Tabela 19 - Pagamento das despesas com Veículos.....	40

Tabela 20 – Contabilização da Via Verde dos Veículos	41
Tabela 21 - Pagamento da Via Verde	41
Tabela 22 - Contabilização de Seguros sem Especialização	42
Tabela 23 - Contabilização com Especialização de um Seguro.....	42
Tabela 24 - Contabilização do Seguro com Especialização no ano seguinte	43
Tabela 25 - Tratamento de Despesas de Representação	43
Tabela 26 - Pagamento a Fornecedores.....	44
Tabela 27 - Serviços bancários com IVA	44
Tabela 28 - Pagamento dos Empréstimos Bancários	45
Tabela 29- Pagamento à Segurança Social.....	45
Tabela 30 - Pagamento das Retenções.....	46
Tabela 31 - Pagamento do IVA	46
Tabela 32 - Contabilização da Faturação.....	48
Tabela 33 - Contabilização das Notas de Crédito	49
Tabela 34 - Operações com Fornecedores.....	50
Tabela 35 - Contabilização da Aquisição de Imobilizado	51
Tabela 36 - Contabilização de uma Nota de Crédito.....	51
Tabela 37 - Contabilização de Honorários	52
Tabela 38 - Pagamento de Honorários	52
Tabela 39 - Contabilização de um gasto apenas faturado no ano seguinte.....	55
Tabela 40 - Contabilização de um gasto faturado no ano corrente que corresponde ao ano seguinte	55
Tabela 41 - Transferência de Saldos de Clientes.....	56

Tabela 42 - Perda por Imparidade.....	56
Tabela 43 - Lançamento das Depreciações e Amortizações	59
Tabela 44 - Apuramento dos Resultados	61
Tabela 45 - Contabilização da diferença positiva entre imposto estimado e apurado	62
Tabela 46 – Contabilização do imposto apurado	62
Tabela 47 - Contabilização da diferença negativa entre o imposto estimado e liquidado.....	63

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Logotipo da Empresa	7
Figura 2 - Carteira de Clientes por Setor.....	8
Figura 3 - Lançamento em Gestão da Compra	34
Figura 4 - Lançamento da Compra de material de Escritório	35
Figura 5 - Apuramento do IVA.....	47
Figura 6 - Sequência de Balancetes	54
Figura 7 - Mapa de Depreciações e Amortizações (MOD 32).....	58
Figura 8 - Demonstrações Financeiras obrigatórias para entidades que adotam o NCRF-PE	65

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo I- Recebimento do Cliente.....	76
Anexo II - Fatura de Material de Escritório	77
Anexo III - Fatura de Aquisição de Higiene e Segurança.....	78
Anexo IV - Fatura Recibo CTT	79
Anexo V - Fatura da EDP	80
Anexo VI - Fatura da Água	82
Anexo VII - Fatura da Vodafone	83
Anexo VIII - Fatura da Galp.....	84
Anexo IX - Fatura de Manutenção de Veículos	85
Anexo X - Fatura de Conservação e reparação	86
Anexo XI - Fatura Via Verde.....	87
Anexo XII - Seguro Multiriscos	88
Anexo XIII - Seguro Acidentes de Trabalho	89
Anexo XIV - Seguro de Veículos	90
Anexo XV - Pagamento Fornecedor.....	91
Anexo XVI - Serviços Bancários com IVA	92
Anexo XVII - Pagamento Empréstimo Bancário.....	93
Anexo XVIII - Pagamento Segurança Social	94
Anexo XIX - Pagamento Retenções na Fonte.....	95
Anexo XX - Pagamento do IVA	96

Anexo XXI - Fatura Enoport	97
Anexo XXII - Nota de Crédito Enoport.....	98
Anexo XXIII - Fatura Compra CUF – Químicos Industriais S.A.....	99
Anexo XXIV - Fatura CleverConcept.....	100
Anexo XXV - Fatura Ambisalus	101
Anexo XXVI - Fatura Aquisição de Imobilizado	102
Anexo XXVII - Nota de Crédito Fornecedor.....	103
Anexo XXVIII - Recibo Verde Guarda-Noturno	104
Anexo XXIX - Reconciliação Bancária	105
Anexo XXX - Transferência de Saldos	106
Anexo XXXI - Modelo 30	107
Anexo XXXII - Modelo 32	108
Anexo XXXIII - Lançamento Depreciações	113
Anexo XXXIV - Mapa de Fluxos de Caixa	114
Anexo XXXV - Balanço	115
Anexo XXXVI - Demonstração dos Resultados.....	117
Anexo XXXVII - Anexo	118
Anexo XXXVIII - Relatório de Gestão.....	128
Anexo XXXIX - Minuta da Circularização	131
Anexo XL – Modelo 10	132
Anexo XLI - Intrastat.....	133
Anexo XLII - Banco de Portugal	134

Lista de Siglas

AC – Ângelo Coimbra & C.A.,Lda.

Ângelo Coimbra - Ângelo Coimbra & C.A.,Lda.

AFT – Ativo Fixo Tangível

Art.º – Artigo

AT – Autoridade Tributária

BES – Banco Espírito Santo

BP – Banco de Portugal

CE – Comissão Europeia

CIRC - Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas

CIRS – Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares

CIVA - Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado

CLC – Certificação Legal de Contas

CMVMC – Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas

CSC – Código das Sociedades Comerciais

DACP – Declaração de Alterações de Capital Próprio

DL - Decreto-Lei

DF – Demonstração Financeira

DF's – Demonstrações Financeiras

DR – Demonstração dos Resultados

EBF - Estatuto dos Benefícios Fiscais

EOEP – Estado e Outros Entes Públicos

IAS/IFRS - Normas Internacionais de Contabilidade

INE – Instituto Nacional de Estatística

IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis

IMT - Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis

IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas

IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares

IS - Imposto do Selo

IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado

MOD 32 - Modelo 32 -Mapa de Depreciações e Amortizações

MFC – Mapa de Fluxos de Caixa

NCM -Normalização Contabilística para Microentidades

NCRF – Norma Contabilista de Relato Financeiro

NCRF- PE - Norma Contabilista de Relato Financeiro – Pequenas Entidades

NC – ME – Norma Contabilística – Micro Entidades

NI – Normas Internacionais

NIC – Normas Internacionais de Contabilidade

OTOC - Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

PE – Pequenas Empresas

PWC –PricewaterhouseCoopers

ROC – Revisor Oficial de Contas

SNC - Sistema de Normalização Contabilística

TA – Tributações Autónomas

TOC - Técnico Oficial de Contas

Introdução

Este relatório foi desenvolvido no âmbito de um Estágio Curricular, tendo em vista a conclusão do Mestrado em Gestão das Organizações pela Associação de Politécnicos da Região Norte.

O estágio desenvolveu-se na organização Ângelo Coimbra & C.A.,Lda na Zona Industrial da Maia Sector IV e iniciou-se a dois de dezembro de dois mil e treze e terminou a vinte e oito de fevereiro do ano corrente, com a duração de quatrocentas e cinquenta e seis horas de trabalho.

O Ângelo Coimbra & C.A.,Lda. (que no presente relatório também pode ser citada como Ângelo Coimbra ou AC) tem como missão a expansão da empresa, aprimorando competências, que aportem conhecimento nas diversas áreas de negócio onde atua, num compromisso sério com aqueles que consideramos valores fundamentais: Confiança, Lealdade e Criação de Valor.

A realização deste estágio motivou-me porque queria perceber a realidade laboral e melhorar a aplicabilidade dos diversos conceitos aumentando assim a minha experiência e dando-me bases para que no futuro o meu trabalho seja mais eficiente e com mais qualidade.

Os objetivos deste estágio curricular são, adquirir conhecimentos para proceder ao encerramento do ano e elaborar as respetivas demonstrações financeiras em parceria com o Técnico Oficial de Contas (durante o relatório será usada a sigla TOC) da empresa, que disponibilizar-me-á todos os elementos para que estas temáticas sejam corretamente elaboradas e irá supervisionar o meu trabalho para que estas sejam entregues em condições à gerência, à Administração Fiscal e Tributária. O TOC seguirá todos os processos para a elaboração das demonstrações e os documentos assentarão nas referências bibliográficas abaixo descritas e nos diversos códigos cedidos pela autoridade tributária, os vários decretos-lei e os diversos livros existentes cujo a temática é a contabilidade e o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

O presente relatório pretende apresentar a empresa onde decorreu o estágio, bem como todas as tarefas e procedimentos realizados, possibilitando assim um confronto teórico-prático entre a realidade empresarial e os ensinamentos teóricos adquiridos.

Tendo em vista o alcance dos objetivos propostos, realizei o enquadramento teórico e a aplicação prática.

No enquadramento teórico, utilizei bibliografia para a orientação de realização das demonstrações financeiras, para práticas de contabilidade utilizadas diariamente no Ângelo Coimbra & C.A.,Lda.

Desses trabalhos surgem mais pormenorizados enquadramentos relativo ao Sistema de Normalização Contabilística (denominado também no relatório de SNC), ao cálculo das Imparidades, Depreciações e Amortizações e cálculo de Impostos.

Durante este estágio foi necessário aplicar conceitos apreendidos ao longo destes anos para procedimentos normais na Ângelo Coimbra como são as cobranças e o trabalho direto com o departamento jurídico da empresa.

Na aplicação prática, realizei em parceria com o TOC todas operações de encerramento do ano e as demonstrações financeiras de modo a que estas sejam aceites pelos corpos gerentes da organização e pelas autoridades devidas, tornando assim a informação credível e válida à apreciação do Revisor Oficial de Contas para que as mesmas sejam certificadas como é exigido para uma empresa desta dimensão.

Quanto às operações de encerramento do ano temos o cálculo das Imparidades, reversões das mesmas, cálculo das Depreciações e Amortizações, Imposto sobre o Rendimento que inclui o cálculo das Tributação Autónomas, do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e o cálculo das Derramas.

Nas Demonstrações Financeiras iremos depararmos com o Balanço, Demonstração dos Resultados por Naturezas e por Funções, o Anexo, o Mapa dos Fluxos de Caixa, a Demonstração de Alterações de Capital Próprio e o Relatório de Gestão.

O relatório divide-se em três capítulos. No primeiro capítulo iremos apresentar e enquadrar a apresentar a organização onde realizei o meu estágio assim como os objetivos e plano do mesmo. No segundo capítulo foram interpretados e explicados todos os enquadramentos teóricos tendo como tema central o título do meu relatório relevando todos os aspetos necessários para o encerramento do ano e a elaboração do encerramento do ano sendo abordados todos os pontos teóricos como taxas e prazos e explicações pertinentes sobre a elaboração destas duas temáticas. No terceiro capítulo são abordados todos os capítulos e processos existentes para encerrar o ano de dois mil

e treze e elaborar o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, o Anexo, o Mapa de Fluxos de Caixa, a Declaração de Alterações de Capital Próprio e o Relatório de Gestão, sendo também tratadas outras tarefas diárias onde neste relatório surgem mais pormenorizadas tarefas como lançamento de faturas de compras, vendas, compra de material de escritório, pagamento de combustível e contabilização de honorários dos diversos profissionais que temos ao serviço da empresa. Também são abordados trabalhos de resumo mensal e anual e esporádico. As tarefas mensais consistem, na separação dos documentos e seu posterior lançamento, as cobranças, impressão e separação de faturas e notas de crédito, emissão de recibos, o arquivo de documentos, a emissão dos documentos de pagamento da Segurança Social, Retenções, Iva e o Intrastat e o Banco de Portugal. O trabalho anual é a elaboração do Modelo 10 enquanto a esporádica é a elaboração do dossier para recuperação do Imposto de Valor Acrescentado (no relatório intitula-se com IVA) e o registo de encomendas no sistema PHC.

O trabalho termina com a conclusão onde se pode ler alguns pensamentos de reflexão sobre o estágio e a empresa.

Capítulo I - Apresentação e Enquadramento da Organização

Neste primeiro capítulo, iremos apresentar e enquadrar e comparar a organização onde eu efetuei o meu estágio curricular com os dados do Banco de Portugal (designado ao longo do relatório por BP) e definir o estágio relevando os seus objetivos e o seu plano. O objetivo do estágio é aplicar as competências adquiridas na formação curricular e aplicar nas organizações onde trabalhamos aumentando assim as nossas qualidades traduzindo num trabalho melhor, mais eficiente e eficaz.

1.1 História e Apresentação da Organização

Iremos agora apresentar a empresa quanto à sua história, código de atividade económica, principais fornecedores e clientes e enquadrá-la junto do Banco de Portugal.

1.1.1 História

Ângelo Coimbra & C.^a, Lda. é uma empresa familiar que tem uma história que remonta a meados do séc. XX, tendo-se mantido ao longo de todos estes anos nas mãos da família. O fundador da empresa, Sr. Angelo Manuel Loureiro Coimbra, nascido a 26/11/1910, iniciou a sua atividade a 30 de Julho de 1949, na Rua Frei Heitor Pinto, 135, como vendedor de curtidos e importador de pelaria em bruto e de curtidos. Em 29 de Março de 1951 alargava a sua atividade a importador de produtos químicos para agricultura e óleos. Em 23 de Novembro de 1953 a sua atividade já abrangia: adubos para agricultura, produtos químicos para a indústria, couros, peles, óleos, fio, para além, de agente de negócios nacionais e estrangeiros. A sua atividade foi-se expandindo, tornando-se numa empresa importadora e armazenista de produtos químicos para diferentes áreas: curtumes, têxtil, enologia, agricultura, farmacêutica, metalúrgica, cerâmica, vidros, colas, tintas, vernizes, entre outros. Em 1970 criava-se a sociedade por quotas Ângelo Coimbra, entre os colaboradores destacava-se a filha do Sr. Coimbra, Maria Manuela Vaz Coimbra.

Em 1972 entrava para os quadros da firma o genro do Sr. Coimbra, Sr. Germano Campos Teixeira de Lima, casado com a sua única filha. A empresa foi sempre gerida pelo Sr. Angelo Coimbra, até ao seu falecimento, dia 2 de Janeiro de 1985, altura em já contava 75 anos de vida. Posteriormente, o Sr. Germano Campos Teixeira de Lima sucedeu o sogro, continuando e engrandecendo a sua obra. Nessa altura, a empresa focou-se, essencialmente, em três sectores: Têxtil, Curtumes e Enologia. Repentinamente, a 20 de Junho de 2002, falecia o Sr. Teixeira de Lima, com apenas 67 anos. Daí para cá, têm sido as suas duas filhas, Mafalda Luísa Vaz Coimbra Teixeira de Lima e Cláudia Maria Vaz Coimbra Teixeira de Lima, que têm levado esta obra por diante. (Ângelo Coimbra & C.A., 2013)

1.1.2 Apresentação da Organização

A organização Ângelo Coimbra & C.A.,Lda. é uma sociedade por quotas com um Capital Social de duzentos e cinquenta mil euros (€ 250.000,00) e ao longo dos anos têm sido considerada Pequena e Média Empresa Líder pelas entidades que atribuem este tipo de classificações. Esta empresa tem sede na Zona Industrial da Maia I, Sector IV e também possui outro armazém na zona de Vila Moreira, Alcanena.

A Ângelo Coimbra& C.A.,Lda, tem como Código da Atividade Económica (designado no relatório por CAE), o comércio por grosso de produtos químicos, cujo código é o 46750. Como o CAE indica, a empresa tem como principais ramos de atividade a Enologia, a Indústria Têxtil e os Curtumes. Dentro destas atividades, a organização tem como principais clientes a Adega Cooperativa de Favaios, Enoport, António de Almeida e Filhos,S.A e Etelor S.A. Os principais fornecedores que permitem suprir as necessidades dos nossos clientes são a Evonik Industries, AG, Lamothe-Abiet, CHR Hansen,S.A., CUF – Químicos Industriais, S.A., DeadSeaWorks,Lda.

Em dois mil e treze, o número de trabalhadores foi de 19 indivíduos e o volume de negócios rondou os 4,3 milhões de euros.

A empresa já está a laborar há três gerações e tem duas gerentes, que são a Dra. Mafalda Coimbra a Co – Orientadora do meu estágio na Ângelo Coimbra & C.A., Lda. e a sua irmã, Dra. Cláudia Coimbra.



Figura 1 – Logotipo da Empresa

Fonte: Ângelo Coimbra & C.A., 2014

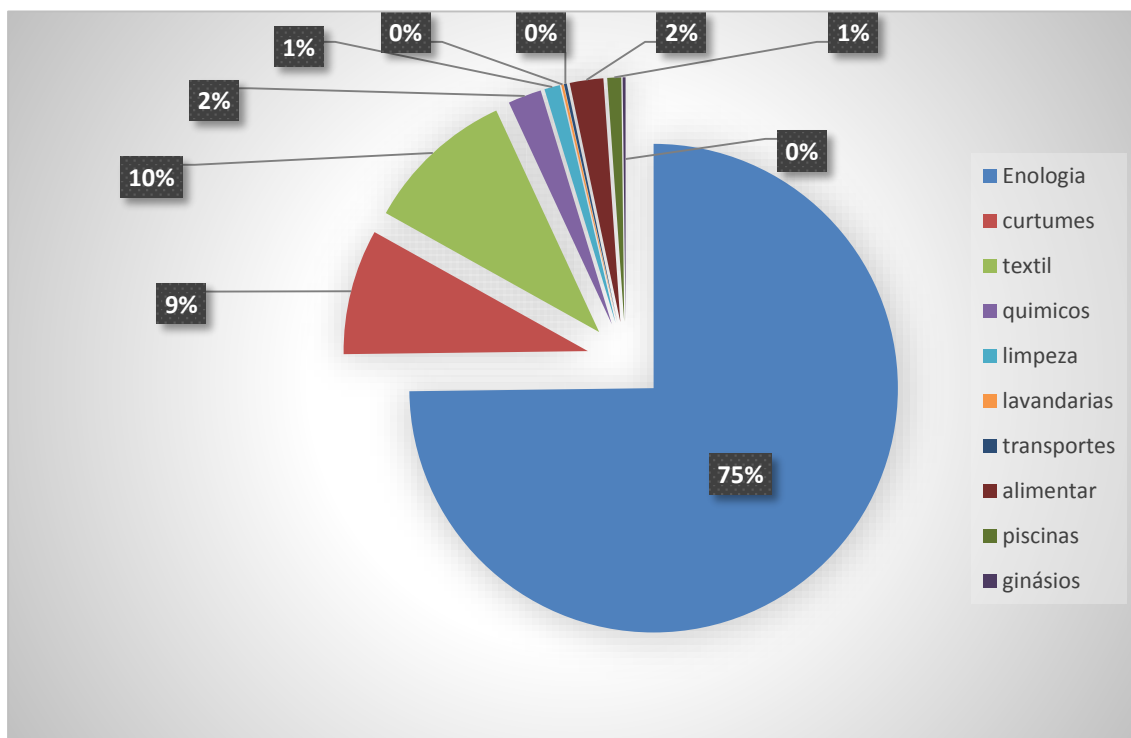


Figura 2 - Carteira de Clientes por Setor

Fonte: Elaboração Própria

Após observarmos esta figura podemos concluir que cerca de três quartos da carteira de cliente da AC é do ramo da Enologia, sendo que a têxtil e os curtumes também representam uma boa tranche da mesma. O sector alimentar e a indústria química também representa uma parte importante no volume de negócios da organização.

A maioria destas organizações utiliza a Ângelo Coimbra como principal fornecedor de um vasto leque de produtos nos quais os clientes satisfazem as suas necessidades em relação aos produtos e cabe à nossa empresa estar sempre um passo à frente dos concorrentes e satisfazer os clientes criando assim uma base de confiança total na relação comercial.

Neste gráfico fica bem latente a diversificação de mercados no qual a AC pode atingir com o comércio de produtos químicos. Com tantas áreas de venda possíveis, a empresa tenta sempre fidelizar clientes para assim crescer dado que é uma área de negócio onde os clientes necessitam de produtos de qualidade para desenvolver vinhos, malhas, peles, produtos alimentares, entre outros.

1.2 Enquadramento da Organização no Banco de Portugal

A organização Ângelo Coimbra & C.A., Lda enquadra-se num vasto leque de empresas que, suportam ao longo dos anos as vindimas das empresas de enologia, o processo de fabrico de empresas têxteis e de curtumes e de outras áreas de comércio.

Iremos então comparar os dados síntese do Banco de Portugal de 2012 com os indicadores do Ângelo Coimbra & C.A., Lda no ano de 2012. É de relevar também que, os dados do Banco de Portugal pertencem ao ano 2012 e são uma média de todas as empresas com o CAE 46750 e no qual as dimensões são distintas.

INDICADORES DE SÍNTESE	2012 Banco de Portugal	2012 Ângelo Coimbra
Ativo (em euros)	1.607.390,11	4.433.571,69
Capital próprio (em euros)	667.539,26	1.469.684,28
Volume de negócios (em euros)	2.043.946,98	4.509.388,46
Total de rendimentos líquidos (em euros)	2.086.742,50	4.434.767,59
Valor acrescentado bruto - VAB (em euros)	258.480,67	584.611,90
Resultado líquido do período (em euros)	17.680,37	5.591,00
Vendas e serviços prestados ao exterior (em euros)	228.934,54	2.336,19
Compras de bens e serviços ao exterior (em euros)	982.556,85	2.029.390,98
Número de pessoas ao serviço	6	19
Rendibilidade dos capitais próprios (%)	2,65	0,38

Tabela 1 – Comparação de Indicadores Síntese entre a Ângelo Coimbra e a Média do Setor no Banco de Portugal em 2012

Adaptado: Banco de Portugal

Comparando a tabela de dados do Banco de Portugal e da Organização depreendemos que o Ativo, o Capital Próprio e o VAB, são superiores em mais de duas vezes na Ângelo Coimbra em relação à média da BP.

O Resultado Líquido e a Rendibilidade dos Capitais Próprios em 2012 e o número de colaboradores é superior em três vezes relevando o fato de a empresa ter uma dimensão pequena.

Seguidamente iremos analisar a localização da sede, a natureza jurídica e a maturidade das empresas de comércio por grosso de produtos químicos segundo os dados do Banco de Portugal.

Em relação à sede, a sua localização é maioritariamente nos centros empresariais dos dois maiores distritos do nosso país, ou seja, Lisboa (23,88%) e Porto (27,41%). O distrito de Braga também tem 6,38 % das 737 empresas com este CAE (46750). O remanescente (40,43 %) divide-se pelos outros 15 distritos.

	2012	2012	2012
% Num Emp		Num Emp	% VN
Localização da sede	100,00%	737	100,00%
Braga	6,38%		4,86%
Lisboa	23,88%		29,95%
Porto	27,41%		27,95%
Outros	40,43%		35,34%

Tabela 2 - Localização de Sede

Adaptado: Banco de Portugal

Quanto à natureza jurídica, segundo o Banco de Portugal as sociedades por quotas representam cerca de 86 % das 737 empresas em atividade em 2012, enquanto as sociedades anónimas representam aproximadamente 9 % mas o volume de negócios médio é três vezes superior às organizações de sociedades por quotas. Por último resta-nos 2,58 % em outras naturezas jurídicas e menos de 1 % em natureza jurídica desconhecida.

	% Num Emp	Num Emp	% VN	VN – Valores Médios
Todas as Naturezas	100,00%	737	100,00%	
[Desconhecido / Em atribuição]	0,95%		0,01%	13.253,67
Sociedade Anónima	8,96%		25,69%	5.863.671,01
Sociedade por Quotas	86,16%		68,92%	1.634.957,00
Outras	2,58%		2,94%	

Tabela 3 - Natureza das Empresas

Adaptado: Banco de Portugal

Após analisarmos a natureza jurídica, vamos interpretar a maturidade das empresas que compõem este código de atividade empresarial. A maior parte (60,92%) das organizações está no mercado há mais de uma década e têm a maior parte do volume de negócios das organizações que vendem produtos químicos por grosso. Este tipo de sector funciona muito por base de confiança e quando se é parceiro de determinado cliente e este está satisfeito, e muito complicado outro fornecedor vender ao mesmo cliente dado que já existe uma relação de confiança de vários anos. As empresas até 5 anos representam (21,57 %) do sector enquanto as empresas de 6 a 10 anos correspondem a (17,50 %) das 737 organizações presentes nesta atividade.

	2012	2012	2012	2012
	% Num Emp	Num Emp	% VN	VN - Valores Médios
Todas as Empresas	100,00%	737	100,00%	
Até 5 anos	21,57%		8,68%	822.731,35
De 6 a 10 anos	17,50%		6,80%	793.935,83
A mais de 10 anos	60,92%		84,52%	2.835.538,79

Tabela 4 - Maturidade das Empresas

Adaptado: Banco de Portugal

A AC tem a sua sede localizada no Porto porque esta na proximidade de várias indústrias químicas, é uma sociedade por quotas integrando os cerca de 86 % das empresas com esta natureza e em relação a maturidade, tem cerca de 65 anos, isto é, incorpora os 60,92 % das empresas com mais de 10 anos.

1.3 Apresentação do Estágio

Este estágio teve como objetivo fundamental relacionar os determinantes laborais com os conceitos já apreendidos durante o Mestrado de Gestão das Organizações visto que o estágio tem como objetivo principal a aplicação dos ensinamentos contabilísticos, fiscais e de recursos humanos nas organizações. Este estágio permitiu perceber a realidade laboral e melhorar a aplicabilidade dos diversos conceitos aumentando assim a minha experiência e dando-me bases para que no futuro o meu trabalho seja mais eficiente e com mais qualidade.

O meu plano de estágio iniciou-se a dois de dezembro de dois mil e treze e acabou a vinte e oito de fevereiro do corrente ano. De todas as atividades que me propus, todas elas foram realizadas no tempo do estágio e foram elas:

Mês	Tarefas
Dezembro	<ul style="list-style-type: none">• Registo contabilístico de operações ligadas ao normal funcionamento da organização (faturas de compras, Notas de crédito, realização de Guias de Remessa, faturas e recibos para clientes)• Intrastat/ BP• Dossier para efeitos de recuperação do IVA• Preparação e envio das cartas para Circularização dos Clientes• Cobranças
Janeiro	<ul style="list-style-type: none">• Registo contabilístico de operações ligadas ao normal funcionamento da organização• Intrastat / BP• Modelo 10• Preparação e lançamento das operações de Encerramento do Ano (Cálculo das Imparidades, Reversão das Imparidades, Cálculo das Depreciações e Amortizações, Cálculo do Imposto sobre o Rendimento)• Cobranças
Fevereiro	<ul style="list-style-type: none">• Registo contabilístico de operações ligadas ao normal funcionamento da organização• Intrastat / BP• Preparação e elaboração das Demonstrações Financeiras (Balanço, Demonstração dos Resultados por Naturezas, Anexo, Demonstração de Alterações de Capital Próprio e Relatório de Gestão.• Cobranças

Tabela 5 – Atividades realizadas no tempo de estágio

Fonte: Elaboração Própria

Nestes três meses realizei as tarefas acima descritas, e as mais importantes são, o registo contabilístico de operações ligadas ao normal funcionamento da organização, porque sem esta tarefa não era possível realizar as duas seguintes que são: as operações de encerramento do ano e a Elaboração das Demonstrações Financeiras. Estes dois últimos temas foram os mais árduos de realizar e onde eu dediquei mais tempo dado que são necessárias muitas horas para realizar este tipo de temáticas de uma forma eficaz e transparente.

Além dessas atividades, realizei a preparação e o envio das cartas no que diz respeito à circularização dos clientes que consiste no envio dos saldos de conta corrente de clientes, fornecedores, advogado e instituições bancárias, a elaboração do Modelo 10, que neste ano só foi elaborado para os rendimentos profissionais e prediais, dado que todos os meses enviamos a Declaração Mensal de Remunerações para a AT dos trabalhadores dependentes, a elaboração mensal das Comunicação das Operações e Posições com o Exterior e Comunicação de Liquidações com o Exterior no Banco de Portugal, o Intrastat do Instituto Nacional de Estatística (INE) que resulta no Mapa de Fluxos de Chegada, que consiste nas compras intracomunitárias, os dossiers para efeitos de recuperação de IVA, ou seja, quando uma empresa é insolvente é necessário elaborar um dossier a elaborar para o Revisor Oficial de Contas para ele certificar a recuperação do IVA do cliente insolvente.

Neste tempo em que estagiei e fruto da grande crise económica que assombra Portugal tive que cobrar os créditos vencidos dos nossos clientes e foi uma tarefa difícil de concretizar dado que nas áreas de negócio em que a Ângelo Coimbra está inserido, a massa monetária dos clientes é diminuta o que leva a que haja grandes atrasos nos pagamentos das faturas vencidas.

Todas estas tarefas assentam nos princípios de transparência contabilística e foram elaborados de acordo com os princípios da organização e em consonância e supervisão do TOC.

Capítulo II - SNC e Encerramento de Contas

Neste capítulo iremos abordar o SNC e todos os aspetos necessários para elaborar um encerramento do ano e as Demonstrações Financeiras devidas, cumprindo assim todas as obrigações perante a Autoridade Tributária (seguidamente designada por AT). Com o acompanhamento do TOC e a supervisão do ROC é que este tipo de operações é possível, transparente e eficaz porque são eles os órgãos que executam estas tarefas e que as creditam de modo a obter a Certificação Legal de Contas (também referida por CLC) e o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal que é exigida para uma empresa desta dimensão.

2.1 Breve Apresentação da estrutura do SNC

A estrutura conceptual na generalidade consiste num conjunto de pressupostos, princípios e definições que um conjunto de profissionais adota para proceder a um trabalho conjunto sobre determinada matéria.

A Estrutura Conceptual do SNC, consiste então num conjunto de definições contabilísticas estruturantes, mas não constituindo uma norma propriamente dita, tem como principais finalidades: apoiar o desenvolvimento e a revisão do Normativo, ajudar os preparadores das Demonstrações Financeiras (DF's) na aplicação do SNC e ajudar os utentes das DF's na interpretação da informação (Gomes & Pires, 2011).

O SNC apresenta uma estrutura conceptual tendo por base a disposição do "International Accounting Standards Board" (IASB), constante do Anexo cinco das Observações relativas a certas disposições do Regulamento nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de dezanove de Julho, publicado pela Comissão Europeia em Novembro de dois mil e três (Rodrigues A. M., 2012).

No SNC é apresentado o Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de Julho e o anexo correspondente cujo conteúdo se prende com a aprovação e apresentação deste novo modelo de contabilização. Seguidamente encontra-se a Estrutura Conceptual que "estabelece conceitos que estão subjacentes à preparação e apresentação das demonstrações financeiras para utentes externos" (Rodrigues J. , 2014).

O Normativo também apresenta o código de contas, que sofreu algumas alterações na nomenclatura e nos conceitos utilizados, orientador das classificações a usar (Portaria nº 1011/2009 de 9 de setembro).

Na Portaria nº 986/2009 de 7 de setembro e no Aviso nº 15 655/2009 de 7 de setembro, o SNC exhibe os modelos de Demonstrações Financeiras, quer individuais quer consolidadas, algumas explicações pertinentes e úteis ao seu preenchimento e ainda estabelecem a junção entre estes instrumentos e as NCRF, no que concerne às NCRF gerais e à de carácter direcionado para as pequenas empresas (PE).

O SNC tem presente ainda o Regulamento (Comissão Europeia) nº 1606/2002 cujo objetivo era a “adoção e a utilização das Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) na Comunidade com vista a harmonizar as informações financeiras apresentadas pelas sociedades (...) por forma a assegurar um elevado grau de transparência e comparabilidade das 5 demonstrações financeiras e, deste modo, um funcionamento eficiente do mercado de capitais da Comunidade e do mercado interno” (Regulamento (CE) nº1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho. Relativo à aplicação das NIC.); O Regulamento (CE) nº254/2009 sobre acordos de concessão de serviços (IFRIC 12); o Decreto-Lei nº 159/2009 responsável pela adaptação do Código do IRC às Normas Internacionais de Contabilidade e ao SNC; e por último, o Decreto-Lei nº160/2009 onde é aprovado o regime jurídico de organização e funcionamento da CNC. Regulamento (CE) nº1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho. Relativo à aplicação das NIC (Rodrigues A. M., 2012).

2.1.1 SNC – PE

Esta norma não se dirige a todas as empresas a operar em Portugal mas foi a pensar na maioria das entidades que prestam contas que encontramos a justificação para a sua elaboração, porque a maior parte do tecido empresarial português é constituído por micro, pequenas e médias empresas. (INE, 2014)

O artigo 9º do Decreto-Lei nº 158/2009 possibilita às empresas cujas contas não estejam sujeitas obrigatoriamente à CLC, nem integrem o perímetro de consolidação a possibilidade de adoção desta norma sem prejuízo de não exceder dois dos três limites impostos: total do balanço de 1.500.000€, 3.000.000€ de total de vendas líquidas e outros rendimentos e número de trabalhadores não superior a cinquenta. Estes limites, quando ultrapassados, obrigam à transição no segundo exercício seguinte, verificando-se o mesmo quando não excedidos tendo em conta uma ótica de utilização das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (designadas também por NCRF) (Da Costa, 2009).

O objetivo da NCRF-PE sintetiza os principais aspetos de reconhecimento, mensuração, e divulgação tidos como exigências mínimos extraídas das NCRF. Confrontando as duas normas constatámos uma proximidade ao nível do reconhecimento, a mensuração conta com o modelo do custo como regime regra e as exigências de divulgação são mais flexíveis na medida em que deixa de ser obrigatório a elaboração da Demonstração dos Resultados por Funções e da Demonstração das Alterações no Capital Próprio (DACP).

Quanto à sua estrutura, podemos dizer que os pontos representam um resumo de cada uma das NCRF que se entendeu serem mais significativos para o universo das pequenas empresas nacionais a que se aplicará o SNC. Ficam de fora desta síntese temáticas como: Divulgações de partes relacionadas (NCRF 5); Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais

descontinuadas (NCRF 8); Propriedades de investimento e imparidade de ativos (NCRF 11 e 12); Agricultura (NCRF 17); Contratos de construção (NCRF 19).

A NCRF-PE não constitui, em si mesma, um referencial contabilístico autónomo pois o tratamento de algumas práticas obedecem essencialmente aos mesmos princípios das NCRF e de todo o SNC. No caso de existir necessidade, devido à não contemplação de assuntos mais complexos como por exemplo as propriedades de investimento, a imparidade de ativos, agricultura e de lacunas que inviabilizem o relato fidedigno e verdadeiro da informação, deve-se recorrer supletivamente e pela ordem indicada às NCRF e Normas Internacionais (NI), depois das NIC adotadas pela União Europeia e só em último recurso às NIC e IFRS emitidas pelo IASB (Da Costa, 2009).

2.1.2 SNC – ME

A Norma contabilística para as Micro Entidades (NC-ME), apresenta uma estrutura muito similar à NCRF-PE, com um conjunto de 18 pontos correspondentes a resumos de um conjunto de NCRF, que se entendeu serem mais adaptados para as micro entidades portuguesas. Determina igualmente aspetos de reconhecimento, mensuração e divulgação considerados como requisitos contabilísticos aplicáveis e que são mais acessíveis e menos rigorosos do que os previstos na NCRF-PE.

A Lei n.º 35/2010, de 2 de setembro e DL n.º 36-A/2011, de 11 de março permite às empresas a possibilidade de adoção desta norma sem prejuízo de não exceder dois dos três limites impostos: total do balanço de 500.000€, 500.000€ de total de vendas líquidas e o número de trabalhadores não superior a cinco. Estes limites, quando ultrapassados, em dois exercícios económicos seguintes, obrigam à transição no exercício seguinte, deixando de poder usufruir da dispensa das NCRF-PE (Rodrigues A. M., 2012).

Deste modo, o atual normativo permite uma fácil comunicabilidade vertical sempre que alterações na dimensão das entidades impliquem diferentes exigências de relato financeiro ou as mesmas optem pela alteração das normas contabilísticas gerais.

2.1.3 Características Qualitativas das Demonstrações Financeiras

No Plano Oficial de Contabilidade deparávamos com dois tipos de conceitos diferentes, os princípios contabilísticos e as características da informação financeira. No Sistema de Normalização Contabilística, mais especificamente na estrutura conceptual, agrupamos tudo e atribuímos-lhe um novo nome: Características Qualitativas das Demonstrações Financeiras.

Os dois pressupostos subjacentes são o regime de acréscimo, que consiste no efeito da operação ou acontecimento quando elas ocorrem e não quando a massa monetária seja paga ou outro

equivalente seja recebida ou paga e a continuidade que assenta no pressuposto que a organização irá continuar a laborar no futuro.

As várias características qualitativas, segundo os pressupostos do SNC são:

- A. Compreensibilidade;
- B. Relevância;
- C. Materialidade;
- D. Fiabilidade;
- E. Comparabilidade.

A compreensibilidade traduz-se na informação de fácil entendimento por parte utentes, a relevância que significa a influência nas decisões por parte dos usuários, a materialidade consiste em perceber se a omissão e inexatidão influenciaram as decisões económicas da organização, a fiabilidade, isto é, ter a segurança que a informação é fiável e que não contém erros materiais e preconceitos e a característica da comparabilidade que releva a comparação entre DF com variáveis de tempo e com outras empresas. (Silva & Pereira, 2009)

2.2 Elaboração do Encerramento do Ano

A elaboração do encerramento do ano é um processo com muita importância no ano dos profissionais de contabilidade e visa todos os registos contabilísticos não correntes, com vista ao apuramento de resultados, elaborações financeiras e demais peças contabilísticas. No entanto, é necessário que os profissionais da contabilidade entendam bem as regras e os mecanismos da fiscalidade, que permitem proceder ao encerramento das contas anuais da empresa, e que saibam lidar com os impactos contabilísticos e fiscais, determinando e gerindo, ao mesmo tempo, os resultados (Farinha & Cascais, 2011).

No encerramento do ano, iremos explicar os processos efetuados na Ângelo Coimbra, começando com o cálculo das Imparidades e reversões de imparidades, o cálculo das depreciações e amortizações e o cálculo do imposto sobre o rendimento.

2.2.1 Cálculo das Imparidades

As imparidades acontecem quando um Ativo tem uma quantia recuperável inferior à quantia escriturada, isto é, o valor que poderemos recuperar é inferior ao descrito na contabilidade. Existem vários tipos de Imparidade e são elas em dívidas a receber, em inventários, em investimentos. (Silva & Cruz, 2011)

No cálculo das imparidades utilizamos o método fiscal, ou seja:

Perdas por imparidade	Mora no pagamento	Limite
Crédito em mora	Mais de 6 até 12 meses	25%
	Mais de 12 até 18 meses	50%
	Mais de 18 até 24 meses	75%
	Mais de 24 meses	100%

Tabela 6 - Taxas das Perdas por Imparidades (Critério Fiscal)

Adaptado: Pricewaterhousecoopers (PWC)

Na Ângelo Coimbra, temos por norma retirar o balancete da conta 21 (Clientes) e um mapa de dívidas, isto é, um mapa no qual tem os nomes dos clientes e os montantes vencidos subdivididos conforme o quadro acima. Após analisarmos esse quadro e já tivermos verificado que ocorrerá a imparidade, transferimos a totalidade do crédito do cliente para a 216 (Clientes Cobrança Duvidosa) e seguidamente movimentamos a conta 219 (Clientes – Perdas por Imparidade) por contrapartida da 65 (Perdas por Imparidade).

2.2.2 Reversão de Imparidades

As inversões são efetivamente recuperações/anulações de imparidades, isto significa, que em anos anteriores já teríamos realizado a imparidade mas os créditos foram pagos, o que nos obriga a inverter a imparidade. Estas operações podem advir de recuperação financeira de clientes, de injeção de capital nessas empresas, entre outros.

Na AC registámos vários casos de cobranças tais como a Sociedade Agrícola da Quinta de São Veríssimo e a Casa do Valle Lda., que acabaram por ser efetuadas e que já tinham sido consideradas imparidades. Após isso registámos a operação de reversão ficando o cliente novamente elegível para uma relação comercial normal. Na organização verifica-se muito estas situações visto que os sectores que abrangemos passam por algumas dificuldades mas ao fim de um certo tempo tem mais folga financeira e voltam a suprir as dívidas já por nós consideradas imparidades.

2.2.3 Cálculo das Depreciações e Amortizações

Genericamente, quando se fala em depreciação de um determinado ativo, fala-se na sua perda de valor resultante de vários fatores possíveis, de acordo designadamente com o tipo de ativo que está em causa. A perda de valor dos elementos do ativo de uma empresa pode resultar de vários fatores, sendo os mais comuns os seguintes: a utilização sucessiva ao longo do tempo, a obsolescência decorrente da constante inovação, a variação do preço dos ativos nos respetivos mercados (Costa, 2011).

Em regra as depreciações e amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, tendo em conta os períodos de vida útil mínimo e máximo do bem, bem como o sector em que o bem é utilizado e ainda as condições da sua utilização. Os sujeitos passivos podem optar pelo cálculo das depreciações através do método das quotas decrescentes no caso de ativos fixos tangíveis novos, adquiridos a terceiros ou produzidos pela própria empresa, desde que não sejam mobiliário e equipamentos sociais, edifícios e viaturas ligeiras de passageiros ou mistas, exceto aquelas afetas à exploração de serviço público de transportes ou destinadas a ser alugadas no exercício da atividade normal (Artigo 4 n.º 2 Decreto Regulamentar 25/2009, de 14 de Setembro) (Costa, 2011).

Na AC antes do lançamento das depreciações e amortizações é necessário elaborar para 2013 o Modelo 32 irá definir automaticamente o valor das depreciações a registar na contabilidade subdividindo-as nas diversas categorias que são os edifícios e outras construções, equipamento básico, equipamento de transporte, equipamento administrativo e outros ativos fixos tangíveis.

Conforme previsto no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro, as taxas anuais mais apropriadas para a Ângelo Coimbra são as seguintes (sem diferenças relativamente ao anterior diploma):

Tipo de bens		Taxa anual quotas constantes (%)
Ativo fixo tangível		
	Edifícios e outras construções:	Edifícios industriais 5,00
		Comerciais e administrativos 2,00
Equipamentos de uso geral:	Oficinas:	Carpintarias 12,50
		Serralharias 14,28
	Máquinas - ferramentas:	Ligeiras 20,00
		Pesadas 12,50
		Aparelhagem e máquinas eletrónicas 20,00
		Aparelhos de laboratório e precisão 14,28
		Equipamento de escritório (fotocopiadoras) 20,00
		Mobiliário 12,50
		Computadores 33,33
		Programas de computador 33,33
		Aparelhos telemóveis 20,00
Veículos automóveis:	Ligeiros e mistos 25,00	
	Pesados de passageiros 14,28	
	Pesados e reboques, de mercadorias 20,00	

Tabela 7 - Taxas de Depreciações e Amortizações

Adaptado: PWC

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com as taxas oficialmente autorizadas para cada grupo de bens.

2.2.4 Imposto sobre rendimento

Neste ponto iremos demonstrar o cálculo do imposto sobre o rendimento das organizações que inclui: as tributações autónomas, o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e as derramas, a municipal e a estadual. Este imposto é liquidado juntamente com a apresentação do Modelo 22 (IRC). Após o Resultado Antes de Imposto, são calculadas as Tributações Autónomas, o IRC e as Derramas e lançadas na conta de Estado e Outros Entes Públicos (EOEP) ficando evidente na DR por Naturezas. Abaixo fica a indicação e o enquadramento destes impostos para uma melhor perceção da realidade das empresas.

2.2.4.1 Cálculo das Tributações Autónomas

A tributação autónoma é uma taxa aplicada a todos os sujeitos passíveis de IRC que incide sobre determinados encargos ou gastos, independentemente de serem ou não aceites para efeitos fiscais.

A tributação autónoma é apurada de forma independente do IRC e Derrama (imposto municipal) que é devido em cada exercício, por não estar diretamente relacionada com a obtenção de um resultado positivo, e por isso, passível de tributação. No caso de não obtermos resultado positivo a tributação autónoma aumenta 10 ou 20 pontos percentuais em relação às taxas quando existe resultado positivo. Efetivamente pretende-se a tributação de alguns encargos suportados ou despesas efetuadas pelas empresas, que tradicionalmente seriam usados ou teriam alguma componente remuneratória na sua génese (Lopes, 2013).

Taxa (%)

Descrição	2014	2013
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros, motos ou motociclos	10 / 27,5 / 35	10 / 20
Despesas de representação	10	10
Despesas não documentadas	50 / 70	50 / 70
Pagamentos a entidades residentes em regime fiscal claramente mais favorável	35 / 55	35 / 55
Ajudas de custo e deslocações em viatura própria não faturadas a clientes	5	5
Gastos ou encargos relativos a indemnizações decorrentes da cessação de funções de gestor, administrador e gerente	35	35
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores e gerentes	35	35
Lucros distribuídos a sujeitos passivos que beneficiam de isenção total ou parcial de IRC	23	25

Tabela 8 - Taxas de Tributações Autónomas

Adaptado: PWC

De acordo com as taxas em vigor, calculámos as tributações autónomas que visam tributar certos encargos das organizações e são liquidadas independentemente de existir matéria coletável.

No cálculo das tributações autónomas, consideramos todas as despesas e aplica-mos as taxas devidas e impostas pela autoridade tributária.

2.2.4.2 Cálculo do IRC

O IRC é o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas. Quando as empresas apuram os lucros de um determinado ano fiscal, têm de os declarar e liquidar imposto sobre esse mesmo rendimento. O lucro fiscal corresponde ao lucro contabilístico mais as correções fiscais, ou seja, a diferença entre ambos prende-se com o quadro 07 do MOD 22. O preenchimento deste quadro

permite retirar os gastos que foram indevidamente registados de acordo com o CIRC e somar os gastos que o CIRC permite deduzir para assim obter o lucro tributável á qual incide a taxa de IRC.

Taxa (%)			
	Continente	Madeira	Açores
Entidades	2013	2013	2013
Entidades residentes e estabelecimentos estáveis de entidades não residentes	25	25	17,5
Entidades residentes que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	21,5	21,5	15,05

Tabela 9 - Taxas de IRC

Adaptado: PWC

2.2.4.3 Cálculo da Derrama

Para o cálculo da Derrama, a base é o Lucro tributável e a taxa é de 1,50% (taxa Normal) e 1,00% (Taxa Reduzida). Este imposto é devido à Câmara Municipal onde pertence a sede, sendo esta taxa definida pela Câmara, ou seja, pode ser diferente de local para local. A diferença entre as Taxas abaixo descritas é que é possível aplicar a Taxa Reduzida quando uma empresa no ano anterior não tenha atingido os cento e cinquenta mil euros de Volume de Negócios.

Município	Taxa Normal	Taxa Reduzida
Maia	1,50%	1,00%

Tabela 10 - Taxas de Derrama Municipal

Adaptado: PWC

A Derrama é um imposto autárquico definido anualmente pelos municípios, tendo como limite máximo o montante de 1,5% do lucro tributável das empresas sujeitas e não isentas de IRC.

Em relação à Derrama a taxa normal definida pela Câmara Municipal da Maia é de 1,50% e a reduzida é de 1%. Estas taxas estão definidas e em vigor segundo o ofício circular nº 20.158/2012-02-03 elaborado pela Autoridade Tributária. (Tributária, 2014)

2.2.4.4 Derrama estadual

A Derrama estadual visa tributar as grandes quantidades de unidades monetárias do Lucro tributável e incide sobre entidades residentes que exerçam, a título principal, atividades de natureza comercial, industrial ou agrícola e pelas entidades não residentes com estabelecimento estável em Portugal.

Lucro tributável €	Taxa %
De mais de 1.500.000 até 7.500.000	3
Superior a 7.500.000	5

Tabela 11 - Taxas de Derrama Estadual

Fonte: Elaboração Própria

2.3 Elaboração das Demonstrações Financeiras

O objetivo das DF's é o de propiciar informação acerca da posição financeira do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade que seja proveitosa para que um vasto leque de utilizadores, na tomada de decisões como referido no parágrafo 12 da Estrutura Conceptual (Guimarães, 2008).

Apesar do objetivo referido, e das Demonstrações Financeiras terem sido preparadas com a finalidade acima referenciada, é imprescindível ter presente que as necessidades de informação dos gestores não proporcionam toda a informação de que necessitam para tomarem as suas decisões económicas uma vez que as Demonstrações Financeiras dão informação histórica sobre os efeitos financeiros de acontecimentos passados.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras foram elaborados o Balanço, Demonstração dos Resultados por Naturezas, o Anexo, o Mapa de Fluxos de Caixa, a Declaração de Alterações de Capital Próprio (DACP). As duas primeiras Demonstrações foram realizadas via software PHC 2014 sendo depois confirmadas e assinadas pelo Técnico Oficial de Contas e pela Gerência. As restantes foram elaboradas em ficheiros adaptados às necessidades da Ângelo Coimbra, respeitando as exigências impostas pelos diversos órgãos que creditam as mesmas.

2.3.1 Balanço

O balanço é habitualmente definido como um quadro patrimonial que evidencia informação referente a uma determinada data evidenciando os recursos que uma entidade utiliza e as fontes de financiamento que lhe permite usufruir desses recursos.

Tradicionalmente o balanço disponibiliza informação que possibilita ao utente avaliar a liquidez e a solvabilidade da entidade, estando organizado de forma a evidenciar os diferentes ciclos de financiamento, o curto prazo e o longo prazo.

Para que esta exigência dos utilizadores seja verificada, exige-se que se atenda à função que os elementos patrimoniais integrantes do balanço desempenham na estrutura da entidade de relato, devendo ser expostos atendendo à natureza e função dos elementos no ciclo operacional que esta verifica, devendo ser divididos atendendo à distinção corrente/não corrente.

O balanço traduz um importante instrumento para os empresários e que reflete uma leitura sobre o desempenho do seu negócio. Esta demonstração, é um instrumento contabilístico que reflete a situação económico-financeira da empresa, onde os pontos fortes e fracos são evidenciados.

Com esta demonstração financeira, pode-se estabelecer comparações claras relativamente, aos adversários mais diretos e a objetivos pré-definidos; detetar eventuais desvios entre o desempenho estimado e o real, e ainda pode servir de base a projeções sobre o seu desempenho futuro. O balanço representa a situação patrimonial da empresa (ativos, dívida e capital) num determinado período (Silva E. , 2012).

2.3.2 Demonstração dos Resultados

A Demonstração dos Resultados mostra os rendimentos e gastos incorridos pela empresa durante o período em análise. O que a empresa vendeu, menos o que lhe custou aquilo que vendeu, menos os custos de manter a própria empresa em atividade, menos a amortização dos equipamentos usados na empresa, menos os custos de financiamento da empresa, menos os impostos apurados sobre os rendimentos assim gerados. O restante é o resultado líquido (o lucro).

Existem dois tipos de Demonstrações dos Resultados que são a Demonstração dos Resultados (designada também por DR) por Funções e por Naturezas. A DR por Naturezas é obrigatória, porém, a diferença entre elas consiste na apresentação dos gastos, que pode ser apresentada ou por Naturezas ou por Funções. A escolha entre uma ou outra depende de como os gestores têm organizada a sua contabilidade, ou seja, se a contabilidade estiver dividida por centros de custos é aconselhada a DR por Funções, apesar de também apresentarem a DR por Naturezas, porque permite uma maior facilidade de apresentação dos dados. A DR por Naturezas, deve ser escolhida quando a empresa não utiliza os centros de custos e imputa os gastos de uma forma geral (Farinha & Cascais, 2011).

Na AC, como não existem centros de custos, dado que o negócio é a compra e venda de produtos químicos e não a produção dos mesmos, os gestores adotam a DR por Naturezas como Mapa das Demonstrações Financeiras (Lopes, 2013).

Uma Demonstração dos Resultados por funções deve permitir o cálculo de:

- A.** Resultados Brutos;
- B.** Resultados Operacionais;
- C.** Resultados Correntes (Antes e depois de Impostos);
- D.** Resultados Extraordinários (Antes e depois de Impostos);
- E.** Resultados Líquidos.

Uma Demonstração dos Resultados por Naturezas deve permitir o cálculo de:

- A.** Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos;
- B.** Resultado Operacional (antes de Gastos de Financiamentos e Impostos);
- C.** Resultados Antes de Impostos;
- D.** Resultado Líquido do Período.

Desde logo é de notar que estes rendimentos e gastos geram-se no momento em que se dão os factos que os originam, e não necessariamente na data em que a empresa recebe ou paga o dinheiro a eles relativo. Essa é, aliás, a grande diferença entre as Demonstração dos Resultados e o Mapa de Fluxos de Caixa. Assim, quando uma empresa acorda vender algo a um cliente, imediatamente regista a venda e o custo daquilo que vendeu na sua conta de resultados, sendo que se o pagamento não for a pronto ela ficará com uma dívida do cliente no seu Balanço.

2.3.3 Anexo

O Anexo é uma peça contabilística que reúne um conjunto de informações sobre a empresa divididas em notas. Essas informações podem ser sobre valores refletidos nas Demonstrações Financeiras, ou sobre factos e/ou situações que não estando expressas nas Demonstrações Financeiras, são significativas para perceber a realidade financeira da empresa.

Esta Demonstração Financeira é, sem a dúvida, a que tem um papel mais importante na divulgação da informação financeira e concretiza o pilar das NCRF dedicado à divulgação porque representa a informação fidedigna para que se estabeleça uma correlação entre o Balanço, a DR e o MFC.

De acordo com a NCRF1 as notas às Demonstrações Financeiras devem, de forma ordenada:

- A.** Apresentar informação acerca do regime de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas específicas selecionadas e aplicadas para transações e acontecimentos significativos;
- B.** Divulgar a informação exigida pelas Normas Internacionais de Contabilidade que não seja apresentada noutro lugar nas demonstrações financeiras;
- C.** Proporcionar informação adicional que não seja apresentada na face das demonstrações financeiras mas que seja necessária para uma apresentação apropriada.

2.3.4 Mapa de Fluxos de Caixa

O Mapa de Fluxos de Caixa (também indicado por MFC) deve relatar as entradas e saídas de caixa durante um determinado período de relato, evidenciando-os atendendo à sua ligação com:

- A.** Atividades Operacionais;
- B.** Atividades de Investimento;
- C.** Atividades de Financiamento.

Esta informação reveste-se de grande importância pois possibilita ao utente da informação financeira obter informação relativa à forma como os recursos financeiros que fluíram na organização de relato no período em questão.

As DF's anteriores têm por base o pressuposto do acréscimo, este mapa permite a passagem da informação financeira desta base para a de caixa, já que não existe uma simultaneidade entre a obtenção de resultados económicos positivos e a obtenção de meios monetários disponíveis para que a entidade possa satisfazer as suas obrigações.

É assim ferramenta de planeamento financeiro, que tem por objetivo fornecer estimativas da situação da empresa em determinado período. Ele funciona como um verdadeiro instrumento para que o administrador possa ter condições de prever défice ou superavit no decorrer dos meses, podendo realizar planeamento correto. Esta DF é uma base para no caso de défice poder agir e tentar convencer com os fornecedores solicitando prazos maiores e no caso de superavit poderemos escolher a aplicação mais rentável possibilitando o planeamento de suas ações futuras ou acompanhamento do desempenho sua organização (Silva & Martins, 2012).

Além disso, oferece aos gestores, informações relevantes sobre entradas e saídas de massa monetária, possibilitando com isso dar transparência à situação financeira da empresa e auxiliar na tomada de decisões. O MFC, como ferramenta de controlo permite ter uma avaliação mais ampla da real capacidade de geração de Cash-Flows, com o fim de honrarem compromissos e

verificarem as necessidades de financiamentos, além de demonstrarem a origem e o destino dos valores, isto é, onde estão sendo investidos.

2.3.5 Demonstração de Alterações de Capital Próprio

A Demonstração de Alterações do Capital Próprio (DACP) é uma das Demonstrações Financeiras obrigatórias para quem adota as NCRF. De acordo com estas normas, as alterações no capital próprio de uma entidade entre duas datas de balanço refletem o aumento ou a redução nos seus ativos líquidos durante o período em questão. Com a exceção das alterações resultantes de transações com detentores de capital próprio agindo na sua capacidade de detentores de capital próprio (tais como contribuições de capital, reaquisições de instrumentos de capital próprio da entidade e dividendos) e dos gastos de transação diretamente relacionados com tais transações, a alteração global no capital próprio durante um período representa a quantia total de rendimentos e gastos, incluindo ganhos e perdas, gerada pelas atividades da entidade durante esse período (quer esses itens de rendimentos e de gastos sejam reconhecidos nos lucros ou prejuízos ou diretamente como alterações no capital próprio) (Silva E. , 2012).

A DACP é estruturada em linhas e colunas e é um quadro de dupla entrada onde as linhas são discriminadas atendendo às razões que geraram as alterações no capital próprio e nas colunas constam os itens do capital próprio do balanço.

Desta forma estamos a afirmar que o resultado de um exercício não resulta apenas do resultado encontrado na Demonstração dos Resultados mas da alteração de todas as componentes do Capital Próprio, estendendo-se a noção de resultado às alterações de valor das várias rubricas do Balanço.

2.3.6 Relatório de Gestão

De acordo com o artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, o relatório deve conter uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da sociedade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas inerentes à atividade da organização e perspectivas futuras.

O Relatório de Gestão tem como objetivo proporcionar ao leitor uma avaliação minuciosa da gestão da organização, assim como as suas atividades administrativas e o cumprimento de suas metas, consolidando as informações sobre a gestão.

Este relatório destina-se a descrever, com referência às contas apresentadas, o estado e evolução dos negócios sociais e deve ser assinado por todos os administradores, gerentes ou diretores. O relatório deve conter a evolução da gestão nos diferentes sectores em que a sociedade exerceu a

sua atividade, os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício, a previsível evolução futura, as autorizações concedidas a negócios entre a sociedade e os seus administradores e a proposta fundamentada de aplicação dos resultados.

Capitulo III - Processos

Neste terceiro e último capítulo iremos descrever os processos no qual incidiu o meu estágio e iremos abordar as operações efetuadas durante o período do estágio, a elaboração do encerramento do ano e das demonstrações financeiras bem como outras tarefas desempenhadas na empresa.

3.1 Descrição dos Processos da Ângelo Coimbra & C.A., Lda.

Neste ponto do relatório a intenção é traduzir o processo anteriormente explicado para a prática diária da empresa em análise. Será feito um resumo dos principais acontecimentos de relato contabilístico, dentro de cada diário específico, e serão incluídas novas considerações informativas sempre que seja necessário. Todos estes processos são efetuados no modo de Gestão do Software e depois são integrados na módulo de Contabilidade para assim perceber em que contas é efetuado o movimento, ou seja, ao efetuamos as compras de mercadoria, inserimos uma referência na qual está afeto um código SNC e que depois na integração esse código define a que contas se movimenta na altura da integração.

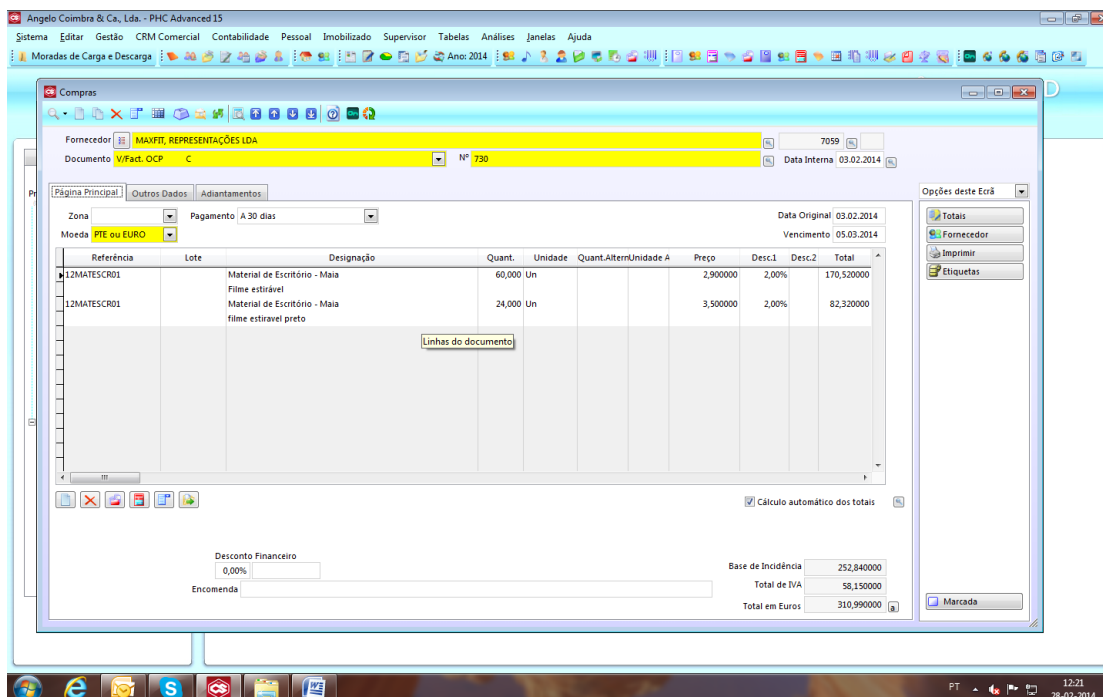


Figura 3 - Lançamento em Gestão da Compra

Fonte: PHC

Como se pode verificar na Figura nº 2, é inserida a referência do material de escritório do armazém da Maia. Após lançar esta fatura, e ao efetuar a integração percebemos quais as contas que esta compra de material de escritório afetará.

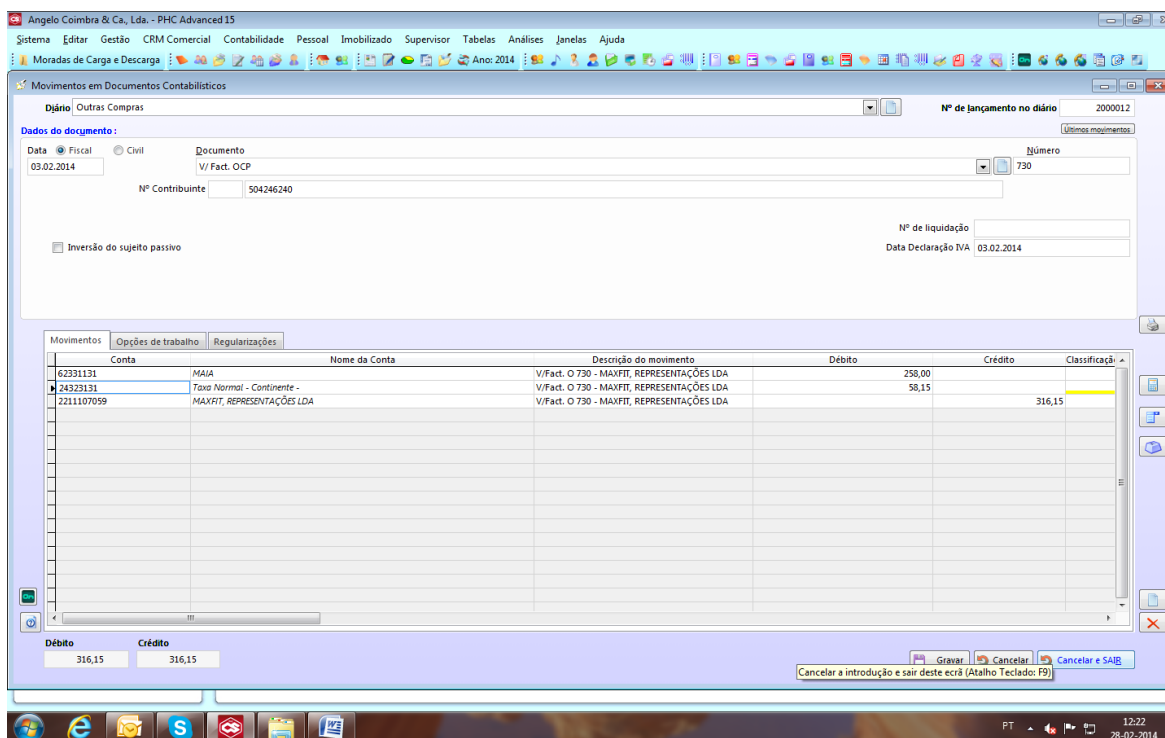


Figura 4 - Lançamento da Compra de material de Escritório

Fonte: PHC

Como se pode ver na Figura nº 3, a compra é integrada na 62331131 (aquisição de material de escritório no mercado nacional com IVA á taxa normal), 24323131 (IVA dedutível outros bens e serviços á taxa normal) por contrapartida da conta 12100002 (Banco Espírito Santo). Assim se processa a compra e a integração de uma fatura de mercadoria ou de outros bens e serviços. Conforme as faturas de venda também os gastos são separados por armazéns, isto significa, que no plano de contas existem as contas acabadas em 01 que diz respeito a gastos da Sede na Maia e 03 que corresponde aos gastos do armazém 3 em Alcanena.

3.1.1 Diário de Caixa

Neste diário encontram-se os documentos que obrigam à movimentação do dinheiro em caixa. Nos quadros abaixo resumem-se as operações mais frequentes, com a movimentação correspondente e algumas explicações pertinentes.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
111	Caixa	X	
2111103632	Clientes – Soc. Agric. D. Diniz		X

Tabela 12 - Recebimento de um Cliente

Fonte: Elaboração Própria

O recibo é um documento comprovativo de pagamento de determinado montante, como se pode ver no Anexo I. A mercadoria é entregue ao Cliente sob a forma de uma fatura e quando o pagamento em dinheiro é efetuado pelos clientes são impressos recibos. A conta de clientes encontra-se subdividida no programa de gestão de clientes.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
6233	Material de Escritório	X	
6367	Limpeza, higiene e Conforto	X	
6262311	Correio	X	
24323131	Iva Dedutível OBS	X	
111	Caixa		X

Tabela 13 - Despesas Correntes

Fonte: Elaboração Própria

Na tabela acima apresento despesas correntes realizadas e descritas em forma de fatura simplificada e que, efetivamente podem e são normalmente pagas em dinheiro. É importante referir que algumas empresas nas quais nos fornecem este tipo de materiais não vendem a crédito, o que nos leva a ter que ter um saldo de caixa para satisfazer estas necessidades. Em relação ao correio, esta rubrica inclui as cartas das faturas e recibos que se enviam através dos CTT (Anexo IV). Esta rubrica também inclui a compra de material de escritório e a compra de produtos de limpeza, higiene e conforto a pronto pagamento, como se pode consultar no Anexo II,III, respetivamente.

Neste diário estão considerados os principais movimentos em dinheiro da Ângelo Coimbra. Na minha opinião, esta rubrica funciona corretamente e de uma forma transparente por isso penso que nesta rubrica não haverá qualquer ponto a apontar quanto ao claro funcionamento da mesma.

3.1.2 Diário de Bancos

Os pagamentos efetuados através de transferências ou da utilização de cartão de débito são inseridos neste diário. Assim sendo, este diário é representado por uma variedade de acontecimentos que vão desde o pagamento a fornecedores, a funcionários, ao Estado, aos bancos por meio de juros. As entradas de dinheiro na Instituição Bancária por meio de depósitos são incluídas neste diário. A contabilização dos depósitos é feita a débito da conta de bancos por contrapartida da conta de Caixa no caso de termos recebido em numerário ou em cheque.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
62411131/62431111	Eletricidade/Água	X	
68126	Taxas – Audiovisual	X	
24323131	Iva Dedutível OBS	Y	
68127	Taxas – Tarifa Resíduos Sólidos	X	
2211107082/2211105017	Fornecedores Eletricidade/Água		3X+Y

Tabela 14 - Contabilização Despesas de Água e Eletricidade

Fonte: Elaboração Própria

A classificação é feita passando pela conta específica de Eletricidade / Água, pelas tarifas, por contrapartida das contas devidas de Fornecedores. A Eletricidade e a Água são despesas correntes que a empresa tem e que são pagas por débito direto (ver Anexo V e VI) à data estabelecida na fatura, ou seja, como se pode ver abaixo debita-se a conta 121 (Banco) e credita-se a conta respetiva de fornecedor.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
2211107082/2211105017	Fornecedores Eletricidade/Água	X	
12100002	BES		X

Tabela 15 - Pagamento de Eletricidade e Água

Fonte: Elaboração Própria

As telecomunicações são serviços indispensáveis à atividade desta empresa e, tal como os anteriores, são pagos por débito direto nas datas descritas obrigando assim à movimentação do banco e justificando a sua inclusão neste diário. As rubricas de telefone e outros serviços de comunicação estão presentes na mesma fatura, como podemos ver no Anexo VII, com a apresentação da fatura das despesas em telecomunicações da Vodafone.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
626213101	Telefones	X	
68126	Taxas – Audiovisual	X	
24323131	Iva Dedutível OBS	Y	
2211105450	Fornecedores Telecomunicações		2X+Y

Tabela 16 – Contabilização das Telecomunicações

Fonte: Elaboração Própria

O quadro abaixo indica o pagamento de um fornecimento de um serviço externo de uma fatura de telecomunicações.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
2211105450	Fornecedores Telecomunicações	X	
12100002	BES		X

Tabela 17 - Pagamento das Telecomunicações

Fonte: Elaboração Própria

Os veículos são identificados consoante a classe e o tipo a que pertencem, quanto à classe podem ser ligeiros (veículo com peso bruto igual ou inferior a 3500kg e com lotação não superior a nove lugares incluindo o condutor) ou pesados (peso superior a 3500kg ou com mais de nove lugares); quanto ao tipo podem ser de passageiros (os veículos que se destinam ao transporte de pessoas), de mercadorias (destinam-se ao transporte de carga), ou especiais (os automóveis de passageiros e de mercadorias destinados ao desempenho de uma função diferente do transporte normal de passageiros ou mercadorias).

Conta	Descrição	Débito	Crédito
6242111307	Gasóleo - 50 %	X	
24323131	Iva dedutível OBS - gasóleo	Y	
6226121104	Conservação e Reparação	Z	
24323131	Iva dedutível OBS – taxa 23%	W	
2211106998/2211107099/2211105022	Fornecedores Adélio G. da Silva, Lda / Galp Energia / Sópneus, Lda		X+Y+Z+W

Tabela 18 - Tratamento de despesas de Veículos

Fonte: Elaboração Própria

A AC tem no seu imobilizado cinco viaturas pesadas de mercadorias, seis viaturas ligeiras de passageiros e dois veículos ligeiros de mercadorias que, devido às suas diferenças têm tratamentos contabilísticos diferentes.

Tendo em conta o artigo 21º, nº1 alínea b) do CIVA, podemos dizer que o gasóleo de todas as viaturas só é dedutível em 50% do montante, sendo 100% apenas nos casos descritos na mesma legislação apontada. Quanto às despesas relacionadas com a conservação e manutenção (neste caso só foram expostas despesas de conservação e reparação) das viaturas posso avançar que a dedução é total.

As viaturas ligeiras de passageiros merecem idêntico tratamento no que diz respeito ao combustível mas as despesas a ela associada não conferem direito a dedução e, fiscalmente, estão sujeitas a uma taxa de 10% ou 20% (conforme o valor de aquisição) de tributação autónoma que no final do exercício aumentam ao valor de IRC apurado aquando da elaboração da Modelo 22.

Os seguros, portagens e imposto de circulação (outras despesas com veículos automóveis) são normalmente pagos por transferências bancárias. Tal como já foi dito anteriormente apenas as despesas respeitantes às viaturas ligeiras de passageiros não conferem direito à dedução de IVA.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
2211106998/2211107099/2211105022	Fornecedores Adélio G. da Silva, Lda / Galp Energia / Sópneus, Lda	X	
12100002	BES		X

Tabela 19 - Pagamento das despesas com Veículos

Fonte: Elaboração Própria

Na Ângelo Coimbra as despesas com combustíveis estão entregues à Galp mediante um contrato, no qual cada viatura tem um cartão próprio para abastecimentos nos postos Galp e no final do mês existe um resumo de litros dos abastecimentos que são pagos ao preço de referência da Galp. Como podemos observar no Anexo VIII a faturação é mensal e o prazo de pagamento é quinzenal e é efetuado por Débito Direto. Quanto às despesas com os veículos, na Zona Industrial da Maia existem diversas empresas que oferecem os seus serviços, como por exemplo para mudança de pneus, vamos à Sópneus (Anexo IX), para reparação dos automóveis recorremos à empresa Adélio G. da Silva, Lda. (Anexo X).

Nos quadros abaixo estão indicados os tratamentos (contabilização e pagamento) que temos para com a Via Verde em relação às portagens e parques dos veículos. Cada veículo tem o seu próprio identificador de Via Verde e a faturação é mensal, sendo o prazo de pagamentos quinzenal pelo modo de débito direto como podem observar no Anexo XI.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
626812110	Portagens e parques	X	
626812110	IVA de portagens e parques	Y	
2211100351	Via Verde		X+Y

Tabela 20 – Contabilização da Via Verde dos Veículos

Fonte: Elaboração Própria

Conta	Descrição	Débito	Crédito
2211100351	Fornecedores	X	
12100002	BES		X

Tabela 21 - Pagamento da Via Verde

Fonte: Elaboração Própria

A empresa tem diversos seguros, e são eles o de Acidentes de Trabalho, o de Multirriscos Empresariais, o dos Veículos e ainda os seguros dos 3 empilhadores que laboram nos armazéns. O quadro abaixo espelha o tratamento que é dado aos seguros cujo período do mesmo é correspondente ao ano civil como são o de Acidentes de Trabalho e o de Multirriscos, (Anexo XII e XIII). Para facilitar o trabalho destas temáticas a AC tem um agente de seguros que trata de toda a área envolvente ligada às apólices, sinistros e melhores cotações dado que este corretor trabalha com todas as seguradoras e consegue escolher e apresentar a melhor proposta para nos proporcionar um bom seguro, tendo em conta a nossa realidade.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
6263	Seguros	X	
2211107043	Costa Duarte Corretor de Seg.		X

Tabela 22 - Contabilização de Seguros sem Especialização

Fonte: Elaboração Própria

No caso dos seguros de viaturas, o período do recibo é de dezassete de outubro de dois mil e treze até dezassete de outubro do ano seguinte o que obriga a AC a realizar a especialização do mesmo de modo a considerar gasto apenas a respetiva parte do valor no ano de dois mil e treze e no ano seguinte considerar a restante tranche nos custos da empresa. No quadro abaixo iremos observar a contabilização do respetivo seguro e a percentagem respetiva a dois mil e treze é considerado gasto do ano dois mil e treze e a restante percentagem é considerado gasto a reconhecer no ano seguinte (Anexo XIV).

Conta	Descrição	Débito	Crédito
6263	Seguros Viaturas	% X	
281	Gastos a reconhecer	% Y	
2211107043	Costa Duarte Corretor de Seg.		% X+ % Y

Tabela 23 - Contabilização com Especialização de um Seguro

Fonte: Elaboração Própria

Ambos os seguros (Acidentes de Trabalho, Multiriscos e Veículos) são pagos à data de liquidação do mesmo e movimentam-se debitando a conta de Fornecedores (221) pelo montante do seguro e creditando a Instituição Bancária (121) na qual se realizou o pagamento.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
6263	Seguros Viaturas	% Y	
281	Gastos a reconhecer		% Y

Tabela 24 - Contabilização do Seguro com Especialização no ano seguinte

Fonte: Elaboração Própria

No ano seguinte e como podemos ver no quadro acima, a operação a realizar é anular o diferimento constituído no ano anterior e torna-lo gasto no novo ano transparecendo assim para o novo ano a percentagem respetiva ao seguro dos veículos.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
6266	Despesas de Representação	X	
12100006	Millennium BCP		X

Tabela 25 - Tratamento de Despesas de Representação

Fonte: Elaboração Própria

As despesas de representação, segundo o Art.º 81 n.º 7 do CIRC, “Consideram-se despesas de representação, nomeadamente, os suportados com receções, refeições, viagens, passeios e espetáculos oferecidos no País ou no estrangeiro a clientes ou a fornecedores ou ainda a quaisquer outras pessoas ou entidades”. Estas despesas, de acordo com as alíneas c), d), e) do n.º1 do artigo 21º do CIVA não conferem direito a dedução e o seu tratamento fiscal é igual ao anteriormente disposto para o caso das viaturas ligeiras de passageiros.

Para proteção da organização Ângelo Coimbra & C.A.,Lda. as despesas de representação não foram facultadas a este relatório.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
2211100119	Quim tejo- Produtos Químicos, Lda	X	
12100006	Millennium BCP		X

Tabela 26 - Pagamento a Fornecedores

Fonte: Elaboração Própria

Esta operação trata de uma movimentação elementar das contas de fornecedores e de banco ou caixa, consoante o meio de pagamento. No Anexo XV podemos ver um documento de pagamento ao Fornecedor Quim tejo – Produtos Químicos, Lda.

O Fluxo de Caixa consiste na entrada ou saída de dinheiro da empresa, ou seja, o montante de dinheiro recebido ou pago pela empresa em determinado período de tempo. Existem dois tipos de fluxos, o fluxo de saída que corresponde à saída de massa monetária da empresa e o fluxo de entrada que traduz-se na entrada de dinheiro na empresa.

Existem dois tipos de cálculo para os Fluxos de Caixa, o primeiro é pelo método das variações que é o método adotado pela Ângelo Coimbra e o outro é pelo método da Contabilidade Analítica.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
688881	Serviços Bancários	X	
24323131	Iva Dedutível OBS	Y	
12100002	BES		X + Y

Tabela 27 - Serviços bancários com IVA

Fonte: Elaboração Própria

Como é natural, a movimentação e gestão de uma conta bancária acarreta algumas despesas cujo tratamento está acima simplesmente exemplificado, como podemos observar no Anexo XVI.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
2511100015	Empréstimos Bancários	X	
691111	Juros	Y	
12100006	Millennium BCP		X + Y

Tabela 28 - Pagamento dos Empréstimos Bancários

Fonte: Elaboração Própria

Como é normal nas empresas, e a AC não foge à regra, é necessário socorrer-se das instituições bancárias para pedir empréstimos para realizar diversas atividades, como o investimento e a criação de um Fundo de Maneio para fazer-se face às despesas correntes para normal funcionamento da entidade em questão. No Anexo XVII podemos observar um Aviso de Débito do Banco Millennium BCP face ao pagamento da Ângelo Coimbra de uma mensalidade do empréstimo que temos perante esta entidade bancária. Os juros também vêm mencionados neste documento e são contabilizados como um gasto.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
2451/2452	EOEP - Contribuições para a Segurança Social – Entidade Patronal / Trabalhador	X	
12100006	Millennium BCP		X

Tabela 29- Pagamento à Segurança Social

Fonte: Elaboração Própria

O pagamento das Contribuições à Segurança Social tem que ser efetuado até dia vinte do mês seguinte ao qual dizem respeito as remunerações. Os tratamentos são diferentes, isto é, as contribuições para os gerentes são contabilizados noutra subconta diferente da contabilização dos empregados por conta de outrem. No Anexo XVIII podemos observar a guia de pagamento à Segurança Social com uma taxa de trinta e quatro vírgula setenta e cinco pontos percentuais que se traduzem em onze por cento correspondentes aos descontos das remunerações próprias dos

trabalhadores e os restantes vinte e três vírgula setenta e cinco por cento dos descontos obrigatórios a efetuar pela entidade empregadora.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
2421	EOEP – Retenções Trabalho Dependente	X	
24221	EOEP – Retenções Rendimentos Empresariais	X	
24122	EOEP – Retenções Prediais	X	
244112311	Títulos de Crédito	X	
12100006	Millennium BCP		4 X

Tabela 30 - Pagamento das Retenções

Fonte: Elaboração Própria

Como no pagamento à Segurança Social, o pagamento das Retenções tem como data limite o dia vinte do mês seguinte. Como podem ver no Anexo XIX, a AC tem as Retenções do Trabalho Dependente que são os trabalhadores da própria entidade mais as Retenções efetuadas em regime empresarial que se justificam pelo recibo verde emitido mensalmente pelo guarda noturno e as Retenções efetuadas pela imobiliária à qual nos pagamos uma renda mensal pelas instalações na Maia. No Anexo XIX também se pode observar o pagamento das retenções pelos títulos de crédito que é o Imposto de Selo das Letras descontadas, na qual a responsabilidade é da instituição bancária em causa. O primeiro movimento é lançar a crédito na conta 68123231 Letras por contrapartida da 244112311 e depois aquando o pagamento é debitada a conta 244112311 e creditado o Banco pelo pagamento deste imposto.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
24361	EOEP – Iva a pagar	X	
12100006	Millennium BCP		X

Tabela 31 - Pagamento do IVA

Fonte: Elaboração Própria

No quadro acima e no Anexo XX, temos o pagamento do Imposto de Valor Acrescentado que corresponde às diferenças entre as operações de dedução, liquidação e regularizações do IVA presentes num determinado mês. Esta declaração na AC é mensal e tem que ser enviada até dia 10 do segundo mês após terem ocorrido estas operações, ou seja, o ficheiro e a liquidação do mês de Fevereiro corresponde às operações do mês de dezembro. O apuramento do IVA não é da minha competência, apenas é o envio da declaração para a AT por ficheiro e a posterior impressão da guia de pagamento do IVA. Porém o apuramento do IVA realiza-se da seguinte forma, como se pode verificar na figura abaixo:

24351 – IVA Apuramento

2432 – IVA Dedutível

2434 – Regularizações a favor da
Empresa

2433 – IVA Liquidado

2434 – Regularizações a favor do
Estado

Figura 5 - Apuramento do IVA

Fonte: Elaboração Própria

Na conta 24351 (IVA Apuramento), do lado do débito insere-se o valor dedutível do IVA decorrente das compras ou aquisições de serviços às taxas respetivas e as regularizações do IVA a favor da empresa que se traduzem nas notas de crédito que a AC faz aos clientes. Do lado do crédito insere-se o valor do IVA liquidado das Vendas da empresa e as regularizações do IVA a favor do Estado que são as notas de crédito realizadas pelos nossos fornecedores à Angelo Coimbra. Após isto a conta 24351 irá dar um saldo, se resultar de saldo devedor será IVA a recuperar e o saldo irá para a conta 2437 e no caso de o saldo ser credor, existe lugar ao pagamento de IVA e o saldo irá para a conta 24361 (IVA a pagar).

Neste diário estão representadas a maior parte das saídas de massa monetária da organização onde efetuei o estágio. Desde pagamentos a fornecedores até pagamentos a estados, esta rubrica está completa de operações a realizar ao dia-a-dia na AC. O software PHC ajuda a programar os pagamentos de acordo com as datas de vencimento das faturas no entanto, face á crise atual e ao pouco fundo de maneiio que a empresa tem, existem duas coisas a relevar e são elas: o pagamento ao estado no último dia da data de vencimento e a inexistência de um dia certo para pagamentos a fornecedores. O que acontece é que, o tardio pagamento das obrigações, ou seja, normalmente os pagamentos dos impostos são efetuados no último dia de vencimento ou caso esse dia seja ao fim de semana, as liquidações são feitas na segunda-feira seguinte pode levar a falhas e a erros dado que os sistemas poderão falhar no dia de vencimento e caso não funcionem poderão trazer coimas para a empresa. O segundo reparo na minha opinião é a inexistência de um dia certo do mês para pagamentos, por exemplo última sexta-feira do mês, o que resulta numa carga de trabalho maior para o gerente porque primeiro, para faturas vencidas, os fornecedores estão constantemente a telefonar e a solicitar previsão de pagamento e caso existisse um dia certo, eles já saberiam o dia do mês em que seria liquidada a fatura ou as faturas. Em segundo lugar seria muito menos trabalhoso para a gerente ter um dia certo porque não a obrigaria diariamente a efetuar pagamentos aos fornecedores.

3.1.3 Diário de Clientes

Tal como aconteceu no diário anterior, serão aqui apresentados os principais movimentos contabilísticos desta empresa oriundos da sua prática diária. Neste diário movimentam-se essencialmente as contas de clientes através de faturas e notas de crédito.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
7111111	Vendas		X
7211131	Prestação de Serviços		X
24331111	Iva Liquidado		Y
2111100127	Enoport – Prod. De Bebidas S.A.	2X + Y	

Tabela 32 - Contabilização da Faturação

Fonte: Elaboração Própria

Conta	Descrição	Débito	Crédito
71711131	Devolução de Vendas	X	
24341231	Iva Regularizações	Y	
2111100127	Enoport – Prod. De Bebidas S.A.		X +Y

Tabela 33 - Contabilização das Notas de Crédito

Fonte: Elaboração Própria

Na Ângelo Coimbra existem três diferentes séries de faturas. (Fatura S1 / S2 / S3). A fatura S1 diz respeito às vendas feitas no armazém da Maia, a fatura S2 diz respeito às entregas diretas, isto é, quando vendemos mercadoria que não chega a entrar nas nossas instalações, é carregado no nosso fornecedor e entregue diretamente no nosso cliente. A fatura S3 corresponde as vendas de mercadorias que se realizam no nosso outro armazém em Vila Moreira, Alcanena. Juntamente com as faturas, temos no mesmo raciocínio as notas de crédito, as guias de remessa, os armazéns e as faturas recibo.

As faturas e as notas de crédito da AC são datadas e numeradas sequencialmente, (como podem examinar consultando o Anexo XXII e XXIII), são realizadas pelo Software PHC e todas elas respeitam as diversas normas impostas pelas Finanças e são elas (Artigo nº 36 nº 5 do CIVA):

- A.** Os nomes, firmas ou denominações sociais e a sede ou domicílio do fornecedor de bens ou prestador de serviços e do destinatário ou adquirente, bem como os correspondentes números de identificação fiscal dos sujeitos passivos de imposto;
- B.** A quantidade e denominação usual dos bens transmitidos ou dos serviços prestados, com especificação dos elementos necessários à determinação da taxa aplicável; as embalagens não efetivamente transacionadas devem ser objeto de indicação separada e com menção expressa de que foi acordada a sua devolução;
- C.** O preço, líquido de imposto, e os outros elementos incluídos no valor tributável;
- D.** As taxas aplicáveis e o montante de imposto devido;
- E.** O motivo justificativo da não aplicação do imposto se for caso disso;
- F.** A data em que os bens foram colocados à disposição do adquirente, em que os serviços foram realizados ou em que foram efetuados pagamentos anteriores à realização das operações, se essa data não coincidir com a da emissão da fatura.

Neste diário, bem suportado pelo módulo de gestão do PHC, na minha opinião deve-se agilizar a emissão das faturas de forma a ser mais rápido a emissão das mesmas e consequentemente a data de vencimento e a liquidação das mesmas. A faturação da AC é semanal, isto significa que, quando o cliente leva por exemplo uma guia de remessa na terça-feira, a fatura só é efetuada na sexta-feira e o cliente só a recebe por CTT na quarta-feira da próxima semana o mais tardar, ou seja, desde que levantou a mercadoria e se faturou passaram três dias nos quais o cliente não vai considerar para data de vencimento e se considerarmos o momento em que recebe a fatura o cliente ganhou no mínimo uma semana de folga financeira porque desde que levou a mercadoria até receber a fatura passou uma semana. Na minha opinião deveríamos deixar de utilizar as guias de remessa e o documento que acompanharia a mercadoria seria já a fatura final para assim o cliente não ganhar tempo de vencimento. Outra opção seria continuar com as guias de remessa e o cliente aderir á faturação via email mas isso é não era concretizável neste setor visto que, uma parte dos produtores de vinho não utiliza o computador com frequência o que levaria á perda dos documentos.

3.1.4 Diário de Fornecedores

Neste diário abordamos a compra de mercadorias, imobilizado, material de escritório sob a forma de faturas e notas de crédito, no qual temos condições de crédito perante os nossos fornecedores. Também esclarecemos a contabilização de honorários e serviços especializados.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
3111131	Mercadorias	X	
24321131	Iva Dedutível	Y	
62331131	Material de Escritório	X	
62211111	Serviços especializados	X	
24323131	Iva Dedutível OBS	Y	
2211100060/2211107017/ 221110007015	CUF – Químicos Industriais, S.A./ CleverConcept, Lda/ Ambisalus, Consultoria Ambiental, Lda		3 X + 2 Y

Tabela 34 - Operações com Fornecedores

Fonte: Elaboração Própria

Todas estas faturas (Anexos XXIV, XXV,XXVI) são faturas de aquisição de mercadorias, material de escritório e de serviços especializados, nos quais nós temos crédito perante estes fornecedores, ou seja, registámos a crédito na conta 221 (fornecedores) respetiva e na data de vencimento liquidamos por transferência Bancária.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
433	AFT – Eq. Básico	X	
434	AFT – Eq. Transporte	X	
435	AFT – Eq. Administrativo	X	
437	Outros AFT	X	
24322131	Iva dedutível - Imobilizado		
2711123	Fornecedores de Imobilizado		4X

Tabela 35 - Contabilização da Aquisição de Imobilizado

Fonte: Elaboração Própria

A contabilização da compra de um elemento a incluir no imobilizado é lançada a débito pelas contas específicas dos equipamentos que constam no imobilizado por contrapartida do fornecedor, que pode ser incluído na conta de fornecedores conta corrente. No Anexo XXVII está presente uma fatura de aquisição de imobilizado nomeadamente de Equipamento Administrativo.

Conta	Descrição	Debito	Crédito
2211100345	Gasin II – gases Indus. Unip.	X + Y	
3181113	Devolução de Compras		X
24342231	Iva regularizações		Y

Tabela 36 - Contabilização de uma Nota de Crédito

Fonte: Elaboração Própria

A tabela número trinta e sete contempla a situação mais comum que origina a faturação de uma nota de crédito que é uma devolução de mercadoria. Estas devoluções acontecem por envio de mercadoria danificada na qual a AC é completamente alheia (consultar Anexo XXVIII).

Conta	Descrição	Débito	Crédito
6224111131	Honorários	X	
24323131	Iva dedutível	$Y = 23 \% X$	
24221	Retenções – Rend. Profissionais		$Z = 25 \% X$
27810018	Devedores e Credores – Guarda-Noturno		$W = X+Y- Z$

Tabela 37 - Contabilização de Honorários

Fonte: Elaboração Própria

Conta	Descrição	Débito	Crédito
12100006	Millennium BCP	W	
27810018	Devedores e Credores – Guarda-noturno		W

Tabela 38 - Pagamento de Honorários

Fonte: Elaboração Própria

Habitualmente a contratação de serviços de profissionais independentes nesta empresa dizem respeito à contratação de uma advogada e de um guarda-noturno que põem ao dispor da empresa as suas habilitações e conhecimentos. Após a contabilização procede-se também ao pagamento da retenção, calculada de acordo com o disposto no nº1 do artigo 101º do CIRS. O trabalhador independente é obrigado a apresentar o recibo verde aquando do pagamento do serviço prestado. As taxas de IVA e de retenção na fonte são de 23% e 25% respetivamente (consultar Anexo XXIX).

Sempre que os honorários não são efetivamente pagos a sua contabilização passa pela utilização a crédito da conta 278. Quando se procede ao pagamento salda-se essa conta por contrapartida da conta por meio da qual se efetuou o pagamento. Quanto ao enquadramento dos impostos nos recibos verdes existem dois tipos de impostos, o IRS e o IVA. Apenas nos casos em que o prestador de serviços obtenha no ano anterior rendimento bruto de mais de dez mil euros ou seja exatável nesse ano atingir esse valor, é que o IVA incide sobre o recibo verde (Artigo 53º do CIVA). Quanto ao IRS, o imposto incide sob os dois regimes disponíveis, ou o prestador de serviços está em regime simplificado (recebeu menos de cento e cinquenta mil euros anuais) ou em regime de contabilidade organizada (recebeu mais de cento e cinquenta mil euros anuais), isto significa que em ambos os casos o IRS incide sobre o recibo verde a não ser que o trabalhador independente preveja auferir menos de dez mil euros anuais e estiver inserido no regime simplificados em contabilidade organizada, e se não possuir atividade de exportação e importação ou transmissão de imóveis (Artigo 9º nº 1 do CIRS).

Neste caso do pagamento á advogada penso que seria mais simples definir com a advogada uma avença mensal do que o pagamento por caso de advocacia porque seria muito mais simples registar e liquidar uma avença mensal do que fazer transferência bancária de serviços por caso e caso ela necessite de um reforço porque se o caso chegar a outras vias judiciais terá que reforçar a transferência e aquando a emissão do recibo teremos que ir consultar as transferências que realizamos para ela parra saber o que já foi liquidado ou não, dado que o recibo é efetuado pela totalidade de casos que ela prestou serviços num determinado período de tempo. O outro ponto é que se fosse com avença mensal os seus serviços já teriam sido pagos e ela poderia logo começar a trabalhar no caso enquanto por caso a advogada necessita primeiro do nosso pagamento para depois nos prestar os serviços e assim desperdiçar vários dias que podem ser importantes para uma boa ou má cobrança coerciva.

3.2. Encerramento do Ano

Consideram-se como operações de encerramento do ano todos os registos que contribuem para o apuramento do resultado contabilístico, da elaboração das demonstrações financeiras e que permitem traduzir o desempenho das empresas ao longo do exercício económico (Farinha & Cascais, 2011).

A figura número seis, explicita a sequência de balancetes que é necessário para efetuar um encerramento do ano eficaz e transparente. Neste processo e após todas as contabilizações do ano corrente, lançamos as operações de regularizações que incluem os acréscimos e diferimentos, as depreciações e amortizações, as imparidades. Após as regularizações passamos para o apuramento de resultados que consiste em saldar as classes seis e sete para saber se obtemos lucro ou prejuízo. Nesta fase também lançamos os impostos estimados a pagar até trinta e um de Maio de dois mil e catorze juntamente com a apresentação do Modelo 22. Seguidamente

retiramos o balancete final no qual, como o nome indica, não será adicionada mais nenhuma operação ao ano contabilístico de dois mil e treze.



Fonte: Elaboração Própria

Figura 6 - Sequência de Balancetes

3.2.1 Operações de Encerramento do Ano

A análise dos balancetes permitem identificar algumas inconsistências, que deverão ser as primeiras a ser vistas, tais como saldo de fornecedores e clientes a débito e crédito respetivamente, saldo dos Meios financeiros líquidos credor, saldo da conta 245 “EOEP – Contribuição para a Segurança Social” deve ser igual às contribuições salariais apuradas e que só serão liquidadas no período seguinte, saldo das retenções dos trabalhadores dependentes que também só serão pagas no mês seguinte. Deste modo, as contas de fornecedores e clientes devem ser revistas, sempre que possível através da confrontação com um extrato de conta corrente da entidade em causa, e deve lançar-se os documentos que estão em falta ou proceder à correção de, por exemplo, um desconto de pronto pagamento concedido e não contabilizado.

O saldo da conta 12 deve estar de acordo com o saldo do banco visível nos extratos bancários. Esta tarefa de reconciliação bancária é feita mensalmente (como podem observar no Anexo XXX), ou seja, a fase de classificação é acompanhada pelo extrato do banco e pela fotocópia ou listagem de cheques, que vão sendo assinalados à medida que existe consonância entre os documentos entregues para tratamento contabilístico e a informação constante no documento do banco. Sempre que os saldos da contabilidade e do banco são distintos procede-se à reconciliação bancária identificando a origem dessa diferença.

Feitas estas conferências e lançadas as correções necessárias e os documentos em falta é altura de demonstrar quais os lançamentos de regularização mais correntes.

Os gastos relativos a água, eletricidade (Anexo V) e comunicações referentes a dezembro do ano N cuja emissão da fatura e o pagamento efetivo só ocorrem em janeiro de N+1 devem ser

considerados acréscimos de gastos, uma vez que o regime do acréscimo ou da periodização dos exercícios exige que os acontecimentos sejam reconhecidos no momento da ocorrência.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
281	Gastos a reconhecer		X
62411131	Eletricidade	X	

Tabela 39 - Contabilização de um gasto apenas faturado no ano seguinte

Fonte: Elaboração Própria

As rendas são habitualmente pagas com um mês de antecipação, ou seja, o mês de janeiro é pago em dezembro e o reconhecimento deste facto deve ser debitado na conta “281 Diferimentos – Gastos a reconhecer” por contrapartida da conta específica da classe 6 (com os seguros acontece a mesma situação). No ano seguinte deve-se movimentar a débito a conta 281 por contrapartida da 22 a crédito, porém na nossa empresa esta política não está vigente, isto significa que a renda do mês é liquidada no corrente mês.

Estas rubricas podem surgir no Ativo ou no Passivo. Os Acréscimos representam proveitos e/ou custos a reconhecer no próprio exercício, cuja receita e/ou despesa se verifica no exercício económico seguinte ou seguintes. Os Diferimentos representam receitas e/ou despesas que se verificam no exercício económico presente, cujo proveito e/ou custo, apenas se verifica no exercício económico seguinte ou seguintes.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
282	Diferimentos		X
6263	Seguros Viaturas	X	

Tabela 40 - Contabilização de um gasto faturado no ano corrente que corresponde ao ano seguinte

Fonte: Elaboração Própria

Na organização onde realizei o meu estágio os diferimentos acontecem no seguro de viaturas em, ou seja, liquidamos o seguro no ano de dois mil e treze mas a maior percentagem deste seguro

diz respeito ao ano seguinte, tendo a empresa o seu benefício em dois mil e catorze (como se pode verificar no Anexo XIV).

Normalmente na Ângelo Coimbra, os clientes liquidam as suas dívidas atempadamente. No entanto alguns deles têm vindo a acumulá-las por diversos motivos. Analisando o saldo e a conta corrente de cada um constatamos que algumas dívidas podem ser consideradas de cobrança duvidosa segundo o método fiscal e por isso é importante fazer um resumo dos clientes que se encontrem nessas condições. A partir desse momento creditamos a conta corrente de cliente e debitamos por uma conta denominada clientes cobrança duvidosa (como se pode observar no Anexo XXX).

Conta	Descrição	Débito	Crédito
2111104509	Clientes C/C – Líder Brancura – A.T. UNIP		X
2161104509	Clientes Cobrança Duvidosa – Líder Brancura – A.T. UNIP	X	

Tabela 41 - Transferência de Saldos de Clientes

Fonte: Elaboração Própria

Transferir o saldo da primeira conta para a segunda pode ser feito gradualmente sempre que o cliente não cumprir o acordo de pagamento estipulado ou no final do ano quando se procede às conferências. O SNC já prevê na NCRF 27 onde se pode ver alguns tipos de evidências objetivas para se verificar se existe necessidade de reconhecer ou não a perda por imparidade. Estas perdas são suportadas pelo Modelo 30 – Mapa de Provisões, Perdas por Imparidade em créditos e Ajustamentos em Inventários (Anexo XXXI). Quando se constata que existe uma perda por imparidade procede-se ao seguinte lançamento:

Conta	Descrição	Débito	Crédito
6511	Perdas por Imparidade – Clientes	X	
219	Clientes – perdas por imparidade		X

Tabela 42 - Perda por Imparidade

Fonte: Elaboração Própria

Quando as situações que originaram a perda deixarem de existir movimenta-se a conta “7621 Reversões de perdas por imparidade – Em dívidas a receber”.

Segundo a NCRF 21, que devemos consultar sempre que existirem dúvidas sobre esta temática, ativos contingentes consistem nos ativos cuja concretização dependerá se eles ocorrerem ou não, isto é, são ativos que podem ocorrer no futuro mas que a empresa é alheia ao seu acontecimento. A mesma norma esclarece também que passivo contingente significa o mesmo do ativo mas do lado do crédito, ou seja, corresponde ao pagamento de um montante incerto caso a concretização futura aconteça. A diferença entre imparidades e provisões é que as imparidades não implicam a saída de recursos monetários da empresa, ou seja, apenas representam uma diminuição nos fluxos de caixa da organização, enquanto as provisões implicam essa mesma saída de dinheiro da empresa de modo a satisfazer a obrigação da empresa.

A conta “29 Provisões” é movimentada para registar as obrigações cuja natureza esteja nitidamente definida e que à data do balanço sejam de ocorrência provável ou certa, mas incerta quanto ao seu valor ou data de ocorrência.

Quanto às provisões podem ocorrer as seguintes situações:

A. Constituição: Quando a provisão é constituída movimenta-se a débito a conta “67 Provisões do Exercício” e a crédito a conta 29.

B. Reforço: Se a quantia escriturada é inferior à estimativa realizada procede-se ao reforço da provisão registando a diferença nas mesmas contas acima mencionadas;

C. Anulação: Sempre que a estimativa apresenta valor inferior ao escriturado procede-se à reversão movimentando a débito a conta 29 e a crédito a conta “763 Reversão – Provisões” e consulta-se a NCRF 4 sempre que seja necessário.

Quando as provisões constituídas são usadas debita-se habitualmente a conta 29 creditando a 12 ou 22, consoante os casos. Tratando-se de provisões deverá adotar-se uma atitude prudente na sua constituição ou reforço implicando assim a antecipação das perdas em caso de dúvidas.

O cálculo e o registo das depreciações / amortizações do imobilizado são mais uma operação de regularização a efetivar no fim do exercício. As faturas de imobilizado vão sendo classificadas e lançadas nas respetivas contas ao longo do ano e depois são fotocopiadas e arquivadas numa pasta onde já constam outras faturas para o mesmo efeito. No final do ano, no programa de imobilizado, são abertas fichas individuais para cada elemento do ativo onde consta o código, a descrição, o ano e o valor de aquisição, a vida útil esperada, as depreciações do exercício e acumuladas e as taxas praticadas. São impressos no final mapas onde constam os elementos que constituem o imobilizado.

O método de amortização adotado pela empresa é o método das quotas constantes e o cálculo das depreciações é feito automaticamente pelo programa de imobilizado, bastando para tal introduzir o valor respetivo da taxa.

Um elemento para ser reconhecido como ativo tem que cumprir dois requisitos: ser um recurso controlado pela empresa como resultado de acontecimentos passados e ser reconhecida a capacidade de gerar benefícios económicos futuros para a empresa. As despesas de instalação são outro exemplo uma vez que deixaram de ser consideradas como ativo e têm que ser desreconhecidas, tratadas como um custo do exercício ou imputadas ao valor de aquisição de determinado elemento. As contas de depreciações e amortizações são agora subcontas dentro da conta geral.

Na empresa onde eu realizei o estágio temos como norma preencher o Modelo 32 – Mapa de Depreciações e Amortizações (Anexo XXXII) antes de efetuar o lançamento das Depreciações e Amortizações na contabilidade, para assim perceber e enquadrar as aquisições do ano no tipo de bens e no tipo de conta de Depreciação a utilizar.

Código de acordo com a tabela anexa ao D.R. n.º 25/2009		Data		Activos			Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período		Gastos Fiscais			Depreciações / amortizações e perdas por imparidade não aceites como gastos		Depreciações / amortizações e perdas por imparidade recuperadas no período	
(1)	(2)	Início de utilização		(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	Depreciações e amortizações		(13)	(14)	(15) - (8) - [(12) + (13)]	(16)	
		Mês	ANO						Taxa %	Taxa amortizável %					
2	0	1	5	1986	25.382,37 €	25.382,37 €	507,65 €	13.706,55 €	2		507,65 €				

Figura 7 - Mapa de Depreciações e Amortizações (MOD 32)

Adaptado: Autoridade Tributária

O Modelo 32 (Figura nº 7) compreende e subdivide os bens que estão no ativo da empresa. As primeiras colunas do modelo são o código da designação do bem, definido pelo Dec. Lei nº 25/2009 e a descrição do elemento do ativo. Seguidamente temos que definir o início de utilização quanto ao ano e mês. Nas duas colunas seguintes preenchemos o valor contabilístico registado e o valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais. Seguidamente calculamos a Depreciação

que é o valor contabilístico vezes a taxa que é definida pelo mesmo DL acima referenciado. Esse valor será o valor a contabilizar na conta apropriada de depreciação. A coluna designada por Depreciações e Amortizações aceites em períodos anteriores significa que aquele determinado bem já foi depreciado em períodos anteriores. A coluna do Limite Fiscal delimita qual será a Depreciação máxima que a AT pode aceitar e todos os montantes que se depreciem a mais terão que ser incluídos no Quadro 07 do Modelo 22 no campo 719.

Conta	Descrição	Débito	Crédito
6422	Gastos de Depreciações e Amortizações	X	
6423	Gastos de Depreciações e Amortizações	X	
64243	Gastos de Depreciações e Amortizações	X	
64245	Gastos de Depreciações e Amortizações	X	
64247	Gastos de Depreciações e Amortizações	X	
4382	Depreciações Acumuladas – Ed. E O. Construções		X
4383	Depreciações Acumuladas – Eq. Básico		X
4384	Depreciações Acumuladas – Eq. Administrativo		X
4385	Depreciações Acumuladas – Eq. Transporte		X
4387	Depreciações Acumuladas – Outros AFT		X

Tabela 43 - Lançamento das Depreciações e Amortizações

Fonte: Elaboração Própria

No quadro acima e no Anexo XXXIII, poderemos ver o lançamento das Depreciações do ano de dois mil e treze nas respetivas contas de Depreciações.

Quanto a temática das operações de Encerramento do Ano julgo que todas elas são efetuadas de modo criterioso. Porém, julgo que deveriam ser realizadas mais cedo, isto é, mal se fecha-se o mês de Dezembro deveríamos proceder de imediato á preparação para a realização das operações de final de ano mas aqui a grande lacuna está no tempo que se demora a fechar o mês de dezembro, porque normalmente como as empresas fecham para férias natalícias, a emissão

dos documentos por parte das mesmas é atrasado e por conseguinte chega a AC mais tarde do que o expetável, o que leva os funcionários aguardar a sua chegada para fechar o mês de dezembro.

A NCRF 18 tem como objetivo relatar o tratamento dos inventários. Os inventários são ativos detidos para venda no decurso da atividade empresarial, no processo de produção para essa venda e na forma de materiais consumíveis a serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços. Devem ser mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. Os dois métodos de contabilização possíveis são:

- 1. Inventário Permanente:** O custo é registado com regularidade, ou seja, por cada venda é registado o correspondente custo. É obrigatório para empresas de média e grande dimensão.
- 2. Inventário Intermitente:** O custo das vendas só é apurado na altura de encerrar o ano, daí esta operação ser considerada de fim de exercício, após a realização de um inventário físico das mercadorias em armazém. Este método só pode ser utilizado pelas pequenas entidades.

Na AC utilizamos o inventário permanente porque permite a qualquer momento saber o valor do Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas (CMVMC) no seu todo e subdivido por venda, ou seja, no ato de integração da faturação o PHC realiza e lança todas as parcelas relacionadas com o CMVMC na conta apropriada. Na minha opinião uma das grandes vantagens que tiramos do software PHC é a de no ato de integração das vendas, o programa automaticamente lança na conta 61 (Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas) o custo total da nossa venda a determinado cliente, não preocupando os funcionários de no final do mês realizar essa operação. Além de isso permite saber sempre em tempo real, desde que as vendas já estejam integradas, o Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas na Demonstração dos Resultados por Naturezas.

3.2.2 Apuramento de Resultados

A classe 8, do SNC, destina-se a apurar o resultado líquido do período.

Assim sendo, a primeira etapa em fase de apuramento é a transferência dos saldos da classe” 6 Gastos” e da classe” 7 Rendimentos” para a conta “811 Resultado antes de impostos”:

Conta	Descrição	Débito	Crédito
7	Rendimentos	X	
811	RLE – Resultados Antes de Impostos	X	Y
6	Gastos		Y

Tabela 44 - Apuramento dos Resultados

Fonte: Elaboração Própria

Existem dois tipos de Resultados, o Contabilístico e o Fiscal, ou seja, após a transferência de saldos de toda a classe 6 e 7 para a classe 8 e calcularmos os Impostos Estimados (Tributações Autónomas, IRC e Derrama) obtemos o Resultado Contabilístico. Para obtermos o Resultado Fiscal temos que ter como ponto de partida o Resultado Contabilístico e preencher o Quadro 7 do Modelo 22, isto é, a diferença entre o Resultado Fiscal e Contabilístico traduz-se no Quadro 7 porque é esse quadro que acrescentamos os gastos que a AT não aceita, como por exemplo as despesas confidenciais e as multas e deduzimos outros gastos que o fisco permite tal como os donativos no qual a empresa além de deduzir o custo também usufrui da majoração.

A diferença entre os Rendimentos e os Gastos é igual ao resultado ainda não sujeito às taxas de imposto que, depois de multiplicado pelas respetiva taxa de IRC é registado na conta “2413 EOEP – Imposto sobre Rendimentos Estimado”. No final do exercício o saldo da conta 812 é transferido para a conta “818 RLE – Resultado Líquido” bem como o da conta 811 sendo a diferença encontrada o valor do resultado apurado.

Do apuramento do Resultado chegamos ao valor estimado do imposto que será confrontado com o valor do IRC liquidado no momento da elaboração da Modelo 22. Este confronto pode originar três situações:

1) Valor estimado = Valor apurado

Conta	Descrição	Débito	Crédito
2413	EOEP – Imposto sobre o rendimento	X	
12100006	Millennium		Y
7882	ORG - Excesso de estimativa de Imposto		W

} X

Tabela 45 - Contabilização da diferença positiva entre imposto estimado e apurado

Fonte: Elaboração Própria

De acordo com alguns autores, o saldo da conta 2413 devia ser transferido para uma conta “2414 EOEP – Imposto sobre o Rendimento – Imposto Liquidado” no fim do exercício mas a empresa não adotou esta prática, utilizando sempre a primeira conta.

2) Valor estimado = Valor apurado

Conta	Descrição	Débito	Crédito
2413	EOEP – Imposto sobre o rendimento	X	
12100006	Millennium		X

Tabela 46 – Contabilização do imposto apurado

Fonte: Elaboração Própria

Quando surge esta situação não há margem para grandes dúvidas sendo a conta 2413 saldada por contrapartida da conta por meio da qual se efetua o pagamento no ano seguinte.

3) Imposto Apurado <Valor Apurado

Conta	Descrição	Débito	Crédito
2413	EOEP – Imposto sobre o rendimento	X	
12100006	Millennium		X + Y
6885	OGP -Insuficiência de estimativa de Imposto		Y

Tabela 47 - Contabilização da diferença negativa entre o imposto estimado e liquidado

Fonte Elaboração Própria

Após o lançamento do apuramento no diário específico para esse efeito e tendo em conta que os documentos de encerramento têm uma numeração diferente, ainda que posteriormente sejam arquivados juntamente com o diário de bancos, podemos obter o balancete nº15 ou final que permite finalmente elaborar o balanço.

O encerramento só fica concluído quando saldarmos as contas que ainda têm saldo através do crédito ou débito por igual.

O passo seguinte é abrir o próximo ano fazendo exatamente o trabalho inverso ao encerramento, ou seja, abrir as contas debitando e creditando as contas com saldo devedor e credor respetivamente no final do exercício anterior. O resultado líquido pode ser distribuído em forma de lucros, pode ser incorporado nas Reservas Legais e Livres ou pode simplesmente ser transferido para a conta de Resultados Transitados.

3.2.3 Elaboração das Demonstrações Financeiras

A temática relacionada com a estrutura das demonstrações financeiras está regulamentada na NCRF 1 e 2, na Estrutura conceptual e no ponto cinco do SNC onde são apresentados os modelos das demonstrações e alguns esclarecimentos.

As demonstrações financeiras têm por objetivo proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho e das alterações na posição financeira de uma entidade que seja útil a um vasto leque de utentes na tomada de decisões económicas (Parágrafo 12 da Estrutura Conceptual). No entanto, tal como acontecia antes do SNC, a informação fornecida não é suficiente para a tomada de decisões uma vez que retratam acontecimentos passados e

exclusivamente financeiros. As suas quatro principais características qualitativas são a compreensibilidade, a relevância, a fiabilidade e a comparabilidade (Lopes, 2013).

As NCRF 1 e 2 apresentam o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, o Anexo e a Demonstração dos Fluxos de Caixa como as Demonstrações Financeiras obrigatórias a elaborar e apresentar pelas empresas. Contudo, as entidades que aplicam a NCRF- PE e NCRF- ME ficam dispensadas de elaborar duas das demonstrações acima referidas mas ainda assim são obrigadas à apresentação das três restantes (Lopes, 2013).

No ponto das Demonstrações Financeiras, a minha análise vai de encontro com a correta formação destas através de ficheiros produzidos pelo PHC ou mapas efetuados de acordo com as necessidades da Ângelo Coimbra. O Balanço e a DR por Naturezas estão de acordo com as normas impostas pelo SNC e mostram toda a informação necessária para que o gestor tome as melhores decisões para a empresa. Os restantes ficheiros elaborados pela própria empresa, na minha opinião mostram e complementam as primeiras duas DF's. A DACP evidencia todas as alterações que ocorreram no período e o facto de ter presente no Mapa o Ano N-1 consegue transmitir todos os dados relativos as alterações da conta 51. Este documento não consta nos Anexo porque à data da realização do estágio ainda não tinha sido elaborado visto que a data limite é de trinta e um de Março de dois mil e catorze. O Anexo inicialmente composto por legislação e seguidamente composto por quadros e explicações traduz o correto complemento do balanço e da DR por Naturezas relevando os aspetos necessários para a melhor perceção da realidade no seio da empresa. O Mapa de Fluxos de Caixa (consultar Anexo XXXIV), na minha opinião é um dos Mapas mais importantes a nível financeiro na empresa porque mostra na totalidade os movimentos das massas monetárias na empresa, as que entraram, as que saíram e as que continuam presentes por via do investimento.

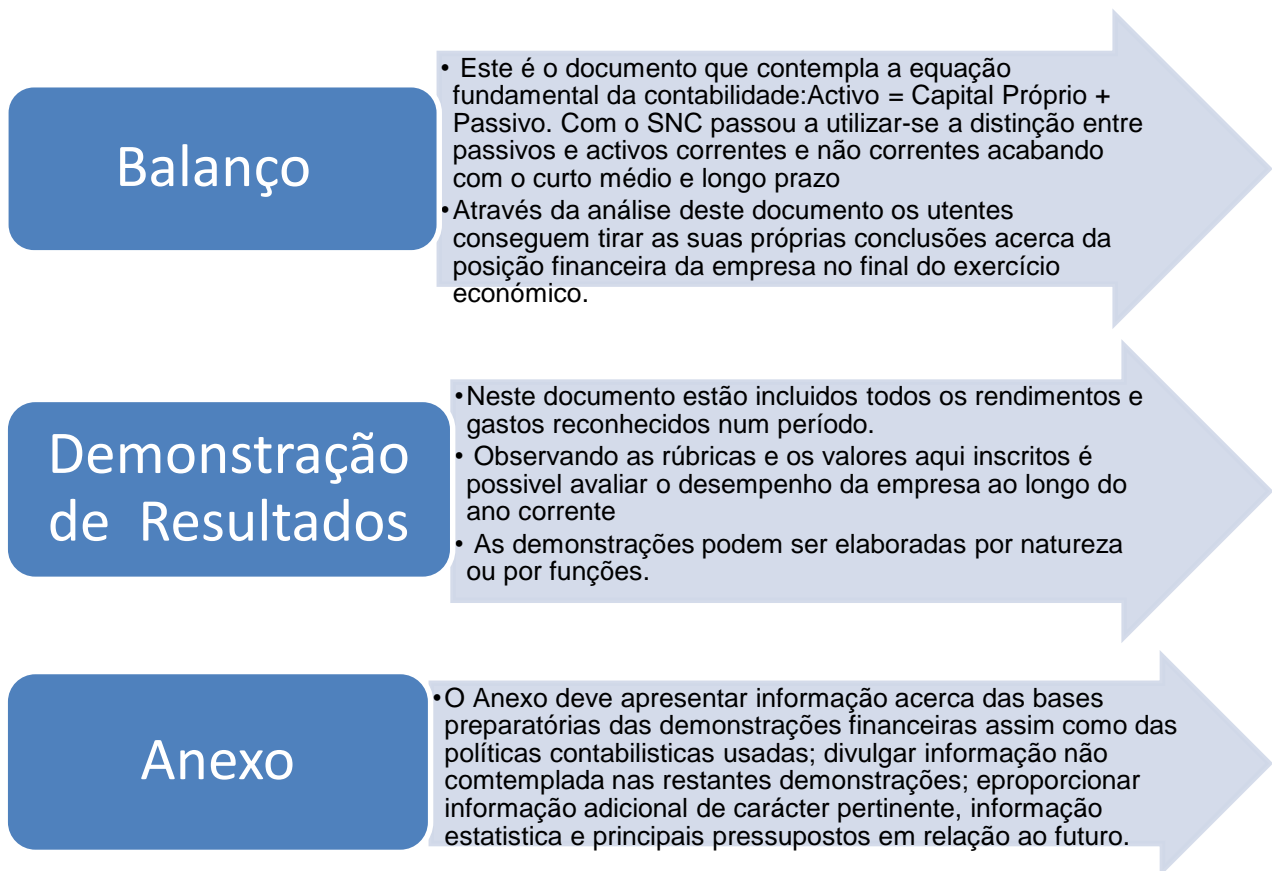


Figura 8 - Demonstrações Financeiras obrigatórias para entidades que adotam o NCRF-PE

Fonte: Elaboração Própria

Todas estas Demonstrações Financeiras podem ser consultadas no Anexos XXXV, XXXVI, XXXVII que correspondem ao Balanço, Demonstração dos Resultados Por Naturezas e Anexo, respetivamente.

3.2.4 Prestação de Contas

Anualmente, todas as empresas têm que proceder à prestação de contas, como podemos comprovar no nº1 do artigo 65º do Código das Sociedades Comerciais: “Os membros da gerência / administração devem elaborar e submeter aos órgãos competentes da sociedade o relatório de

gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas previstos na lei, relativos a cada exercício anual.”

Esta deliberação deve realizar-se até noventa dias após o encerramento do ano, em Assembleia Geral, onde serão submetidos a aprovação as contas e os demais documentos contabilísticos e financeiros. A concordância com os elementos apresentados deve ficar declarada em ata (de acordo com o artigo 63º do CSC) que por sua vez deve também apresentar a solução discutida e consensual relativamente aos possíveis resultados positivos alcançados ou relativamente às mudanças exigentes de uma má situação que a empresa possa estar a atravessar. A assinatura da ata e dos restantes documentos em discussão na Assembleia é um ato indispensável (Farinha & Cascais, 2011).

3.2.5 Relatório de Gestão

O CSC é bastante explícito no que respeita à importância e obrigatoriedade de preparação do Relatório de Gestão. O artigo 66º do código mencionado descreve a informação que deve estar presente neste documento bem como exige que a veracidade, a clarividência e a fidelidade sejam características fundamentais e evidenciadas durante a exposição.

Este relatório, de carácter qualitativo e quantitativo, é um direito dos sócios ao conhecimento da informação financeira e não financeira sobre a vida económica da sociedade.

No decorrer do estágio tive oportunidade de observar o TOC a escrever o relatório da empresa e ele englobou: uma breve introdução sobre a atividade da empresa; uma apresentação dos resultados alcançados no que respeita ao volume de negócios revelando também se a evolução seria favorável ou desfavorável face aos anos anteriores; as maiores fontes de despesa para as entidades e as sugestões de melhoramento; os valores e a incidência dos investimentos realizados ao longo do ano; as perspetivas futuras; o recurso a crédito e as obrigações de e para com terceiros foi analisada tendo em atenção o agravamento ou melhoramento face aos anos anteriores; alguns indicadores económicos de solvabilidade e autonomia financeira, por exemplo; os resultados alcançados e o modo como iam ser aplicados. Esta análise foi sempre supervisionada, corrigida e melhorada pelo TOC (AnexoXXXVIII) (Guimarães, 2008).

3.3 Outras Tarefas

Neste ponto do relatório vão ser evidenciadas todas as outras tarefas complementares que dizem respeito ao lugar que ocupei no estágio curricular com a finalidade do bom funcionamento da empresa.

3.3.1 Circularização dos Clientes

A circularização de clientes foi uma atividade que eu ajudei a realizar. Esta consiste no envio de cartas e emails aos clientes, fornecedores, instituições bancárias e advogados para confirmar se os saldos de Conta Corrente correspondem aos saldos da empresa. Este procedimento é exigido pelo ROC da nossa organização de modo a controlar e confirmar se cerca de 80% do nosso volume de negócios está correto (Anexo XXXIX).

3.3.2 Elaboração do Dossier de Recuperação do IVA

Esta atividade consiste na elaboração de um dossier para tornar a recuperação do IVA por insolvência de créditos de clientes certificada, conforme o artigo 78º nº 7 b) do CIVA permite. Para que seja possível a sua recuperação tem que existir uma certificação de Créditos Incobráveis e de Dedução do IVA por parte do Revisor Oficial de Contas juntamente com a Conta Corrente, as faturas e a certidão do Tribunal no qual indica a recuperação do Imposto de Valor Acrescentado. Após este procedimento, o valor do IVA será deduzido na declaração seguinte.

3.3.3 Elaboração do Modelo 10

O Modelo 10 destina-se a declarar todos os rendimentos auferidos por sujeitos passivos residentes em Portugal bem como as retenções na Fonte. Em 2014 foi necessário declarar todos os rendimentos dos trabalhadores dependentes de 2013 mais os rendimentos empresariais e profissionais e as retenções na fonte. Com a portaria nº 363/2013 os rendimentos dos trabalhadores dependentes deixaram de ser declarados via Modelo 10 e passaram a ser entregues e considerados pelo fisco a enviar à Autoridade Tributária até dia 10 do mês seguinte a que correspondem os rendimentos, denominando-se Declaração Mensal de Remunerações. Assim sendo, ao preencher em 2014 o Modelo 10 respetivo ao ano de 2013, apenas incluímos os rendimentos da Categoria B, isto é, os rendimentos empresariais e profissionais e as retenções de IRC (Anexo XXXX). De acordo com o Artigo nº 119 nº 7 a), temos que entregar até ao fim do segundo mês seguinte em que ocorre o ato de pagamento ou da colocação à disposição.

3.3.4 Cobranças

Dado a atual crise económica no nosso país e a carga fiscal ser cada vez maior, uma eficaz cobrança aos créditos vencidos torna-se muito importante para o bom funcionamento da

organização e um desbloqueamento de massa monetária para assim cumprir as responsabilidades e ter uma gestão saudável. Uma das minhas funções foi tentar cobrar créditos vencidos para assegurar o eficaz funcionamento da empresa. A maneira que eu adotava nesta cobrança era de enviar um email automático do PHC para todos os clientes com faturas vencidas e posteriormente ao quais não obtivesse qualquer resposta efetuava chamadas telefónicas afim de perceber o porquê de as dívidas não terem sido pagas e a previsão das mesmas.

3.3.5 Intrastat e Banco de Portugal

Outra das minhas funções é responder ao Inquérito de Fluxo de Chegada via Intrastat (Anexo XLI) que corresponde à identificação das compras dentro da Comunidade Europeia e o modo com elas são entregues, tendo este relatório fins estatísticos.

No caso do Banco de Portugal (Anexo XLII) compete-me responder sobre os pagamentos e recebimentos do exterior e posição devedora e credora da empresa á data escolhida.

Estas duas tarefas têm cariz mensal e são respondidas até dia 15,(Intrastat) e 20 (Banco de Portugal).

3.3.6 Outras (Formação OTOC, Dep. Qualidade, Dep. Logística,)

Neste período de estágio foi-me proporcionado uma formação da OTOC relativa ao “Encerramento de contas - Aspectos contabilísticos” organizada no Euro Parque de Santa Maria da Feira em que nos foi incutido os aspetos importantes do mesmo. Esta formação resume-se no tratamento e elaboração do Fecho do Ano e das Demonstrações Financeiras e nas datas em que têm estas, que estar concebidas.

Passei também por outros departamentos da Ângelo Coimbra, e foram eles o Departamento de Logística, no qual me desloquei a dois clientes percebendo como se desenrola este processo de entrega da mercadoria e tudo que ela implica e o Departamento de Qualidade e no qual me deram a conhecer todas as normas vigentes numa empresa de comércio de produtos químicos. Fiquei a conhecer as normas ISO 9001 e ISO 14000 e no qual percebi que este tipo de temáticas é mais abrangente do que se pensa.

Nestas outras tarefas, a minha maior dificuldade foram as cobranças porque os clientes em geral demonstram uma grande dificuldade de tesouraria e uma grande dificuldade de receberem dos seus próprios clientes. Denoto que as pequenas empresas estão muito mais angustiadas em termos monetários porque os prazos de pagamentos em muitas vezes excedem o dobro da data de vencimento apesar da inúmeras tentativas de cobrança via email, telefone e bloqueamento de

encomendas. Enquanto tive a estagiar na AC apercebi-me que alguns clientes que tinham grandes dificuldades de tesouraria após a passagem do ano dois mil e treze para dois mil e catorze não abriram e solicitaram insolvência.

Na minha opinião para fazer face aos atrasos de pagamentos a empresa deveria contratar uma pessoa só para essa tarefa de cobrança porque durante o meu estágio não tive tempo de dedicar o tempo que uma tarefa como esta necessita. Ao contratar uma pessoa exclusivamente para cobrar e através da insistência diária, penso que obteríamos mais resultado e diminuiríamos o nosso prazo médio de recebimentos. Quanto à questão das insolvências, a AC deveria ter um seguro de crédito porque nos dias que correm a melhor opção é ter uma seguradora de crédito porque assim por um lado existe mais segurança nas vendas até um determinado plafond e a Ângelo Coimbra ao acionar o seguro de crédito, todas as outras empresas fornecedoras desta empresa saberiam o que dificultaria a negociação do nosso cliente com outros fornecedores e também com instituições bancárias. Sei que isto implica um maior esforço a nível de custos mas na minha opinião é um esforço compensador.

Conclusão

Em relação ao meu relatório, este incidu sobre as tarefas desempenhadas na empresa Ângelo Coimbra & C.A., Lda e permitiu perceber que este tipo de funções é importante para um bom funcionamento da empresa. As tarefas abordadas foram satisfatórias e de interesse elevado, a contribuição na redação do mesmo, foram realmente importantes para o meu desenvolvimento profissional e intelectual e contribuiu para eu perceber quais são as minhas áreas de interesse e que devo perseguir no futuro.

Com este estágio, eu percebi que ambiciono trabalhar na área de contabilidade e tornar-me Técnico Oficial de Contas para assim preparar as Demonstrações Financeiras para auxiliar os gestores a tomarem decisões em tempo propício de modo a que a empresa se mantenha sempre um passo a frente da concorrência.

Os meus conhecimentos de Contabilidade adquiridos essencialmente no 1º e 2º ano de faculdade foram insuficientes para todo o trabalho executado no estágio. Efetivamente, em 2008 as práticas contabilísticas eram ainda ensinadas à luz do POC e ainda não se falava no SNC. Além disso, apesar da componente prática associada às aulas teóricas, era preciso ter alguma capacidade de abstração para entender alguns termos, operações e movimentações contabilísticas. No 2º ano de estudos tive oportunidade de frequentar a disciplina de Fiscalidade que em muito contribui para o conhecimento da relação existente entre Contabilidade e Fiscalidade e também para aprender a executar algumas das obrigações fiscais mencionadas neste trabalho. Nos dias de hoje a Fiscalidade está constantemente a mudar em termos de artigos e para eu perceber melhor esta temática tive que voltar a atualizar-me perante as novas legislações para assim ir de encontro com a confiança depositada em mim e para aplicar no dia-a-dia de trabalho.

No estágio, todas estas dificuldades sentidas foram significativamente ultrapassadas e sem dúvida nenhuma que a minha formação académica saiu valorizada depois deste contacto com o meio empresarial. A minha maior dificuldade foi a tarefa de cobranças porque as pequenas empresas estão a ficar asfixiadas em impostos. Com a crise atual, instalada no nosso país e sem ter data para sair, as empresas vivem dias difíceis porque tem graves problemas de tesouraria, o que leva a atrasos nos pagamentos e às vezes a Insolvências ou Processos de Revitalização, nos quais também trazem problemas a Ângelo Coimbra, que ao não receber tem que aplicar um maior esforço na tesouraria para cumprir com as suas obrigações.

No que diz respeito à empresa, pude observar que os funcionários mais antigos têm alguns vícios de falta de motivação e tendem a dispensar muito tempo em atividades extra trabalho e que prejudicam o nível de concentração. A empresa não pode esquecer que a satisfação dos seus colaboradores pode significar a sustentabilidade do seu negócio. Conseguir motivá-los de forma a sentirem o sucesso da empresa como o seu próprio é uma estratégia crucial para o crescimento sustentado da empresa. Tendo em conta que pessoas diferentes são motivadas por estímulos diferentes, cabe a organização conhecer esses fundamentos da motivação, implementando as medidas necessárias de forma a otimizar os talentos e aumentar o retorno da empresa. Para tentar evitar estes comportamentos seria fundamental, do meu ponto de vista, apostar numa forma diferente de trabalho, nomeadamente o trabalho por objetivos, e tentar perceber um modo de melhorar a motivação dos funcionários.

Os pontos fortes da empresa são as relações que continuam a manter ao longo do tempo com os seus clientes, fornecedores e outras entidades diretamente envolvidas, e que se prendem com amizade, confiança e honestidade. Todavia, não posso excluir deste conjunto a qualidade e a exigência dos serviços prestados. Todas estas qualidades podem resumir-se em três palavras que aprendi a incluir no meu discurso enquanto estive em estágio: Confiança, Lealdade e Criação de Valor. Na minha opinião, também esta a ser bastante benéfico e poderá ser uma cartada importante no crescimento desta empresa é o processo de certificação da Ângelo Coimbra que decorre de um modo normal, dado que enquanto lá estagiei denotei uma grande preocupação do Departamento de Qualidade nesta temática, visto que é bastante rigorosa com os produtos químicos e neste mercado se formos uma das primeiras a obter a certificação e dado o alcance das nossa áreas de negócio, podemos fidelizar mais clientes e encontrar novos para assim crescer a um bom ritmo.

A empresa, ao acolher um estagiário, teve oportunidade de beneficiar de mais um elemento com capacidades e perspetivas intelectuais novas e diferentes. A minha contribuição para a empresa foi bastante positiva e penso ter correspondido de forma satisfatória às expectativas criadas.

De uma forma geral, o balanço do estágio foi bastante positivo.

Referências Bibliográficas

- Ângelo Coimbra & C.A., L. (20 de dezembro de 2013). Obtido de <http://www.angelocoimbra.pt/>
- Costa, A. (2011). *Depreciações e Amortizações no SNC, Alterações Contabilísticas e Impacto Fiscal*. Coimbra Editora.
- Da Costa, E. (2009). As pequenas entidades do SNC. *TOC nº 113*, 29-37.
- Farinha, J., & Cascais, D. (2011). *O Encerramento e as Prestações de Contas em SNC*. Texto Editora.
- Gomes, J., & Pires, J. (2011). *SNC Sistema de Normalização Contabilística Teórica e Prática*. Vida Económica.
- Guimarães, J. (2008). As Demonstrações Financeiras - do POC ao SNC. *TOC nº 95*, 56-58.
- INE, I. N. (2014). Obtido de www.INE.pt
- Lopes, I. (2013). *Contabilidade Financeira, Preparação das Demonstrações Financeiras, Sua Divulgação e Análise*. Escolar Editora.
- Rodrigues, A. M. (2012). *SNC - Sistema de Normalização Contabilística*. Almedina.
- Rodrigues, J. (2014). *SNC Explicado*. Porto Editora.
- Silva, E. (2012). *As Novas Demonstrações Financeiras*. Vida Económica.
- Silva, E., & Cruz, I. (2011). *Custo Amortizado e Imparidade*. Vida Económica.
- Silva, E., & Martins, C. (2012). *Demonstração de Fluxos de Caixa*. Vida Económica.
- Silva, E., & Pereira, A. (2009). Estrutura Conceptual para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras. pp. 1-15.
- Tributária, A. (19 de fevereiro de 2014) de <http://www.portaldasfinancas.gov.pt/at/html/index.html>

ANEXOS

Anexo I- Recebimento do Cliente



ANGELO COIMBRA & CA., LDA.

Zona Industrial da Maia I, Sector IV
Apartado 6110
4476 - 908 Maia, Portugal
tl.: + 351 229479240/8 | fx.: + 351 229479249
www.angelocoimbra.pt
geral@angelocoimbra.pt



PME líder

Rua Vale Cartaxo, 21 Ap. 35
2384-908 Vila-Moreira, Portugal
tl.: + 351 249890547 | fx.: + 351 249890638
alcanena@angelocoimbra.pt

SOC. AGRIC. D. DINIZ, S.A.
MONTE DA RAVASQUEIRA
ARRAIOS
7040-121 ARRAILOS

Recibo nº 430

Via: ORIGINAL
Data: 2014-02-14
Vendedor: Afonso Silveira
Nr. Cliente: 3632
V/ Nr. Contribuinte: 500253013
Modo Pagamento: Transf. Bancária

Referente aos seguintes documentos:

Documento	Número	Data	Valor original	Valor regularizado	Desc.	Valor em aberto
N/Factura S3	32	10.01.2014	246,00	246,00		

Valor do Desconto: €

Valor Recebido: **246,00€**

Extenso: Duzentos e Quarenta e Seis Euros



ANGELO COIMBRA & CA., LDA.
1.ª GERENTE

(Assinatura e Carimbo)

Documento processado por computador

Soc. por Quotas - Capital Social € 250.000,00 - Matriculada na Conservatória do Registo comercial da Maia sob nº 57807 / 20031219 - N.I.F. PT 500 021 287

Anexo II - Fatura de Material de Escritório



DI 200004

Fatura N° 730

Série: 1

ORIGINAL

Maxfit - Representações, Lda.
Travessa Alexandre Sá Pinto, 58
Apartado 09
3885-999 Esmoriz
N/ NIF: 504246240
Vendedor: GC 2

NIB MILLENNIUM BCP : PT50.0033.0000.00046870603.78
BIC: BCOMPPL

Cod. Cliente: 7016
ANGELO COIMBRA & CA, LDA.
ZONA INDUSTRIAL DA MAIA I
SECTOR IV - APARTADO B110
4476-908 MAIA
N° Contribuinte: 500021287

Agradecemos que nos envie sempre o comprovativo das respectivas transferência bancárias

Modo de Pagamento : Pronto Pagamento Data de emissão : 2014-02-03 Data vencimento : 03.02.2014

Referência	Designação	Quantidade	Unid.	Preço	Descontos	IVA	Total
FEMTR20MYX50	FILME EST. MANUAL TRANSP. 20MYX500MM	60,000	rl	2,9000	2%	23%	170,5200
FEMPR20MYX5	FILME EST. MANUAL PRETO 23MYX500MM	24,000	rl	3,5000	2%	23%	82,3200

Os artigos foram colocados à disposição do adquirente em: 2014-02-03

Página 1 de 1

Taxa	Base de Incidência	Valor do I.V.A.
6,00%		
23,00%	252,84	58,15
13,00%		
	252,8400	58,1500

Total Iltíquido :	252,84
Desconto Comercial :	5,16
Desconto Financeiro :	
Base de Incidência de I.V.A. :	252,84
Total de I.V.A. :	58,15

TOTAL do DOCUMENTO em EUR 310,99

Local Carga:
TV. ALEXANDRE SÁ PINTO N° 58
ESMORIZ
3885-999 ESMORIZ
Descarga:
ZONA INDUSTRIAL DA MAIA I
SECTOR IV - APARTADO B110
4476-908 MAIA

Data de Carga: 03.02.2014 Hora: 17:03
Modo de Expedição: N/ CARRO
Matricula: 13-JA-87
Software PHC - vb5B-Processado por programa certificado nº 0006/AT



Anexo III - Fatura de Aquisição de Higiene e Segurança

OCP 200024



SINTIMEX
Profissão na cabeça aos pés

NIB: BES 0007 0014 0001 5910008 97 | NIPC: 500 251 118
Tel: 217 577 212 | 912 002 021 | Fax: 217 581 735
www.sintimex.pt | sintimex@sintimex.pt

ANGELO COIMBRA & CA. LDA.

ZONA INDUSTRIAL DA MAIA I
SECTOR IV - APARTADO 6110
4476-908 MAIA

Data	Documento	Número
2014-02-14	Factura Serie Factura COB	753/2 0 1 4

ORIGINAL

Cliente	N.º Contribuinte	S.O. Número	V/Encomenda	Modo de Expedição	Vendedor
17423	500021287	2653	@13-02-201		Norte 1

Referência	Designação	Quant.	Preço Unitário	Descontos	Total
FATMACTYVXCL	FATO MACACO TYVEK TYCHEM C AMARELO DUPONT XL (CAT III)	1,00	15,30		15,30

Observ.:

Taxa	Base de Incidência	Valor do I.V.A.
6,00%		
13,00%		
21,00%		
11,50%		
23,00%	15,30	3,52
TOTAL	15,30	3,52

Total Líquido :	15,30
Desconto Comercial :	
Desconto Financeiro :	
Base de Incidência de I.V.A. :	15,30
Total de I.V.A. :	3,52
TOTAL do DOCUMENTO	18,82 EUR

Matricula:			
Local Carga: Nossas Instalações Lisboa.	Hora: 23:59	Assinatura:	
Local Descarga: Nas Instalações do Cliente.	Hora:		

Software PHC - /WSe-Processado por programa certificado nº 0008/AT

- O Transporte de mercadorias corre por conta e risco do comprador;
- Para diminuir quaisquer litígios emergentes do presente documento, as partes convencionam, com expressa renúncia a qualquer outro, o foro da comarca de Lisboa;
- Para efeitos de citações judiciais ou notificações judiciais ou extra-judiciais, as partes acordam que os domicílios convencionados são os constantes do presente documento;
- Os artigos facturados foram colocados à disposição do adquirente na data do presente documento.

Página 1 de 1

Anexo IV - Fatura Recibo CTT

CTT - Correios de Portugal, SA - Soc.
Aberta
Av. D. Joao II, Lote 1.12.03
1999-001 LISBOA
N.U.P.C.M. 500077568
Cap.Social 75.000.000,00 EUR

Loja CTT TECHAIA 8811409

Fatura/Recibo N.
FR CTT2014FR881140904/730
Data de Emissao
2014-02-06 09:40

Nome: ANGELO COIMBRA CPA LDA
Morada: 4470-000 MAIA
Cód Postal:
NIF: 500021287

GTD	DESIGNACAO	IVA	QUANTIA
19	Correio Normal	1)	7,60

Total s/IVA:	7,60 Eur
Total Desconto s/IVA:	0,00 Eur
Total IVA:	0,00 Eur

Total: 7,60 Eur
Sete Euros e Sessenta Centimos

Taxa	Valor s/IVA	Valor IVA	Valor Total
0%	7,60	0,00	7,60

1) Isento - Art. 9 No. 23/24 do CIVA

Valor liquidado na data de emissao
Bens ou servicos disponibilizados ao
adquirente na data de emissao deste
documento

VCKf-Processado por programa certificado
n.o 1830/AT

2000011

Anexo V - Fatura da EDP



DI 100035

1 / 2

Contém Assinatura Digital

Código ident. Local: 0074418631

Sede social: Praça Marquês de Pombal, nº 13, 1250-162 Lisboa
Atendimento Comercial: 808 500 808 (dias úteis das 8h às 20h)
Assistência Técnica: 800 506 506 (24h por dia)
Comunicação de Leituras: 800 507 507 (24h por dia)
Na Internet: www.edp.pt



Angelo Coimbra & Ca., Lda
Zona Industrial Da Maia I, Sector Iv-Lote
55-10
Maia
4470-460 MAIA

Dados do Contrato:

Titular do Contrato: Angelo Coimbra & Ca., Lda
Morada Local de Consumo: Zona Industrial - Sector Iv 10 Lt S Maia
4470-999 MAIA
Número do Contrato: 00021300102573
Número de Conta: 2042021252
Número ID. Fiscal: 500021287
Tarifa do Contrato: Desconto MR - BTN
Ciclo Horário: S/C - Sem Ciclo
Potências: MÁX. ADMISSÍVEL CONTRATADA
20.70 kVA

Gestor de Clientes /Contactos:

Equipa Comercial
email: comercial.pmes@edp.pt
Telefone: 210023310

Código Ponto de Entrega:

PT0002000074418631DH

Resumo da conta-corrente (período de: 14/12/2013 a 13/01/2014)

Movimentos no período (€)	Débitos	Créditos	Saldo
Saldo anterior			447,79 D
Pagamentos efectuados		224,00	223,79 D
Valores facturados	154,66		378,45 D
Saldo actual			378,45 D

(D) - Débito; (C) - Crédito

Dados da Fatura de Electricidade:

Nº de Fatura	Data Emissão	Período de Facturação	Limite de Pagamento	Valor a pagar
14140000003351	13/01/2014	14/12/2013 a 13/01/2014	19/02/2014	154,66

Facturação:

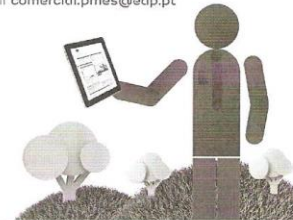
	VALORIZAÇÃO (Euros)	IVA (%)	VALORIZAÇÃO (Euros)
Energia Activa	91,32	(23%)	
Potência Contratada	30,78	(23%)	
Imposto s/Consumo Electricidade	0,66	(23%)	
Total DGE	0,70	(23%)	
Total CAV	2,65	(6%)	
Total (antes de IVA)	123,46	(23%)	28,39
Total (antes de IVA)	2,65	(6%)	0,16

Informação:

Adira à Fatura Eletrónica

A mesma informação num formato
mais prático e ecológico

Adira já através do 210 023 310
ou do email comercial.pmes@edp.pt



Valor Total a Pagar : 154,66

TALAO DE CONTROLO

EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.

Cobrança por débito directo

BANCO : Banco Espírito Santo, SA
IBAN : PT500007043800**8750001*2

Mandato 74657282797
Identificação do Credor (IC) PT46101632

EDP1424-14140000003351
 *Comercial - Comercialização de Energia, S.A. - SEDE SOCIAL: Pr. Marquês de Pombal, 13, 1250-162 Lisboa
 na CIRC de Lisboa nº 5447 - NIPC 508505404 CAPITAL SOCIAL: € 20 814 695
 processado por computador - Conserve este documento - Valido como recibo após base cobrança.

Código Ponto de Entrega:

PT000200074418631DH

Detalhes da factura:

	Período a Facturar		Quantidades (kWh/kVAh/kW)	Preço Unit. (Euros)	Factor (X)	Taxa IVA	Valorização (Euros)
	Data Início	Data fim					
Energia Activa							
Simplex - Consumo estimado	14/12/2013	13/01/2014	657,0000	0,1390	1,0000	(23%)	91,32
Potência							
Contratada (20,7 kVA)	14/12/2013	13/01/2014	1,0000	30,1980	1,0192	(23%)	30,78
Imposto sobre Consumo Electricidade	14/12/2013	13/01/2014	657,0000	0,0010	1,0000	(23%)	0,66
Taxa DGEG			2,0000	0,3500	1,0000	(23%)	0,70
Contribuição Áudio-Visual			1,0000	2,6500	1,0000	(6%)	2,65
Total (antes de IVA)							123,46
IVA (23%)							28,39
Total (antes de IVA)							2,65
IVA (6%)							0,16

Valor Total a Pagar :

154,66 euros

Quadro geral de leituras e consumos do período

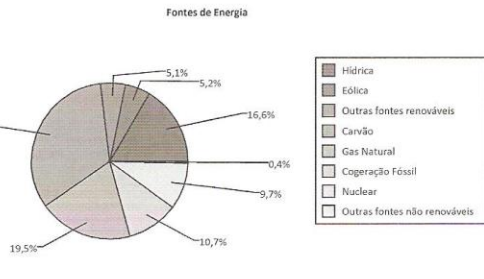
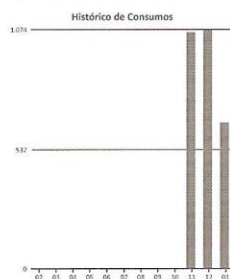
Elementos Estimados	Nº Contador	Período Activo		Leituras		Diferenças Leituras	Factor Multip.	Cons. Registado (kWh/kVAh/kW)
		Data Início	Data Fim	Inicial	Final			
Energia Activa Simplex	0	14/12/2013	13/01/2014	435182 (EST)	435839 (EST)	657	1,000	657,00

Informação Adicional:

i) O Total da factura inclui os encargos relativos ao Acesso às Redes no valor de € 76,1 , antes de IVA (valor independente do comercializador). ii) Os custos de interesse económico geral (CIEG) incluídos no Acesso às Redes correspondem a € 29,68, antes de IVA. Este valor é calculado com base nos factores estabelecidos pela ERSE e diferenciados por tipo de fornecimento MAT, AT, MT, BTE e BTN.

Esta factura já reflecte o Imposto sobre o Consumo de Electricidade, introduzido pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro.

Data da última leitura Real: 13/10/2013



Emissão de CO2 associada aos consumos de energia desta Factura :
*561,68 Kg

Saiba mais no canal empresas do sítio www.edp.pt ou em www.erse.pt. A informação apresentada corresponde ao mix médio de fontes de energia do ano 2012. O valor é negativo quando é acerto de facturas anteriormente emitidas.

Se verificar que o IBAN não está correctamente indicado, agradecemos que nos faça chegar essa informação, para o que poderá usar o telefone:

Linha EDP Energia 808 500 808

NÚMERO DE CONTA CONTRATO 2042021252

Anexo VI - Fatura da Água



SMAS Maia
Rua Dr. Carlos Felgueiras
4471-909 Maia
NIPC: 680 015 124
Telef: 229 430 800 Fax: 229 412 155

DF 200041

FACTURA/RECIBO*

Estimado Cliente:
Esta factura será apresentada, para pagamento, no Banco a partir da data abaixo indicada.
PERÍODO DE FACTURAÇÃO: JANEIRO/2014

Titular do Contrato / Local de Consumo (CIL): 0118441
ANGELO COIMBRA & CA LDA
R CARLOS A T T MENESES LT 55
Z IND MAIA SECTOR IV
MOREIRA
Número de Contribuinte: 500021287
Número Cliente / Conta: 1280 02750

ANGELO COIMBRA & CA LDA
APARTADO 6110
MAIA
4476 908 MAIA

Página 1 / 2

Unidade Comercial: SMAS da Maia
Tipo de Cliente: COMÉRCIO E INDÚSTRIA
Tarifa: COMERCIO E INDÚSTRIA
Tipo de leitura: Real
Número de Factura: 2014RC01014359
Período de Facturação: 2014-01

Tipo de Consumo	Contador Nº	Leitura Anterior 2013-12	Leitura Actual 2014-01	Factor de Multiplicação	Consumo
Consumo de água	6145506	106	125	1,00000000	19,00 m3

Descrição	Explicação de Valores	Facturado	Valor Unitário	Valor IVA
Escalão 1	1 mês	19,00	1,870000	35,53 1
Componente Fixa Água	1,00 mês	1,00	3,470000	3,47 1
Tarifa Utili/Disp Saneamento	19,00 m3	19,00	0,870000	16,53
Componente Fixa Saneamento	1,00 mês	1,00	1,020000	1,02
Tarifa Resid Sólidos-fixo	1,00 mês	1,00	10,990000	10,99
Tarifa Resid Sólidos-variável	19,00 m3	19,00	1,020000	19,38
Taxa Recursos Hidricos Água	19,00 m3	19,00	0,018800	0,36 1
Taxa Recursos Hidricos U.Sanea	19,00 m3	19,00	0,011000	0,21
IVA (1) 06%				2,36
Total (EUROS):				€ 89,85

IMPRESSÃO POR TRANSMISSÃO BANCÁRIA
 CONSERVE ESTE DOCUMENTO - O VALOR COMO REGISTO APÓS BOM CONSUMO POR TRANSMISSÃO BANCÁRIA

Histórico de Facturação



Conta Corrente

Saldo anterior	0,00
Factura N.ºRC01014359	89,85
Saldo actual	89,85

Leituras Comunicadas	N.º Doc. Pagamento	Data de Emissão	Débito a Partir de	Total a Pagar
Comunicação das leituras: Período ideal 10-Mar a 14-Mar Consumidor 0118441TF 800210001. www.smeas-maia.pt	2014RC01014359	2014-02-26	2014-03-31	€ 89,85 EUROS

Sede Social: Rua Dr. Carlos Felgueiras - Apartado 1010 - 4471-909 MAIA - NIF 680 015 124 - Cap. Social 18 376 225,74 Eur



SMAS Maia
Rua Dr. Carlos Felgueiras
4471-909 Maia
NIPC: 680 015 124
Telef: 229 430 800 Fax: 229 412 155

DADOS DA SUA CONTA BANCÁRIA

Banco 0007 BANCO ESPÍRITO SANTO
NIB 000704380000875000192
Identificação do Credor 101632
Autorização de Débito em Conta 99971562723

Estimado Cliente

Se verificar que o número da sua conta bancária não está correcto, solicitamos que nos comunique o facto. Poderá também, proceder facilmente à alteração da morada de envio da factura ou do nº de contribuinte/fiscal.

Anexo VII - Fatura da Vodafone

OC 20048



4118

Conta Nº 302857129
 Factura/Recibo Nº 000000132265547
 Data de Emissão: 20/02/2014
 Contribuinte Nº 500021287

ANGELO COIMBRA E CIA LDA
 APARTADO 6110 ZN INDUSTRIAL MAIA 1 SECTOR
 4
 4476 - 908 MAIA

Valor a pagar	€ 1.635,25
Débito a partir de	10/03/2014
Período de facturação	16/01/2014 a 15/02/2014

Conheça o novo Vodafone Smart Tab III, desenvolvido em parceria com a Lenovo, nas versões de 7" e 10" e com a melhor proposta do mercado em preço e produtividade.
 Disponível a partir de €46,88 s/ IVA, na opção com compromisso de permanência de 24 meses, ou por €91,46 + 2 500 pontos, na opção Clube Viva, em negocios.vodafone.pt

Resumo de Encargos Correntes	Valores sem IVA	IVA	Valor com IVA
Valor Mensal	€ 2.205,67	23%	
Valor Mensal Serv Suplementares	€ 25,00	23%	
Comunicações	€ 63,95	23%	
Deduções	€ -34,58	23%	
Descontos	€ -931,13	23%	
Valor total sujeito a IVA	€ 1.328,91		
TMDP	€ 0,69		
Valor total não sujeito a IVA	€ 0,69		
Valor sem IVA	€ 1.329,60		
Valor de IVA		€ 305,65	
Valor a pagar			€ 1.635,25

My Vodafone
 Se preferir receber a factura por e-mail em formato pdf acceda a <https://mv.vodafone.pt>

Contactos úteis
 Apoio a Clientes
www.vodafone.pt
 Telefone/SMS: 16 9 14
 (todos os dias úteis, das 09h às 20h)

Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, S.A., Sede: Avenida D. João II, Lote 1,04,01, E205, Parque das Nações, 1700 Lisboa www.vodafone.pt Capital Social € 71.068.823,00 NIPC/N.º de Matrícula na CRC 04 20244180

Processado por computador. Programa dispensado de certificação ao abrigo do artigo 2º, nº2 a) da Portaria nº 363/2010.

Consulte por favor o detalhe no MyVodafone em <https://my.vodafone.pt>

O pagamento até à data limite evita a suspensão (no prazo de 5 dias após essa data, para Clientes Empresariais). O serviço suspenso apenas pode ser retomado mediante o pagamento, o qual previne posterior resolução do contrato (condições gerais em www.vodafone.pt ou numa loja Vodafone). Válido como recibo após boa cobrança dos valores.

Débito Directo	
Autorização Débito Directo: 00049076553	Banco BANCO ESPIRITO SANTO IBAN PT50000704380000875000192 Débito a partir de 10/03/2014 Montante a debitar € 1.635,25

VFPC04/MS13

Anexo VIII - Fatura da Galp



Petróleos de Portugal - Petrogal, S.A.

Petrogal - uma Empresa Galp Energia.

Factura	1100315612	Exmo.(s) Sr.(s):
Data Emissão: 31-01-2014	Pág 1 de 1	Cliente:
Vencimento: 17-02-2014	Original	ANGELO COIMBRA & CIA LDA
Sub-Conta 5001420001		ZONA IND. DA MAIA I, SECT. IV Nº 10
ANGELO COIMBRA & C., LDA		4470-000 MAIA
Nr. Contribuinte: PT500021287		

Produto/Serviço	Quant. (Lts)	Valor Unitário Médio s/IVA	Desconto Unit. Médio s/IVA	Taxa IVA %	Valor s/IVA	Desconto s/IVA	Valor líquido s/IVA
001 SERVIÇO TRABAL. - GÁS				23,00	188,00	0,00	188,00
102 GASOLEO Gforce	321,580	1,2058	0,0122	23,00	391,70	3,93	387,77
120 Gasoleo Hi Energy	4140,850	1,1328	0,0122	23,00	4,748,60	50,56	4,698,04
210 SP85 Hi Energy	165,840	1,2726	0,0122	23,00	213,10	2,03	211,07



Petróleos de Portugal - PETROLIO, S.A. - B.Tomaz de Faria, Torre C, 1000-000 Lisboa
 N.º de IVA - PT - 500897370 - N.º de Contribuinte - PT - 500897370 - Capital 516.750.000,00 euros

DOCUMENTO SERÁ DEBITADO/CREDITADO NA SUA CONTA NR.00206875328, DO BARCLAYS BANK, PLC, BALCAO BARCLAYS BANK, PLC 0571

Total Líquido:	5,484.88
Total IVA:	1,261.48
TOTAL:	6,746.36

A informação de gestão referente a esta factura está disponível para download no nosso portal Galp Frota online, em <http://galpfrota.galpennergia.com>. Caso ainda não tenha acesso ao portal, contacte a Linha de Atendimento a Clientes Galp Frota através do 707 508 408 e saiba como aceder.

Sistema Débitos Directos

IC 101389
ADC 50014200242

SERVIÇO AO CLIENTE GALP FROTA: 707508408

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO: Disponível 24h. Das 21h às 8h disponível apenas para cancelamento de cartões

FAX: 210 058 860
 APARTADO: Apartado 1081, 1052-001 Lisboa
 EMAIL: galpfrota@galpennergia.com
 GALP FROTA ON LINE: <http://galpfrota.galpennergia.com>

Taxa	Valor Incidência	Valor de IVA
23,00	5,484.88	1,261.48

Nr. de Cartões Pertencentes à Factura = 15
 Bens colocados à vossa disposição até 31-01-2014



Meio de Pagamento: Cheque Nr. S/O Banco:

Nome ANGELO COIMBRA & C., LDA				
Nr. Cliente 500142-03 -0001	Nr. Doc. 1100315612	Emissão 31-01-2014	Vencimento 17-02-2014	Valor(EUR) 6,746.36

Anexo IX - Fatura de Manutenção de Veículos



Factura WEB Nº65656

Original

DI 20024

Exmo.(s) Sr.(s):

ANGELO COIMBRA & COMPANHIA LDA
ZONA INDUSTRIAL DA MAIA I, SECTOR IV
APARTADO 6110
4476-908 MAIA



www.sopneus.com

Data Emissão	Cond. Pagamento	Data Vencimento	V/ Requisição	V/ Contribuinte	Dados Viatura Instalação		
					Matrícula	Marca/Modelo	Kms.
15/02/2014	60 Dias	16/04/2014		500021287	05-70-PG	SCANIA / 260	0,00

#	Descrição	Quant.	Preço U.	Desc.	Eco-Taxa	Valor Linha	IVA
1	Ordem de Reparação nº 62512 de 14/02/2014	0,00	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0 %
2	FURO RODA PESADO	1,00	23,14 €	0,00%	0,00 €	23,14 €	23 %

-As mercadorias viajam por conta e risco do cliente.
-Os artigos e/ou serviços constantes nesta Factura foram colocados à disposição do adquirente nesta data.
-Dados p/Trf. Bancária - BES: 0007.0404.00099710003.26 | BPI: 0010.0000.34919640001.08 | POPULAR: 0046.0384.00600002579.79

Observações:

Local de carga: RUA ENG. FREDERICO ULRICH Data: 15/02/2014 Hora: 09:32:00 Matrícula/Viatura
Local de descarga: ZONA INDUSTRIAL DA MAIA Data: / / Hora: : :

Incidência	Taxa	Valor IVA
0,00	6 %	0,00
23,14	23 %	5,32
0,00	13 %	0,00
0,00	0 %	0,00

Recebi a mercadoria desta Guia

Total Mercadoria:	0,00 €
Total Serviços:	23,14 €
Total Eco-Taxas:	0,00 €
Total Descontos:	0,00 €
Valor IVA:	5,32 €

Nº Items	Peso (Kg)	Volume (m³)
0,00	0,00	0,00

Total A PAGAR: 28,46 €

Anexo X - Fatura de Conservação e reparação

Adélio G. Da Silva, Lda

Z. Ind. Maia I-Sector VII
 R. Joaquim Silva Vicente, Lt 146
 4470-434 Maia
 Telefone :229482574 Email :agsoficina@gmail.com
 Contribuinte : 501190660
 Capital Social : 12 000,00
 M. C. R. C. Maia nr. 35421

DI 1200044

Exmo.(s) Sr.(s)
 Angelo Coimbra & C., Lda.
 Zona Industrial Maia I, Sector IV
 Apartado 6110
 4476-908 MAIA

... Factura ... Original

Factura : 596 / 2013 Data : 2013-12-31 C. Pagamento : 30 dias Requisição : J Manuel
 Data Venc. : 2014-01-30 Cliente : 2111814 Nº. Contribuinte : 500021287
 Matrícula : 54-EH-58 Marca : TOYOTA Kms : 180448
 Serviços Efectuados: O.S 634

Verificar Travões nos 2 Eixos, Retirar Rodas para Limpar+Lubrificar sistema de travagem. Substituir Pastilhas Frente e Trás)+ Sangrar Circuito Hidraulico.

Descrição	Qtd.	Preço Unit.	Desc.	Pág. 1/1	
				Valor	IVA
Materiais :					
JOGO PASTILHAS/CALÇOS Frente	1.00	114,7700	5.00	109,03	23%
JOGO PASTILHAS/CALÇOS Trás	1.00	114,7700	5.00	109,03	23%
MATERIAL DE LIMPEZA E DIVERSOS	1.25	4,8000		6,00	23%
GALP EXPERT TRAVIA DOT4 -250ml	1.00	4,9600	25.00	3,72	23%
Eco-Lub	0.25	0,0630		0,02	23%
Total de Materiais :				227,80	
Serviços :					
SERVICO DE TROCAR PASTILHAS Frente	1.00	41,2500		41,25	23%
SERVICO DE TROCAR PASTILHAS Trás	1.00	41,2500		41,25	23%
SERVICO SANGRAR Circuito Hidraulico	1.00	34,3800		34,38	23%
Total de Serviços :				116,88	

Os Artigos / Serviços Facturados	Total Líquido	357,40
Foram colocados à Disposição / Realizados durante o mês 12/2013	Desconto	12,72
NIB: 0033 0000 5005 0058 7400 5 Banco BCP	Desconto Final	0,00
LoJM-Processado por programa certificado nº 0535/AT	Total Líquido	344,68
	IVA	79,28
	Franquia	0,00
	Total	423,95 Euros

Anexo XI - Fatura Via Verde



DATA DE EMISSÃO: 28 Fevereiro 2014
Nº DE DOCUMENTO: 001.983.746/02/2014
CONTRIBUINTE: 500021287
Nº DE CONTRATO: 0373730917



ANGELO COIMBRA & CIA LDA
ZN.IND.MAIA I SECTOR IV,10,LT.55 MAIA 4470-000 MAI
Maia
4470-000 MAIA

Validade desconhecida

Digitally signed by Via Verde
Portugal - Software Systems
Electronics, Inc. on 2014.02.28
10:00

IMPORTANTE








Um dos identificadores da conta encontra-se desativado por motivo de furto, roubo ou perda.

PAGAMENTO DE SERVIÇOS VIA VERDE

EXTRACTO/RECIBO

1 / 15

	Total pago em Euros	1.097,20
	Valor de IVA cobrado à taxa reduzida em vigor	0,15
	Valor de IVA cobrado à taxa normal em vigor	204,51
	Nº de Factura/Recibo	BR001.298.282/2014
 Brisa Concessão Rodoviária (BR) Brisa Concessão Rodoviária, S.A. Quinta da Torre da Aguilha, Ed. Brisa 2785-599 São Domingos de Rana MCRC Cascais - NIPC 502 790 024	Total pago em Euros	Fevereiro 593,30
	Valor de IVA cobrado à taxa normal em vigor	110,95
 Estradas Portugal (PR) EP - Estradas de Portugal, S.A. Praça da Portagem 2809-013 Almada MCRC Lisboa - NIPC 504 598 686	Nº de Factura/Recibo	PR000.300.604/2014
	Total pago em Euros	Fevereiro 27,00
	Valor de IVA cobrado à taxa normal em vigor	4,99
 Estradas Portugal (PO) EP - Estradas de Portugal, S.A. Praça da Portagem 2809-013 Almada MCRC Lisboa - NIPC 504 598 686	Nº de Factura/Recibo	PO000.392.595/2014
	Total pago em Euros	Fevereiro 168,80
	Valor de IVA cobrado à taxa normal em vigor	31,39
 Estradas Portugal (EN) EP - Estradas de Portugal, S.A. Praça da Portagem 2809-013 Almada MCRC Lisboa - NIPC 504 598 686	Nº de Factura/Recibo	EN000.285.991/2014
	Total pago em Euros	Fevereiro 151,75
	Valor de IVA cobrado à taxa normal em vigor	28,37
 AEDL (DL) AEDL-Auto Estradas do Douro Litoral, S.A. Quinta da Torre da Aguilha, Ed. Brisa 2785-599 São Domingos de Rana MCRC Lisboa - NIPC 507 027 140	Nº de Factura/Recibo	DL000.105.640/2014
	Total pago em Euros	Fevereiro 13,25
	Valor de IVA cobrado à taxa normal em vigor	2,47

PROCESSADO POR CONTRATADOR. Qualquer reclamação sobre a informação constante neste documento deverá ser apresentada ao Emissor de Via Verde, no âmbito do seu processo de reclamação.

www.viaverde.pt
707 500 900 - Apoio a Clientes - dias úteis das 08.30h às 20.30h

Anexo XII - Seguro Multiriscos



DI 300033 (COSTA DUARTE)
AVISO / RECIBO N.º 0155141035

RAMO Multi-Riscos Empresa CMX APÓLICE ME78379614
NIF: 500021287

Válido como Recibo após boa cobrança

Tomador

ANGELO COIMBRA COMP LDA
ZONA IND MAIA 1 SECTOR IV 10 LT 55
MAIA
4470 MAIA

Estimado Cliente

Informamos que se encontra a pagamento na entidade abaixo indicada, o prémio de seguro referido neste aviso. Caso não seja liquidado, nos termos da legislação em vigor, o contrato será automaticamente resolvido, deixando de vigorar na "data de resolução".
No entanto, e para sua comodidade, indicam-se no talão abaixo, formas alternativas de pagamento.

DATA DE VENCIMENTO	DATA DE RESOLUÇÃO
2013/04/28	2013/04/28

MOEDA: EUR

RISCO / OBJECTO SEGURO / OUTRAS REFERÊNCIAS
ALCANENA VILA MOREIRA-R VALE CARTAXO 21

PRÉMIO COMERCIAL	1.430,64
FGA/F.CALAM	
APÓLICE / ACTA	
J/C/CV/SNB/FAT	55,76
INEM	
SELO	128,78
VALOR A PAGAR	1.615,18

PERÍODO DO RECIBO	2013/04/28 A 2014/04/28	TIPO	Continuado
DATA DE EMISSÃO DO RECIBO		DATA DO AVISO	2013/03/16
CLIENTE	0027143872	BONUS	
INDEXAÇÃO		CAPITAL	1.179.120,00

MORADA DO CORRETOR / MEDIADOR

COSTA DUARTE CORRETOR SEGUROS SA
R ENG FERREIRA DIAS 924 1 E 14
4100-246 PORTO

I.V.A. - ISENTO (Art.º9 n.º28 do CIVA)

Pela Seguradora

Helena Valadares Rosa Rodrigues

Helena Valadares

Rosa Rodrigues

Veja no verso informações complementares importantes.

Nos termos legais em vigor, a cobertura dos riscos contratados apenas se verifica após o pagamento do prémio ou frações subsequentes e a falta de pagamento impede a renovação do contrato e determina a resolução automática e imediata da apólice de seguro na data em que o mesmo era devido.

20130316022849

DESTACAR PELO PICOTADO



TALÃO DE CONTROLO



PAGÁVEL NAS CAIXAS MULTIBANCO OU POR CHEQUE

Agradecemos que nos apresente este AVISO / RECIBO completo

RAMO	APÓLICE	RECIBO
CMX	ME78379614	0155141035

PAGÁVEL ATÉ	PERÍODO DO RECIBO
2013/04/28	2013/04/28 A 2014/04/28

VALOR A PAGAR
1.615,18 EUROS

NºPAX.: 01743

CLIENTE 0027143872

PAGAMENTO POR MULTIBANCO

ENTIDADE	10418
REFERÊNCIA	428 126 692
MONTANTE	1 615,18

RAMO	APÓLICE	RECIBO
CMX	ME78379614	Cont 0155141035
PERÍODO DO RECIBO		
2013/04/28	A	2014/04/28

3295 - OC2681C - OCS_1



Anexo XIII - Seguro Acidentes de Trabalho



DI 90008

AVISO / RECIBO N.º 0159352446

RAMO Acidentes Trabalho ATX APÓLICE AT78358304
NIF: 500021287

Válido como Recibo após boa cobrança

Tomador

ANGELO COIMBRA COMP LDA
ZONA IND MAIA 1 SECTOR IV 10 LT 55
MAIA
4470 MAIA

Estimado Cliente

Informamos que se encontra a pagamento na entidade abaixo indicada, o prémio de seguro referido neste aviso. Caso não seja liquidado, nos termos da legislação em vigor, o contrato será automaticamente resolvido, deixando de vigorar na "data de resolução".
No entanto, e para sua comodidade, indicam-se no talão abaixo, formas alternativas de pagamento.

DATA DE VENCIMENTO	DATA DE RESOLUÇÃO
2013/10/17	2013/10/17
MOEDA: EUR	
PRÉMIO COMERCIAL	520,42
FGA/F.CALAM	
APÓLICE / ACTA	
J/C/ CV/ SNB/ FAT	120,00
INEM	10,41
SELO	26,02
VALOR A PAGAR	676,85

RISCO / OBJECTO SEGURO / OUTRAS REFERÊNCIAS	
ZONA IND MAIA 1 SECTOR IV 10 LT 55	
PERÍODO DO RECIBO	2013/10/17 A 2014/01/17 TIPO Continuado
DATA DE EMISSÃO DO RECIBO	DATA DO AVISO 2013/09/04
CLIENTE 0027143872	
INDEXAÇÃO	CAPITAL 80.000,00

MORADA DO CORRETOR / MEDIADOR

COSTA DUARTE CORRETOR SEGUROS SA
R ENG FERREIRA DIAS 924 1 E 14
4100-246 PORTO

I.V.A. - ISENTO (Art.º nº28 do CIVA)

Pela Seguradora

Helena Valadares Rosa Rodrigues

Helena Valadares

Rosa Rodrigues

Veja no verso informações complementares importantes.

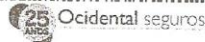
Nos termos legais em vigor, a cobertura dos riscos contratados apenas se verifica após o pagamento do prémio ou fracções subsequentes e a falta de pagamento impede a renovação do contrato e determina a resolução automática e imediata da apólice de seguro na data em que o mesmo era devido.

20130907031700

DESTACAR PELO PICOTADO



TALÃO DE CONTROLO



PAGÁVEL NAS CAIXAS MULTIBANCO OU POR CHEQUE

Agradecemos que nos apresente este AVISO / RECIBO completo

CLIENTE 0027143872

PAGAMENTO POR MULTIBANCO

ENTIDADE	10418
REFERÊNCIA	107 556 372
MONTANTE	676,85

RAMO	APÓLICE	RECIBO
ATX	AT78358304 Cont	0159352446
PERÍODO DO RECIBO		
2013/10/17	A	2014/01/17

RAMO	APÓLICE	RECIBO
ATX	AT78358304	0159352446
PAGÁVEL ATÉ		
2013/10/17	PERÍODO DO RECIBO	
	2013/10/17	A 2014/01/17
VALOR A PAGAR		
676,85 EUROS		

NºPAX.: 01743



Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. - Sede: Av. Dr. Mário Soares (Tagus Park), Edifício 10, Piso 1, 2749-002 Porto. Salvo. Pessoa coletiva n.º 501 186 918, matriculada sob esse número na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com capital social de 12.500.000,00 euro.

Anexo XIV - Seguro de Veículos



Apoio ao Cliente: 210 042.440 / 220 002.440
Atendimento personalizado 24 horas.

www.occidentalseguros.pt



ANGELO COIMBRA CA LDA
ZN IND MAIA I SECTOR IV 10 LT
4476-908 MAIA

00000 119/00 065900 47160000902501000020

Doc: Companhia Portuguesa de Seguros, SA, Sede: Av. Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10, P.º 1, 1649-016 Lisboa, matriculada sob esse número na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o NIPC nº 500023614, inscrita sob esse número na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o NIPC nº 500023614

Dados do Cobrador
Nome: COSTA DUARTE CORRETOR SEGUROS SA
N.º de Agente: ME12010085 / 01743
N.º de Identificação Fiscal: 503976555

Dados do Tomador do Seguro
Nome: ANGELO COIMBRA CA LDA
N.º de Cliente: 5000023614
N.º de Identificação Fiscal: 500021287

Aviso/Recibo
Automovel

Lisboa, 24 de setembro de 2013

Estimado Cliente,

Antes de mais gostaríamos de agradecer a confiança na Ocidental Seguros. Renovamos o nosso compromisso de ir ao encontro das vossas expectativas, prestando-lhes o serviço de excelência que nos caracteriza.

Informamos que já se encontra disponível para pagamento o prémio da Apólice N.º AU90100064.

O pagamento pode ser efectuado junto do vosso mediador, cuja morada se encontra neste documento. Poderão igualmente proceder ao pagamento através do Multibanco, Home Banking ou Cheque, utilizando as referências abaixo apresentadas.

Para vossa comodidade, encontra-se ainda à disposição a possibilidade de aderirem de imediato ao Sistema de Débito Directo. Salientamos, porém, que esta alteração apenas produzirá efeitos a partir da próxima anuidade ou fracção.

Estamos ao vosso dispor para esclarecer qualquer dúvida que possa surgir.



25 Anos de experiência ao seu serviço
Conte connosco como seu parceiro em seguros para todas as necessidades de proteção: pessoal, patrimonial, poupança, investimento ou responsabilidades.

Dados do Aviso/Recibo

Ramo	Apólice N.º	Recibo N.º	Período do Recibo	Data de Emissão	Tipo de Recibo
Automovel	AU90100064	0159541503	17-10-2013 a 17-10-2014	12-09-2013	Continuado
Detalhe do Valor a Pagar					
Prémio Comercial					
€ 5.719,85					Total Segurador
					€ 5.719,85
Carta Verde					
		FGA e Prevenção Rodoviária	INEM	Imposto de Selo	Total Outras Entidades
€ 8,75		€ 47,10	€ 115,46	€ 519,34	€ 690,65
Nota: Isento de IVA de acordo com Art.º 9 N.º 28 do CIVA.					
					Valor Total a Pagar:
					€ 6.410,50
					Data Limite de Pagamento:
					17-10-2013

24-09-2013

Pág. 1/2

A Ocidental Seguros está em processo de adoção do Novo Acordo Ortográfico

Pagamento no AGENTE/MEDIADOR

Caso pretendam efetuar o pagamento através do seu Mediador por favor dirijam-se à seguinte morada:

Nome:
COSTA DUARTE CORRETOR SEGUROS SA
Morada:
R. ENG FERREIRA DIAS 924 1 E 14
4100-246 PORTO
Contacto:



Pagamento por MULTIBANCO ou HOME BANKING

Entidade: 10418
Referência: 130951635
Montante: € 6.410,50

O talão emitido pelo Multibanco ou Home Banking faz prova de pagamento.

Por favor, conservem-o.

Pagamento por CHEQUE

Caso pretenda efetuar o pagamento por cheque deverá destacar esta secção pelo tracejado e remetê-la para a seguinte morada:

À ordem de:
Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, SA.
Morada:
Direção Financeira - Tesouraria e Cobranças
Tagus Park, Edifício 10, Piso 1
2744-022 Porto Salvo

Apólice N.º: AU90100064
Recibo N.º: 0159541503
Período do Recibo: 17-10-2013 a 17-10-2014
Valor a Pagar: € 6.410,50

Anexo XV - Pagamento Fornecedor



ANGELO COIMBRA & CA., LDA.

Zona Industrial da Maia I, Sector IV
 Apartado 6110
 4476 - 908 Maia, Portugal
 tl.: + 351 229479240/8 | fx.: + 351 229479249
 www.angelocoimbra.pt
 geral@angelocoimbra.pt



Rua Vale Cartaxo, 21 Ap. 35
 2384-908 Vila-Moreira, Portugal
 tl.: + 351 249890547 | fx.: + 351 249890638
 alcanena@angelocoimbra.pt

QUIMITEJO PRODUTOS QUIMICOS, LDA.

AVENIDA D. JOÃO II, LOTE 1.16.05-7ºB
 LISBOA
 1990-083 LISBOA

Pagamento nº	28
Via:	ORIGINAL
Data:	15.01.2014

Exmos. Senhores,

Informamos que efectuamos o seguinte pagamento, através de Transferência bancária sobre o banco BES no valor de € 14.024,96 para a regularização dos seguintes documentos:

Documento	Número	Data	Valor original	Valor regularizado	Desc.
V/Factura	22215/13	17.09.2013	2.337,00	2.337,00	
V/Nt. Crédito	20251/13	20.09.2013	-430,50	-430,50	
V/Factura	22323/13	23.09.2013	368,88	368,88	
V/Factura	22322/13	23.09.2013	898,39	898,39	
V/Factura	2203/13	23.09.2013	369,57	369,57	
V/Factura	22268/13	23.09.2013	1.188,18	1.188,18	
V/Factura	22345/13	24.09.2013	487,99	487,99	
V/Factura	22385/13	24.09.2013	2.318,30	2.318,30	
V/Factura	22448/13	04.10.2013	1.117,95	1.117,95	
V/Factura	22471/13	04.10.2013	885,85	885,85	
V/Factura	22436/13	04.10.2013	1.623,60	1.623,60	
V/Factura	11702/13	08.10.2013	2.859,75	2.859,75	

Valor do Desconto: €

Valor Pago: **14.024,96 €**

Extenso: Catorze Mil e Quatro Euros e Noventa e Seis Cêntimos

Agradecemos desde já o envio do recibo, subscrevemo-nos com elevada consideração.



ANGELO COIMBRA & CA., LDA.
 VIA GERENTE

(Assinatura e Carimbo)

Documento processado por computador

Soc. por Quotas - Capital Social € 250.000,00 - Matriculada na Conservatória do Registo comercial da Maia sob nº 57807 / 20031219 - N.I.F. PT 500 021 287

Anexo XVII - Pagamento Empréstimo Bancário

Fatura

Nr. Doc.: 10822867191

Millennium
bcp

BPP 20000/0

Conta Depósitos à Ordem nº: 23841
Moeda da Conta: EUR
NIB: 00330000000002384171
Nº Contribuinte: 500021287

ANGELO COIMBRA & CA LDA
ZN IND MAIA SECTOR IV LT 55
4470-001 MAIA



Gestor de Cliente
PAULO BATISTA
AV BOAVISTA 1180
Tel: 220042430 - Fax: 220024069
e-mail: PAULO.BATISTA@MILLENNIUMBcp.PT



Lisboa, 07 de fevereiro de 2014

Exmos Senhores,

Relativamente à conta de Depósito a Ordem 23841 EUR, informamos que foi efectuado o seguinte lançamento:

PAGAMENTO DE PRESTACAO
EMPRESTIMO - 186896701

	EUR-EURO
Juros Pagos	335,41-
Amortização	21 875,00-
Imposto do Selo	13,42-
Total Debitado	22 223,83-
Juro Bonificado	218,24
Imposto do Selo	8,73
Total Bonificação	226,97
Data Valor da Operação	2014/02/06
Data do Movimento	2014/02/06
Mont. Bonif. Acumuladas à Data	11 387,32
Impto. Selo Acumulado à Data	455,49
Total Acumulado à Data	11 842,81

699111
2511100015
021231413

1210006

Com os nossos melhores cumprimentos,



Banco Comercial Português, S.A.

Anexo XVIII - Pagamento Segurança Social

ATÉ 20/02/2014



SEGURANÇA SOCIAL

RESUMO DE DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES DE INTERNET

Mês de Referência: 2014/01

ANGELO COIMBRA COMP LD

NISS: 20004810070

NIF: 500021287

Estabelecimento	N.º Contribuinte	Taxa	Valor de Remunerações	Contribuições	Data Envio DR
0001	129092742				
		34.75	€ +19 084,50	€ +6 631,86	2014/02/07
		34.75	€ +5 500,00	€ +1 911,25	2014/02/07
		TOTAL	€ +24 584,50	€ +8 543,11	
TOTAL			€ +24 584,50	€ +8 543,11	

Processado por computador

1/1

Anexo XIX - Pagamento Retenções na Fonte

 MINISTÉRIO DAS FINANÇAS AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA	DECLARAÇÃO DE RETENÇÕES NA FONTE IRS/IRC E IMPOSTO DO SELO
NÚMERO DO DOCUMENTO	NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL
80381621545	500021287
RETENÇÕES A NÃO RESIDENTES	NOME
Retenções feitas a sujeitos passivos considerados não residentes em Portugal, de acordo com o previsto no n.º 7 do art. 119.º do CIRS. <input type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO	ANGELO COIMBRA E CIA LDA

ZONA	CÓDIGO	IMPORTÂNCIA €
1 Continente	101 - IRS - Trabalho Dependente	4.341,00
2 Continente	102 - IRS - Empresariais e Profissionais	123,50
3 Continente	112 - IRS - Sobretaxa extraordinária	279,00
4 Continente	201 - IRC - Prediais	312,50
5 Continente	323 - IS - Títulos de crédito	348,50
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
PERÍODO	2014 / Janeiro	VALOR A PAGAR
		5.404,50

Total de páginas: 1 Número desta página: 1

Data e hora da recepção da declaração: 2014-02-20 11:03:10

Referência para pagamento
156.080.381.621.545
Importância a pagar
€ 5.404,50
Data limite de pagamento
2014-02-20

O pagamento pode ser efectuado através do Multibanco, da Internet, das Tesourarias de Finanças, dos CTT e das Instituições de Crédito, utilizando a referência indicada.

Para efectuar o pagamento pela Internet utilize o serviço on-line do seu Banco e seleccione Pagamentos ao Estado.

Válido como recibo após certificação ou juntamente com o documento emitido pela entidade cobradora.



56102100066580381621545078100000054045012

Certificação do pagamento

Assinatura

Anexo XX - Pagamento do IVA

126 10/03/2016 (2016)

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO		DECLARAÇÃO PERIÓDICA DE IVA	
DOCUMENTO PARA PAGAMENTO DE DECLARAÇÃO PERIÓDICA DE IVA ENVIADA PELA INTERNET			
IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO			
NOME	ANGELO COIMBRA E CIA LDA		
MORADA	ZONA INDUSTRIAL DA MAIA I - SECTOR IV - APARTADO 6110 N 10 LOTE 55		
LOCALIDADE	MOREIRA	CÓDIGO POSTAL	4470-000 MOREIRA MAI
NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL	PERÍODO	IDENTIFICAÇÃO DA DECLARAÇÃO	DATA E HORA DE RECEÇÃO DA DECLARAÇÃO
500021287	2014 / 01	112060451183	2014-03-06 12:07:07
Referência para pagamento		O pagamento pode ser efectuado através da Internet, no Multibanco, nas Secções de Cobrança dos Serviços de Finanças e nos balcões dos CTT e das Instituições de Crédito, utilizando as referências indicadas. Para efectuar o pagamento pela Internet, utilize o serviço on-line do seu Banco e seleccione "Pagamentos ao Estado". Os pagamentos superiores a € 100.000,00 não podem ser efectuados no Multibanco, devendo utilizar-se os outros locais de pagamento acima referidos.	
162 612 060 451 183			
Linha Óptica			
62 10210003 6 0 12060451183 0781			
Importância a Pagar			
€ 44.832,38			

REFERÊNCIA



IMPORTÂNCIA



CERTIFICAÇÃO DO PAGAMENTO
Empty space for stamp

ASSINATURA

Anexo XXI - Fatura Enoport


ANGELO COIMBRA & CA., LDA.

 Zona Industrial da Maia I, Sector IV
 Apartado 6110
 4476 - 908 Maia, Portugal
 t: + 351 22947924098 | f: + 351 229479249
 www.angelocoimbra.pt
 geral@angelocoimbra.pt

PME lider

 Rua Vale Cartaxo, 21 Ap. 35
 2384-908 Vila-Moreira, Portugal
 t: + 351 249890547 | f: + 351 249890838
 alcanena@angelocoimbra.pt

 LOCAL CARGA **N/ Instalações**

 LOCAL DESCARGA **ENOPORT PRODUÇÃO DE**

HORA CARGA :

EXPEDIÇÃO

 BES - 0007.0438.00008750001.92
 BARCLAYS - 0032.0571.00206875328.15
 MILLENIUM - 0033.0000.00000023841.71
 CGD - 0035.2084.00000455630.37

ORIGINAL

DOCUMENTO	DATA	NÚMERO
Factura S3	2014-01-24	64

ENOPORT PRODUÇÃO DE BEBIDAS, S.A.
RUA MARIANO DE CARVALHO
APARTADO 4
2040-901 RIO MAIOR

CLIENTE	VENDEDOR	CONTRIBUINTE	ENCOMENDA N.	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	VENCIMENTO
127	Afonso Silveira	500150850		Cheque a 60 dias	25.03.2014

Artigo	Designação	Quant.	Un.	Preço	Desc.	I.V.A	Valor
03FT05E37	CELATOM FW12	800,000	Kg	0,790000		23%	632,00
Guia de Remessa S3 nº 98 de 21.01.2014							

O valor debitado dos Contentores/Bilhas serve de depósito, a ser creditado aquando da devolução dos mesmos e desde que entregues em bom estado de conservação.

INCIDÊNCIA	TAXA	VALOR IMPOSTO
632,00	23,00%	145,36
	13,00%	
	6,00%	

TOTAL MERCADORIA	632,00
TOTAL DE DESCONTOS	
TOTAL DE OUTROS	
TOTAL DE IVA	145,36
TOTAL DO DOCUMENTO	777,36

Software PHC - AVfU-Processado por programa certificado nº 0006/AT

Conforme o disposto na alínea f) do nº5 do Artº36 do CIVA, os artigos facturados foram colocados à disposição do adquirente na data das respectivas Guias de Remessa

Página 1 de 1

Anexo XXII - Nota de Crédito Enoport


ANGELO COIMBRA & CA., LDA.

 Zona Industrial da Maia I, Sector IV
 Apartado 6110
 4476 - 908 Maia, Portugal
 tl. + 351 229479240/6 | fx. + 351 229479249
 www.angelocoimbra.pt
 geral@angelocoimbra.pt

PME líder

 Rua Vale Cartaxo, 21 Ap. 35
 2384-908 Vila-Moreira, Portugal
 tl. + 351 248890547 | fx. + 351 248890538
 alcanana@angelocoimbra.pt

 LOCAL CARGA **N/ Instalações**

 LOCAL DESCARGA **Morada do Cliente**

HORA CARGA :

EXPEDIÇÃO

 BES - 0007.0438.00008750001.92
 BARCLAYS - 0032.0571.00206875328.15
 MILLENIUM - 0033.0000.00000023841.71
 CGD - 0035.2084.00004455630.37

ORIGINAL

DOCUMENTO	DATA	NÚMERO
Nota de Crédito S3	2014-02-07	17

 ENOPORT PRODUÇÃO DE BEBIDAS, S.A.
 RUA MARIANO DE CARVALHO
 APARTADO 4
 2040-901 RIO MAIOR

CLIENTE	VENDEDOR	CONTRIBUINTE	ENCOMENDA N.	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	VENCIMENTO
127	Afonso Silveira	500150850		Cheque a 60 dias	08.04.2014

Artigo	Designação	Quant.	Un.	Preço	Desc.	I.V.A	Valor
03SK02P47	Devolução de Cliente S3 nº 2 de 03.02.2014 SORBENOL	75,000	Kg	5,500000		23%	-412,50

INCIDÊNCIA	TAXA	VALOR IMPOSTO
-412,50	23,00%	-94,88
	13,00%	
	6,00%	


TOTAL MERCADORIA	-412,50
TOTAL DE DESCONTOS	
TOTAL DE OUTROS	
TOTAL DE IVA	-94,88
TOTAL DO DOCUMENTO	-507,38

Software PHC - bBtv-Processado por programa certificado nº 0006/AT

Página 1 de 1

Conforme o disposto na alínea f) do nº5 do Artº36 do CIVA, os artigos facturados foram colocados à disposição do adquirente na data das respectivas Guias de Remessa

Anexo XXIII - Fatura Compra CUF – Químicos Industriais S.A.



CUF
QUÍMICOS INDUSTRIAIS

ORIGINAL Pág. 1 / 1

Factura 1501462064

DI 200032

CLIENTE NR 5001000537
 CONTRIBUINTE NR PT500021287

Data 27.02.2014 Condições de Pagamento: PAGAMENTO A 75 DIAS Data de vencimento: 13.05.2014 Nº. do Pedido: 86 O não pagamento na data de vencimento implica o débito de juros de mora, calculados de acordo com o Decreto Lei-32/2003 de 17 de Fevereiro.	Exmo(s) Senhor(es) ANGELO COIMBRA & CA., LDA. ZONA IND. MAIA I - SECTOR IV Nº10 LOTE 55 4476-908 MAIA
--	---

Peso dos Produtos 17,060 TO
 Moeda: EUR

Material Denominação	Cód.Pautal	Quantidade	Preço	Valor	IVA
GUIA DE REMESSA 1590040920 DATA 27.02.2014					
108413 Hipoclorito Sódio	28289000	17,060 TO	95,00	1.620,70	JG

OBS-CISTERNA L-150247 (TALCO)

Código IVA	Descrição	Perc.	Base Incid.	Valor
JG	IVA liquidado	23 %	1.620,70 EUR	372,76



VALOR BRUTO	1.620,70 EUR
TOTAL SUPLEMENTOS	0,00 EUR
TOTAL DESCONTO	0,00 EUR
VALOR LÍQUIDO	1.620,70 EUR
TOTAL IVA	372,76 EUR
TOTAL A PAGAR	1.993,46 EUR

Os bens facturados foram colocados à disposição do adquirente na data de emissão da guia de remessa

Observações

Transferência bancária IBAN PT50000700000044907488723 SWIFT/BIC: BESCPTPL
 Bank details: Banco Espírito Santo
 Rua Alexandre Herculano, n. 38 - Piso 6
 1269-161 LISBOA - PORTUGAL

DESTINATÁRIO : ANGELO COIMBRA & CA., LDA.
 LOCAL DESCARGA : ZONA IND. MAIA I - SECTOR IV Nº10
 4476-908 MAIA
 Portugal

Empresa do Grupo CUF
CUF - QUÍMICOS INDUSTRIAIS, S.A.
 SEDE E FÁBRICA: Quinta da Indústria - Beduído
 CÓDIGO POSTAL: 3860-680 ESTARREJA - PORTUGAL
 TELEFONE: (351) 234 810 300 - TELEFAX: (351) 234 810 321
 CAPITAL SOCIAL: 30.500.000,00 EUR - NIPC: PT 500 832 234
 Matriculada na C.R.C. ESTARREJA sob o N.º 500832234
 E-mail: químicos.industriais@cufl-qi.pt - URL: www.cuf-qi.pt

FQO - Processado por programa certificado n.º 631/DGCI

Anexo XXIV - Fatura CleverConcept

CLEVERCONCEPT WORKING FOR YOUR SUCCESS.®

Factura

FAC 01/3762

Folha Nº 1 de 1

Original

Natureza: Factura


MILAN®

ESCRITÓRIOS

 Rua Santa Sabina nº40
 4575-074 Alpendorada, Varzea e Torrão
 Marco de Canaveses - Portugal
 T/F 255 619 016 | E-mail: escritorio@clever-concept.pt

www.clever-concept.pt

PAGAMENTO TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA
 CGD - NIB 0035 0438 00052320130 21
 MONTEPIO - NIB 0036 0485 99104351518 26

MULTIBANCO

 Capital Social: 17000€
 Registada na C.R.C. Vila Nova de Gaia

 Emitido em
2014-02-08

 Condições de Pagamento
30 Dias

 Vencimento em
2014-03-10

V/ Documento

 Cliente Nº
10527

 V/ Contribuinte
500021287

Transporte

DE 200013

Exmo.(s) Senhor(es)

 ANGELO COIMBRA & COMPANHIA, LDA.
 ZONA INDUSTRIAL DA MAIA, 1 SECTOR 4, APARTADO 6110

4476-908 MAIA

(Alínea f do Nº 5 do Artº 36 CIVA) Os artigos facturados foram colocados à disposição do adquirente em 2014-02-08

REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNI	P.VENDA S/IVA	DESC	VALOR LIQUIDO	IVA
80191	Grapadora cuerpo de plástico rígido antichoque base 12cm. gris	1,00	UNI	3,43 EUR		3,43 EUR	23 %
80186	Desgrapador negro	1,00	UNI	0,89 EUR		0,89 EUR	23 %
80189	Taladro metálico grande con guía de plástico gris	1,00	UNI	5,41 EUR		5,41 EUR	23 %
25826	X-ACTO LARGO Q-CONNECT LAMINA 18MM DE LARGURA	1,00	UNI	1,29 EUR		1,29 EUR	23 %
170027DB	Mini grapadora Dots and Buttons	1,00	UNI	3,57 EUR		3,57 EUR	23 %
SEP.CART.6P	SEPARADORES CARTOLINA 6 PESTANAS	6,00	UNI	0,33 EUR		2,00 EUR	23 %
43564	TABULEIRO SECRETÁRIA PLÁSTICO AZUL OPACO	1,00	UNI	1,85 EUR		1,85 EUR	23 %
92385	ESFEROGRÁFICA BIC AZUL CRISTAL	50,00	UNI	0,26 EUR		13,00 EUR	23 %

NITA SABINA Nº 40 4575-074 NIF: PT508964407

Clever Concept - Tecn. Inform. E,Ld - RUJ

Ijz9 - Processado por programa certificado nº 2/AT - Sage

Incidência	Valor de I.V.A.	TOTAL BRUTO	31,44 EUR
31,44 23,0 %	7,23	DESCONTO LINHA	0,00 EUR
0,00 0,0 %	0,00	DESCONTO GLOBAL	0,00 EUR
0,00 0,0 %	0,00	TOTAL LIQUIDO	31,44 EUR
0,00 0,0 %	0,00	TOTAL I.V.A.	7,23 EUR
		TOTAL PORTES	0,00 EUR

Hora de Carga: 18:43 Hora Descarga: 23:59

Local de Carga: N/ Instalações

**** Total ****
38.67 EUR

Local de Descarga: V/ Instalações

© Sage licenciado a: Clever Concept - Tecn. Inform. E,Ld /508964407

 CASH&CARRY ALPENDORADA - Rua Santa Sabina nº40 - 4575-074 Alpendorada, Varzea e Torrão | T +351255619016 | cashcarry@clever-concept.pt
 CASH&CARRY MARCO CANAVESSES - Avenida Gago Coutinho nº480 - 4630-206 Marco Canaveses | T +351255521082

Anexo XXV - Fatura Ambisalus



DI 200029

Factura

Nº FAC 14 / 57

Folha Nº 1 de 1

Original

Natureza: Factura

R. do Pinheiro, nº. 260
Edif. Belo Horizonte, Lj B
4835-093 GUIMARAES

Telefone: 253 512 655 Fax:253 473 328
Contribuinte Nº :503414360
Capital Social: 5.000 Euros
Email: geral@ambisalus.pt
Registada na C.R.C. Guimarães sob o nº4834
NIB: 0035 0271 0000 2233 3303 2 - CGD

Exmo.(s) Senhor(es)

ÂNGELO COIMBRA & COMPANHIA, LDA
ZONA INDUSTRIAL DA MAIA 1, SECTOR IV
Moreira - APARTADO 6110
4470-460 Maia

Emitido em	Condições de Pagamento	Vencimento em
14-Fev-2014	Pronto Pagamento	14-Fev-2014
'' Documento	Cliente Nº 100291	V/ Contribuinte 500 021 287
		Transporte N/Viatura

(Alínea f do Nº 5 do Artº 36 CIVA) Os artigos facturados foram colocados à disposição do adquirente em 14-02-2014

REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNI	P.VENDA S/IVA	DESC	VALOR LIQUIDO	IVA
17	Consultoria Area da Qualidade (Janeiro 2014)	1,00	UNI	600,00 EUR		600,00 EUR	23 %

Incidência	Valor de I.V.A.
600,00 23,0 %	138,00
0,00 0,0 %	0,00
0,00 0,0 %	0,00
0,00 0,0 %	0,00

TOTAL MERCADORIAS	600,00 EUR
DESCONTO LINHA	0,00 EUR
DESCONTO GLOBAL	0,00 EUR
TOTAL LIQUIDO	600,00 EUR
TOTAL I.V.A.	138,00 EUR
TOTAL PORTES	0,00 EUR

**** Total ** 738,00 EUR**

Anexo XXVI - Fatura Aquisição de Imobilizado

00-P 1200003



Factura-Recibo nº: 5305879294
 Data: 05/12/2013

Original
 Cliente



Cliente: 10501141
 Código Fiscal: 500021287
 Vencimento:
 Moeda do documento: EUR
 Vendedor: ActiveWeb Agent Login
 V/ Encomenda nº:
 Local de Expedição: UNE -

ANGELO COIMBRA & CA LDA
 ZN IND MAIA I SECTOR 4 LT 55
 MAIA
 4470 - 460

Nº registo REEE - PTO0567

Artigo	Descrição	Quant.	Preço	Desconto	IVA	Total
10401937	IPAD AIR 16GB BRANCO	1	483,74	0,00	23%	483,74
	Contribuição Ecovalor (Tabela Ecopilhas)		0,12			0,12
	Comp. Permanência no plano tarifário subscrito 358772054587771			463,74		463,74

IVA	Base	Imposto	Total	Valor base	Total
23%	20,00	4,60	24,60	483,74	463,74
				Desc. comercial	0,00
				Desc. financeiro	20,00
				Valor líquido	4,60
				Total IVA	24,60
Total	20,00	4,60	24,60	Total Final	24,60
Contribuição Ecovalor (Tabela Ecopilhas)			0,12		

Observações: YmgB - Processado por programa certificado n.º 631/DGCI
 Salvo indicação em contrário o (s) equipamento (s) fornecido (s) está (estão) bloqueado (s) à rede Vodafone Portugal. Para informações sobre o valor desbloqueado consulte www.vodafone.pt

Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, S.A.

Sede: Avenida D. João II, Lote 1.04.01, Parque das Nações, 1998-017 Lisboa
 Telefone: +351 21 091 50 00, Fax: +351 21 091 59 53, www.vodafone.pt

NIPC/N.º de Matricula na CRC de Lisboa 502544180 - Capital Social €91.068.253,00

Carga em R. Prof Henrique Barros nº1 Qt Marchante
 2685-339 Prior Velho
 em 05/12/2013 às 19h00 Viatura - - - -
 Local Descarga ZN INDUST MAIA I SECT 4 LT
 55,4471-909,MAIA

5206335401_2_1

1/ 1

Anexo XXVII - Nota de Crédito Fornecedor



Nota de Crédito
Para Devoluções

Gasin II Unipessoal, Lda
R. do Progresso, 53 - Perafita
Apartado 3051
4451-801 Leça da Palmeira - Portugal
www.gasin.pt

DI 200004

Página: 1 de 2

N.º Documento: 937848921
Data: 13.02.2014
Resp. pelo pagamento: 536628
Respons. pela factura: 536628
N.I.F.: 500021287
VAT-ID: PT500021287
Cond. entrega: FCA PERAFITA
Contacto: GALILEUGAS - COM GASES MAT. SOLD.,
Telefone: 229 942 783
Fax: 229 942 785
Email: agXD24@agentsap.com
Cópias de Facturas e Notas de Entrega estão disponíveis em
www.airproducts.com/APDirect.
Se tiver alguma dúvida relacionada com esta factura, por favor
contacte com GALILEUGAS - COM GASES MAT. SOLD.,



[00011]

R. do Progresso, 53 - Perafita, 4451-801 Leça da Palmeira, Portugal.

ANGELO COIMBRA & COMP. LDA
ZONA IND.MAIA I-SECTOR IV,10-LT 55
4470-000 MAIA

Vendido a: 536628
ANGELO COIMBRA & COMP. LDA
ZONA IND.MAIA I-SECTOR IV,10-LT 55
4470-000 MAIA

Enviar para: 536628
ANGELO COIMBRA & COMP. LDA
ZONA IND.MAIA I-SECTOR IV,10-LT 55
4470-000 MAIA

Detalhes de entrega

Taxa IVA	23,000%	Total
Preço Produto	287,56	287,56
Base de IVA	287,56	287,56
IVA	66,14	66,14
Total a ser creditado ao cliente(EUR)	353,70	353,70

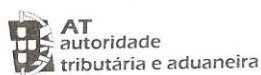
Caso tenha alguma dúvida ou questão respeitante a esta factura agradecemos contacte o seu distribuidor local

Pedido do Cliente: RECLAMAÇÃO
Ref. Pagamento.: 937848921

A QUANTIA ACIMA SERÁ CREDITADA NA SUA CONTA.

O vendedor não responderá, até ao limite legalmente permitido, por nenhum tipo de reclamação por danos e/ ou prejuízos que exceda o do preço do produto fornecido ou do serviço prestado que esteja na origem dessa mesma reclamação.

Anexo XXVIII - Recibo Verde Guarda-Noturno



Fatura-Recibo **Original**

FATURA-RECIBO N.º 597 DATA DE EMISSÃO 23/12/2013

DADOS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

NOME JOAQUIM FERNANDO OLIVEIRA MAIA

NIF 119667908

ATIVIDADE EXERCIDA OUT. ACT. CONSULTORIA, CIENTÍFICAS, TÉCNICAS E SIMIL., N.E.

DOMICÍLIO FISCAL / ESTABELECIMENTO ESTÁVEL R DAS FLORES 276 4745-000 ALVARELHOS TRF

DADOS DO ADQUIRENTE DO SERVIÇO

NOME ANGELO COIMBRA E CIA LDA

NIF 500021287

MORADA ZONA INDUSTRIAL DA MAIA I - SECTOR IV - APARTADO 6110 N 10 LOTE 55 4470-000 MOREIRA

NIF ESTRANGEIRO/OUTRO DOC. IDENT. --- PAÍS ---

SUBSISTEMA DE SAÚDE --- N.º DE BENEFICIÁRIO ---

DADOS DO SERVIÇO PRESTADO

DATA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO 23/12/2013

DESCRIÇÃO VIGILANTE

VALOR BASE	150,00 €
IVA : Contingente - 23% [taxa normal atual] :	34,50 €
IMPOSTO DO SELO	0,00 €
IRS : A taxa de 11.5%- artº 101.º, n.º1, do CIRS ;	17,25 €
IMPORTÂNCIA RECEBIDA	167,25 €

Importância recebida a título de

Honorários Adiantamento por conta de honorários Adiantamento para pagamento de despesas por conta e em nome do cliente

Assinatura do prestador:

Joaquim Fernando Oliveira

Documento emitido eletronicamente. Disponível para consulta pelo adquirente no Portal das Finanças (<https://www.portaldasfinancas.gov.pt>).

Anexo XXIX - Reconciliação Bancária



BANCO: BPA CONTA: 23841
 RECONCILIAÇÃO EM: 31.01.2014

Saldo na Contabilidade (A): -43.137,89 €

Movimentos lançados na Contabilidade a Débito e por lançar no Banco (B):

Nº Doc.	Descrição	Valor
1000144	deposito	490,30

faz.verde-fevº

Soma: 490,30 €

Movimentos lançados na Contabilidade a Crédito e por lançar no Banco (C):

Nº Doc.	Descrição	Valor
1000001	rest.horta	139,00
1000055	fnac	34,99
1000055	rest.ferradura	26,60
1000057	nespresso	57,45
1000007	pagtº.66	49.039,87

fevº

"

"

"

"

Soma: 49.297,91 €

Movimentos lançados no Banco e por lançar na Contabilidade a Crédito (D):

Nº Doc.	Descrição	Valor
	pagºcajor-etiquetas	55,23
	portagens	44,15
	portagens	19,80
	portagens	47,35
	portagens	63,65

fevº

fevº

fevº

fevº

fevº

Soma: 230,18 €

Movimentos lançados no Banco e por lançar na Contabilidade a Débito (E):

Nº Doc.	Descrição	Valor
	transfº.rec.440	286,44
	depósito	437,55
	depósito	3.750,79
	depósito	129,73
	depósito	1.443,83
	transfº-rc.316	2.109,16
	transfº-rec.315	3.755,28

fevº

"

"

"

"

"

"

Soma: 11.912,78 €

Soma: (A) - (B) + (C) - (D) + (E) 17.352,32 €

Saldo no Banco: 17.352,32 €

Diferença: 0,00 €

Feito por _____

Data
21.02.2014

Anexo XXX - Transferência de Saldos

Angelo Coimbra & Ca., Lda. - PHC Advanced 15

Sistema Editar Gestão CRM Comercial Contabilidade Pessoal Imobilizado Supervisor Tabelas Análises Janelas Ajuda

Moradas de Carga e Descarga Ano: 2014

Documentos Contabilísticos

Diário: BANCOS Data: Fiscal Civil

Nº do Lançamento: 12000279 31 Dezembro 2013

Documento: Op. Bancárias Nº do Documento:

Documentos: Regularizações para os campos 40/41

Conta	Nome da Conta	Descrição do movimento	Débito	Crédito	Rúbrica	Centro Analítico	Mspa?	NºContribuinte
243415	Anulações/Incobrança de Créditos	rec.iva-liderbrancura	1.342,01					508380413
2111104509	LIDERBRANCURA - ACABAMENTOS TÊXTIS UNIPESOAAL, Li	rec.iva-liderbrancura		1.342,01			C	508380413
2161204509	LIDERBRANCURA - ACABAMENTOS TÊXTIS UNIPESOAAL, Li	rec.iva-liderbrancura	1.342,01					508380413
2161204509	LIDERBRANCURA - ACABAMENTOS TÊXTIS UNIPESOAAL, Li	rec.iva-liderbrancura		1.342,01				508380413

Opções deste Ecrã

- Totais
- Imprimir
- Alterar Documento

Anexo XXXI - Modelo 30

DISCRIMINAÇÃO DAS PROVISÕES, PERDAS POR IMPARIDADE EM CRÉDITOS E AJUSTAMENTOS EM INVENTÁRIOS		SALDO DO PERÍODO ANTERIOR				MOVIMENTO DO PERÍODO				SALDO PARA O PERÍODO SEGUINTE				
		Total	Valor contido na coluna (2) que foi tributado	Valor considerado para efeitos fiscais	UTILIZAÇÃO	REPOSIÇÃO / REVERSÃO		Constituição ou reforço						
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)-(3)	De valor considerado na coluna (3)	De valor considerado na coluna (4)	De valor considerado na coluna (3)	De valor considerado na coluna (4)		(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(2)-(5)-(6)-(7)- (8)+(9)
I - PERDAS POR IMPARIDADE EM CRÉDITOS E AJUSTAMENTOS EM INVENTÁRIOS														
PERDAS POR IMPARIDADE EM CRÉDITOS DE COBRANÇA DUVIDOSA:														
- CRÉDITOS EM CONTENCIOSO	322.639,16			322.639,16								33.856,61	54.862,37	343.644,92
- CRÉDITOS EM MORA				0,00										0,00
AJUSTAMENTOS EM INVENTÁRIOS				0,00										0,00
				0,00										0,00
Soma I	322.639,16			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.856,61	54.862,37	54.862,37	343.644,92
II - PROVISÕES FISCALMENTE NÃO DEDUTÍVEIS / PERDAS POR IMPARIDADE FISCALMENTE NÃO DEDUTÍVEIS														
				0,00										0,00
				0,00										0,00
				0,00										0,00
				0,00										0,00
				0,00										0,00
Soma II	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III - PROVISÕES FISCALMENTE DEDUTÍVEIS														
				0,00										0,00
				0,00										0,00
				0,00										0,00
				0,00										0,00
				0,00										0,00
Soma III	0,00			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL
5 0 0 2 1 2 8 7
 PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO
2 0 1 3

MAPA DE PROVISÕES, PERDAS POR IMPARIDADE EM CRÉDITOS E AJUSTAMENTOS EM INVENTÁRIOS


MODELO

IRC

30

Anexo XXXII - Modelo 32

Código de acordo com a tabela anexa ao DR nº 26/2009		Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL		PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO		MÉTODO UTILIZADO		NATUREZA DOS ACTIVOS		MAPA DE DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES		MÓDULO 32					
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12) = [(10) x (8)] / [(9) - (9)] x (11)	(13)	(14)	(15) = (8) - [(12) + (13)]	(16)
Data	Descrição dos elementos do Activo	Activos		Activos		Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período	Depreciações / amortizações e perdas por imparidade em períodos anteriores	Taxa %	Taxa de amortização	Limite Fiscal do período	Perdas por imparidade aceites no período (art.39º CIRC)	Taxas perdidas acumuladas	Depreciações / amortizações e perdas por imparidade não aceites como gastos	Depreciações / amortizações e perdas por imparidade recuperadas no período			
		Valor contabilístico registado	Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais												
2 0 1 5	edifícios comerciais e administrativos	422.637,63 €	422.637,63 €	422.637,63 €	422.637,63 €	194.413,25 €											
2 0 1 5	edifícios comerciais e administrativos	25.392,37 €	25.392,37 €	25.392,37 €	25.392,37 €	507,65 €		2		507,65 €							
2 0 1 5	edifícios comerciais e administrativos	7.097,93 €	7.097,93 €	7.097,93 €	7.097,93 €												
2 0 1 5	edifícios comerciais e administrativos	7.481,97 €	7.481,97 €	7.481,97 €	7.481,97 €												
2 0 1 5	edifícios comerciais e administrativos	362.737,07 €	362.737,07 €	362.737,07 €	362.737,07 €												
2 0 2 0	conjuntos industriais	32.196,30 €	32.196,30 €	32.196,30 €	32.196,30 €												
2 0 9 5	instalações - instalações de água, electricidade, ar comprimido, refrigeração e telefónicas (interiores)	4.794,49 €	4.794,49 €	4.794,49 €	4.794,49 €	479,45 €		10		479,45 €							
2 0 9 5	instalações - instalações de água, electricidade, ar comprimido, refrigeração e telefónicas (interiores)	241.716,33 €	241.716,33 €	241.716,33 €	241.716,33 €	12.085,82 €		5		24.171,63 €							
2 0 9 5	instalações - instalações de água, electricidade, ar comprimido, refrigeração e telefónicas (interiores)	4.271,20 €	4.271,20 €	4.271,20 €	4.271,20 €	5.529,67 €											
2 0 9 5	comprimido, refrigeração e telefónicas (interiores)	5.044,16 €	5.044,16 €	5.044,16 €	5.044,16 €	504,42 €		10		504,42 €							
2 0 9 5	comprimido, refrigeração e telefónicas (interiores)	4.949,90 €	4.949,90 €	4.949,90 €	4.949,90 €	494,99 €		10		494,99 €							
2 1 9 5	comprimido, refrigeração e telefónicas (interiores)	37.153,54 €	37.153,54 €	37.153,54 €	37.153,54 €	3.715,36 €		10		3.715,36 €							
2 1 9 5	comprimido, refrigeração e telefónicas (interiores)	27.116,32 €	27.116,32 €	27.116,32 €	27.116,32 €	2.711,63 €		5		2.711,63 €							
2 1 9 5	comprimido, refrigeração e telefónicas (interiores)	39.064,00 €	39.064,00 €	39.064,00 €	39.064,00 €	3.906,41 €		10		3.906,41 €							
2 1 9 5	instalações não específicos	703,31 €	703,31 €	703,31 €	703,31 €	703,31 €											
2 1 9 5	instalações não específicos	109.129,06 €	109.129,06 €	109.129,06 €	109.129,06 €	10.912,91 €											
2 1 9 5	instalações não específicos	22.779,01 €	22.779,01 €	22.779,01 €	22.779,01 €	2.277,90 €											
2 1 9 5	instalações não específicos	82.374,43 €	82.374,43 €	82.374,43 €	82.374,43 €	8.237,45 €		5		8.237,45 €							
2 1 9 5	instalações não específicos	14.071,67 €	14.071,67 €	14.071,67 €	14.071,67 €	1.407,17 €		5		1.407,17 €							
2 1 9 5	instalações não específicos	1.868,00 €	1.868,00 €	1.868,00 €	1.868,00 €	186,80 €		10		186,80 €							
2 1 9 5	instalações não específicos	53.199,41 €	53.199,41 €	53.199,41 €	53.199,41 €	5.319,94 €		5		5.319,94 €							
2 1 9 5	instalações não específicos	9.080,49 €	9.080,49 €	9.080,49 €	9.080,49 €	908,05 €		5		908,05 €							
2 1 9 5	instalações não específicos	10.162,75 €	10.162,75 €	10.162,75 €	10.162,75 €	1.016,28 €		12,5		1.016,28 €							
2 2 1 0	Aparelhos de Ar Condicionado	10.019,25 €	10.019,25 €	10.019,25 €	10.019,25 €	1.001,93 €											
2 2 1 5	Aparelhos de Aquecimento (irradiadores e outros)	196,00 €	196,00 €	196,00 €	196,00 €	196,00 €											
2 2 3 0	Balancas	1.027,52 €	1.027,52 €	1.027,52 €	1.027,52 €	1.027,52 €											
2 2 3 0	Balancas	847,96 €	847,96 €	847,96 €	847,96 €	847,96 €											
2 2 1 3 1 0	Balancas	1.171,00 €	1.171,00 €	1.171,00 €	1.171,00 €	1.171,00 €											
TOTAL GENERAL OUA A TRANSPORTAR,		1.538.273,07 €	1.538.273,07 €	1.538.273,07 €	1.538.273,07 €	44.712,11 €				616.710,41 €							
										53.821,30 €							

1º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL				MAPA DE DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES										RC					
5 0 0 0 2 1 2 8 7				NATUREZA DOS ACTIVOS					MÉTODO UTILIZADO					MODELO 32					
PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO				Activar Fixos Tangíveis <input checked="" type="checkbox"/> Activar Intangíveis <input type="checkbox"/> Activar Biológico não consumíveis <input type="checkbox"/> Praticidade de Investimento <input type="checkbox"/>					Quota Constante <input checked="" type="checkbox"/> Quota Decrescente <input type="checkbox"/> Outra <input type="checkbox"/>										
2 0 1 3																			
Descrição das elementos da Activa	Data		Activos				Gastos Fiscais									Depreciação e amortização a perder por imparidade não acorrida como quita	Depreciação e amortização a perder por imparidade recuperada na período		
	Mês	ANO	Valor contabilístico registado	Valor de aquisição ou produção para o fisco	Valor de aquisição ou produção para o fisco	Depreciação e amortização a perder por imparidade contabilizada na período	Depreciação e amortização acorrida em períodos anteriores	Taxa %	Taxa amortização	Limite Fiscal da período	Perda por imparidade acorrida na período (art.38º CIRCI)	Taxa percentual acumulada							
(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12) - [(10) x (8)] ou [(8) - (9)] x (11)	(13)	(14)	(15) - (8) - [(12) x (14)]	(16)					
máquina não especificada		1985	4.140,021	4.140,021			4.140,021												
máquina não especificada		1986	1.544,851	1.544,851			1.544,851												
máquina não especificada		2001	12.114,961	12.114,961			12.114,961												
máquina não especificada		2003	4.173,781	4.173,781			4.173,781												
máquina não especificada		2004	6.505,571	6.505,571			6.505,571												
máquina não especificada		2005	8.769,441	8.769,441			8.769,441												
máquina não especificada		2006	8.415,201	8.415,201		1.051,901	7.363,301	12,5		1.051,901									
máquina não especificada		2007	1.164,411	1.164,411		291,101	727,391	25		145,551									
máquina não especificada		2008	4.541,271	4.541,271		1.135,341	2.838,351	25		567,671									
máquina, aparelho e Ferramenta - máquina não especificada		2009	64.278,651	64.278,651		8.034,841	24.104,521	12,5		8.034,841									
Tractor e atolador, empilhador e carrar com caixa basculante		2008	28.660,961	28.660,961		1.052,251	27.608,711			1.052,251									
arranjar urbanístico - máquina, aparelho e Ferramenta - máquina não especificada		1986	47.890,281	47.890,281			47.890,281												
máquina não especificada		2002	12.733,121	12.733,121			12.733,121												
máquina não especificada		1995	4.628,821	4.628,821			4.628,821												
BMW X5 (42-NI-53)		2013	83.860,001	83.860,001		8.286,001		10		8.286,001									
PASSAT 29/36JUR		2003	38.500,001	38.500,001			38.500,001												
TOYOTA Dyna (24-71-10)		1997	18.548,051	18.548,051			18.548,051												
TOYOTA DYNA (54-EH-58)		2007	29.100,001	29.100,001		2.910,001	23.280,001	10		8.820,001									
SCANIA 96-MP-16		2012	101.342,401	101.342,401		20.268,481	10.134,241	20		20.268,481									
SCANIA 96-MP-17		2012	101.342,401	101.342,401		10.134,241	10.134,241	10		20.268,481									
SCANIA (95-70-PG)		2000	84.795,641	84.795,641			84.795,641												
SEMI-REBOQUE SE 39-94		2012	28.031,671	28.031,671		5.606,331	2.803,171	10		5.606,331									
veículo automóvel usado e roboteiro de mercadorias		2007	1.300,001	1.300,001			1.300,001												
computador		1989	1.099,851	1.099,851			1.099,851												
computador		1991	2.144,831	2.144,831			2.144,831												
computador		1994	2.718,451	2.718,451			2.718,451												
computador		1995	3.492,811	3.492,811			3.492,811												
computador		1996	224,461	224,461			224,461												

1.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

5 0 0 0 2 1 2 8 7

PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO

2 0 1 3

MAPA DE DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES
MATUREZA DOS ATIVOS

 Activos Fixos Tangíveis
 Activos Intangíveis
 Activos Biológicos não espermivores
 Prerrogativas de Investimento
MÉTODO UTILIZADO

 Quotas Constantes
 Quotas Decrescentes
 Outra


MODELO 32

Código de ordem como tabulação nos DR n.º 292/09	Descrição da elementar de Activo	Data		Activos				Gastos Fiscais					Depreciação / amortização a perdar por impedido na recuperação na período	Depreciação / amortização a perdar por impedido na recuperação na período		
		Início de utilização		Valor contabilístico reajustado	Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Número de meses de utilidade prevista	Depreciação / amortização a perdar por impedido na período	Depreciação e amortização			Perdas por impedido de acuitar na período (art.38.º CIRQ)	Valor a pagar acumulado				
		Mês	Ano					Depreciação e amortização acuitar em período anterior	Taxa %	Taxa amortizac.					Límite Fiscal da período	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12) - [(10) x (11)] ou [(8) - (9)] x 240	(13)	(14)	(15) - (8) - [(12) + (13)]	(16)	
2	2	4	0	computador	1998	11.862,611	11.862,611		11.862,611							
2	2	4	0	computador	2000	2.659,091	2.659,091		2.659,091							
2	2	4	0	computador	2002	7.570,001	7.570,001		7.570,001							
2	2	4	0	computador	2003	3.295,711	3.295,711		3.295,711							
2	2	4	0	computador	2004	37.028,451	37.028,451		37.028,451							
2	2	4	0	computador	2005	1.479,491	1.479,491		1.387,571							
2	2	4	0	computador	2006	1.713,221	1.713,221		1.284,901							
2	2	4	0	computador	2007	3.141,751	3.141,751		3.141,751							
2	2	4	0	computador	2007	46,491	46,491		46,491							
2	2	4	0	computador	2010	909,101	909,101		909,101							
2	2	4	0	computador	2009	3.244,271	3.244,271		3.244,271							
2	2	4	0	maquinaria, aparelhos e ferramentas - computador	2009	520,001	520,001	130,001	325,001	25	130,001					
2	2	5	1	aparelhos telemóveis	2005	206,601	206,601		206,601							
2	2	7	5	máquina de escrever, do calcular, do contabilizado e do fatiador	1987	1.571,211	1.571,211		1.571,211							
2	2	7	5	máquina de escrever, do calcular, do contabilizado e do fatiador	1988	1.421,571	1.421,571		1.421,571							
2	2	7	5	máquina de escrever, do calcular, do contabilizado e do fatiador	1994	527,231	527,231		527,231							
2	2	7	5	máquina de escrever, do calcular, do contabilizado e do fatiador	1995	668,391	668,391		668,391							
2	2	7	5	máquina de escrever, do calcular, do contabilizado e do fatiador	1997	1.596,151	1.596,151		1.596,151							
2	2	7	5	máquina de escrever, do calcular, do contabilizado e do fatiador	2000	598,561	598,561		598,561							
2	2	7	5	máquina de escrever, do calcular, do contabilizado e do fatiador	2001	949,971	949,971		949,971							
2	2	7	5	máquina de escrever, do calcular, do contabilizado e do fatiador	2005	6.101,001	6.101,001		6.101,001							
2	2	7	5	máquina de escrever, do calcular, do contabilizado e do fatiador	2008	6.170,441	6.170,441		6.170,441							
2	2	7	5	máquina, aparelhos e ferramentas - máquina de escrever, do calcular, do contabilizado e do fatiador	2009	344,171	344,171	34,421	172,081	10	137,661					
				TOTAL GERAL OU A TRANSPORTAR		2.339.494,871	2.339.494,871	103.747,011	1.075.305,341			125.290,461	-			

1.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

5 0 0 0 2 1 2 8 7

PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO

2 0 1 3

MAPA DE DEPRECIações E AMORTIZAções



MODELO 32

NATUREZA DOS ACTIVOS

Activos Fixos Tangíveis
 Activos Intangíveis
 Activos Biológicos não consumíveis
 Propriedades de Investimento

MÉTODO UTILIZADO

Quota Constante
 Quota Decrescente
 Outra

Código de acordo com o Regulamento do D.R. 257/2009	Descrição dos elementos da Activa	Data		Activos				Gastos Fiscais								
		da aquisição		Valor contabilístico registado	Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Número de anos de utilização prevista	Depreciação / amortização e perda por imparidade contabilizada na período	Depreciação e amortização e perda por imparidade ocorrida em períodos anteriores	Depreciação e amortização			Perda por imparidade ocorrida na período (art. 28.º CIRC)	Taxa por período acumulada	Depreciação / amortização e perda por imparidade não ocorrida como quitar	Depreciação / amortização e perda por imparidade recuperada na período	
		Mês	ANO						Taxa %	Taxa de utilização %	Límite Fiscal da período					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12) - [(10) x (6)] ou [(6) - (9)] x taxa	(13)	(14)	(15) - (8) - (12) + (13)	(16)	
2.4.3.0	maquinária		1981	4.595,261	4.595,261			4.595,261								
2.4.3.0	maquinária		1992	670,121	670,121			670,121								
2.4.3.0	maquinária		1992	185,201	185,201			185,201								
2.4.3.0	maquinária		1984	59,111	59,111			59,111								
2.4.3.0	maquinária		1985	452,921	452,921			452,921								
2.4.3.0	maquinária		1986	373,791	373,791			373,791								
2.4.3.0	maquinária		1987	2.491,501	2.491,501			2.491,501								
2.4.3.0	maquinária		1988	360,481	360,481			360,481								
2.4.3.0	maquinária		1989	643,751	643,751			643,751								
2.4.3.0	maquinária		1994	1.097,261	1.097,261			1.097,261								
2.4.3.0	maquinária		1995	808,051	808,051			808,051								
2.4.3.0	maquinária		1997	219,471	219,471			219,471								
2.4.3.0	maquinária		1999	13.811,711	13.811,711			13.811,711								
2.4.3.0	maquinária		2002	1240,001	1240,001			1240,001								
2.4.3.0	maquinária		2004	12.476,821	12.476,821			12.476,821								
2.4.3.0	maquinária		2005	328,781	328,781			328,781								
2.4.3.0	maquinária		2007	2.787,371	2.787,371		348,421	2.438,941	12,5		248,421					
2.4.3.0	maquinária		2007	30,601	30,601			22,971								
2.4.3.0	maquinária		2006	840,001	840,001			840,001								
2.4.3.0	maquinária		2008	144,621	144,621			157,781								
2.2.7.5	maquinário de escrever, de calcular, de contabilidade e de fotocópiar		1981	13.509,261	1.571,211			1.571,211								
2.2.4.0	computadores		2001	18.315,891	18.315,891			18.315,891								
2.2.7.5	maquinário de escrever, de calcular, de contabilidade e de fotocópiar		2001	12.609,551	949,971			12.609,551								
2.4.3.0	maquinária		2001	21.021,321	13.811,711			21.021,321								
2.2.4.0	Elementar de Reduzida Valor		2002	134,451	134,451			134,451								
2.2.4.0	Elementar de Reduzida Valor		2004	264,421	264,421			264,421								
2.2.5.1	Elementar de Reduzida Valor		2002	154,261	154,261			154,261								
2.2.5.1	Elementar de Reduzida Valor		2004	228,401	228,401			228,401								
2.2.6.1	Elementar de Reduzida Valor		2006	440,001	440,001			440,001								

Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL

5 0 0 0 2 1 2 8 7

PERÍODO DE TRIBUTAÇÃO

2 0 1 3

MAPA DE DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES

NATUREZA DOS ACTIVOS

Activos Físicos Tangíveis
Activos Intangíveis
Activos Biológicos não consumíveis
Propriedades de Investimento

MÉTODO UTILIZADO

Quotas Constantes
Quotas Decrescentes
Outro

IRC

MODELO 32

Código de acordo com a tabela anexa ao DR n.º 25/2009	Descrição dos elementos do Activo	Data		Activos				Gastos Fiscais								
		Início da utilização		Valor contabilístico registado	Valor de aquisição ou produção para efeitos fiscais	Número de anos de utilidade esperada	Depreciações / amortizações e perdas por imparidade contabilizadas no período	Depreciações e amortizações aceites em períodos anteriores	Depreciações e amortizações			Perdas por imparidade aceites no período (art.38ºCRC)	Taxas percentuais acumuladas	Depreciações / amortizações e perdas por imparidade não aceites como gastos	Depreciações / amortizações e perdas por imparidade recuperadas no período	
		Mês	ANO						Taxa %	Taxa voluntária %	Limite Fiscal do período					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12) + [(10) x (6)] ou [(6) x (9)] x (11)	(13)	(14)	(15) + (8) - [(12) + (13)]	(16)	
2.4.4.0	Elementos Diversos - programas de computadores		2009	495,00 €	495,00 €			495,00 €								
2.4.4.0	Elementos Diversos - programas de computadores		2009	41,67 €	41,67 €			41,67 €								
2.4.4.0	programas de computador		2011	6.225,00 €	6.225,00 €			622,50 €	1.245,00 €	10	1.245,00 €					
2.4.4.0	programas de computador		2012	4.050,50 €	4.050,50 €			810,10 €		20	810,10 €					
2.4.4.0	programas de computador		2013	7.159,00 €	7.159,00 €			1.431,80 €		20	1.431,80 €					
2.4.5.5	Taras e Vasilhame: De outros Materiais		2010	2.282,91 €	2.282,91 €			760,89 €	1.521,78 €	33,33	760,89 €					
2.4.5.5	Taras e Vasilhame: De outros Materiais		2012	450,00 €	450,00 €			150,00 €		33,33	150,00 €					
2.4.5.5	Taras e Vasilhame: De outros Materiais		2013	1.800,00 €	1.800,00 €			594,00 €		33,33	594,00 €					
2.1.9.5	instalações não específicos		2012	2.369,00 €	2.369,00 €			344,93 €	68,45 €	10	236,90 €					
2.4.4.0	programas de computador		2006	9.000,00 €	9.000,00 €			9.000,00 €								
2.4.4.0	programas de computador		2008	1.207,95 €	1.207,95 €			1.207,95 €								
2.4.5.5	Taras e Vasilhame: De outros Materiais		2005	826,23 €	826,23 €			826,23 €								
TOTAL GERAL OU A TRANSPORTAR				2.486.446,42 €	2.486.446,42 €			108.809,66 €	1.188.474,75 €			130.519,15 €				€

Anexo XXXIII - Lançamento Depreciações

Angelo Coimbra & Ca., Lda. - PHC Advanced 15

Sistema | Editar | Gestão | CRM Comercial | Contabilidade | Pessoal | Imobilizado | Supervisor | Tabelas | Análises | Janelas | Ajuda

Moradas de Carga e Descarga | Ano: 2014

Documentos Contabilísticos

Diário: Op. Diversas | Data: Fiscal | Civil | 31 | Regularização | 2013

Nº do Lançamento: 13000012 | Documento: Diversos | Nº do Documento:

Documentos: Regularizações para os campos 40/41

Conta	Nome da Conta	Descrição do movimento	Débito	Crédito	Rúbrica	Centro Analítico	Mapa?	NºContribuinte
6422	Edifícios e outras construções	Div - Amortizações 2013	22.900,27					
4382	Edifícios e outras construções	Div - Amortizações 2013		22.900,27				
6423	Equipamento básico	Div - Amortizações 2013	23.299,59					
4383	Equipamento básico	Div - Amortizações 2013		23.299,59				
64242	Outras viaturas	Div - Amortizações 2013	39.322,06					
4384	Equipamento de transporte	Div - Amortizações 2013		39.322,06				
6425	Equipamento administrativo	Div - Amortizações 2013	21.487,74					
4385	Equipamento administrativo	Div - Amortizações 2013		21.487,74				
6427	Outros activos fixos tangíveis	Div - Amortizações 2013	1.800,00					
4387	Outros activos fixos tangíveis	Div - Amortizações 2013		1.800,00				

Opções deste Ecrã: Totais, Imprimir, Alterar Documento

Anexo XXXIV - Mapa de Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		Período	
		2013	2012
RUBRICAS			
Fluxo de caixa das atividades operacionais - método directo			
	Recobimentar de clientes	4.434.767,59 €	
	Paqamentar a fornecedores	- 3.634.256,49 €	
	Paqamentar a pessoal	- 400.804,97 €	
	Paqamentar/recobimento da impartar sobre a rendime	- 14.266,67 €	
	Outras recobimentar/paqamentar	25.301,98 €	
	de caixa das atividades operacionais -1	410.741,04 €	
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Paqamentar respoitantor a:			
	Activar fixar tanqivoir	- 70.954,98 €	
	Activar Intanqivoir	- 8.588,80 €	
	Invertimentar Financeiras		
	Outras Activar	- €	
Recobimentar provenientor de:			
	Activar fixar tanqivoir	86.861,44 €	
	Activar Intanqivoir	- €	
	Invertimentar Financeiras	- €	
	Outras Activar	- €	
	Subridiar as Invertimenta	- €	
	Jurar e rendimentar Similares	- €	
	Dividendar	- €	
	caixa das atividades de investimento -2	7.317,66 €	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recobimentar provenientor de:			
	Financiamentar obtidar		
	Realizaqão de capital e de outras instrumentar de capital prápria		
	Cobertura das Prejuizar	- €	
	Doaqões	- 108,30 €	
	Outras Operaqões de Financiamenta	- €	
Paqamentar respoitantor a:			
	Financiamentar obtidar	- 271.333,40 €	
	Jurar e qartar similares	- 67.589,24 €	
	Dividendar	- €	
	reduqões de capital e de outras instrumentar de capital prápria	- €	
	Outras operaqões de financiamenta	- €	
	caixa das atividades de financiamento -3	- 338.922,64 €	
Variaçã de caixa e seus equiva 1)+(2)+(3)		79.136,06 €	
	Efeito das diferenqas de câmbia	- €	
	Caixa e seus equivalentor na inícia da períada	59.231,79 €	
	Caixa e seus equivalentor na fim da períada	79.136,06 €	

Anexo XXXV - Balanço



Ângelo Coimbra & CA, Lda.

Balanço (Individual ou Consolidado) em 31.15.2013

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2013	2012
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	-	1.189.162,01	1.238.807,21
Propriedades de Investimento	-	0,00	0,00
Goodwill	-	0,00	0,00
Activos Intangíveis	-	8.588,80	1.429,80
Activos biológicos	-	0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	-	0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos	-	0,00	0,00
Accionistas / Sócios	-	0,00	0,00
Outros activos financeiros	-	7.004,48	7.004,48
Activos por impostos diferidos	-	0,00	0,00
	-	1.204.755,29	1.247.241,49
Activo Corrente			
Inventários	-	720.595,12	815.563,87
Activos Biológicos	-	0,00	0,00
Clientes	-	1.724.056,07	1.807.450,39
Adiantamento a fornecedores	-	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	-	28.910,32	14.677,54
Accionistas / Sócios	-	12.601,05	12.601,05
Outras contas a receber	-	463.642,31	469.251,88
Diferimentos	-	7.553,68	7.553,68
Activos financeiros detidos para negociação	-	0,00	0,00
Outros activos Financeiros	-	0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda	-	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	-	79.136,03	59.231,79
	-	3.036.494,58	3.186.330,20
Total do activo	-	4.241.249,87	4.433.571,69

Luís Coimbra



ANGELO COIMBRA & CA., LDA.
 UM GERENTE


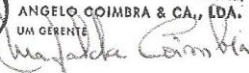
Luís Coimbra



Ângelo Coimbra & CA, Lda.

Balanço (Individual ou Consolidado) em 31.15.2013

RUBRICAS	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
		2013	2012
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	-	250.000,00	250.000,00
Ações (quotas) próprias	-	0,00	0,00
Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	-	0,00	0,00
Prémios de emissão	-	0,00	0,00
Reservas Legais	-	50.000,00	50.000,00
Outras reservas	-	535.034,58	529.443,58
Resultados Transitados	-	5.643,81	5.643,81
Ajustamentos em activos financeiros	-	9.326,67	9.326,67
Excedentes de revalorização	-	590.971,09	590.971,09
Outras variações no capital próprio	-	0,00	0,00
Resultado líquido do período	-	28.708,13	5.591,00
Interesses minoritários	-	0,00	0,00
Total do Capital próprio	-	1.469.684,28	1.440.976,15
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	-	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	-	0,00	0,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	-	0,00	0,00
Passivos por impostos diferidos	-	0,00	0,00
Outras contas a pagar	-	0,00	0,00
	-	0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	-	1.345.259,91	1.356.516,79
Adiantamentos de clientes	-	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	-	98.593,26	92.945,10
Accionistas / Sócios	-	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	-	1.199.313,76	1.470.647,15
Outras contas a pagar	-	128.398,66	72.486,50
Diferimentos	-	0,00	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação	-	0,00	0,00
Outros passivos financeiros	-	0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda	-	0,00	0,00
	-	2.771.565,59	2.992.595,54
Total do passivo	-	2.771.565,59	2.992.595,54
Total do capital próprio e do passivo	-	4.241.249,87	4.433.571,69



ANGELO COIMBRA & CA, LDA.
 UM GÉRENTE


Anexo XXXVI - Demonstração dos Resultados

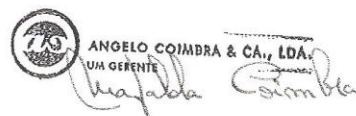


Ângelo Coimbra & CA, Lda.

Demonstração de Resultados por Naturezas (Individual / Consolidada)

Período Findo em 31.15.2013

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	-	4.322.137,23	4.509.388,46
Subsídios à exploração	-	4.261,48	0,00
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conj.	-	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção	-	0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	-	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	-3.269.616,54	-3.510.440,55
Fornecimentos e serviços externos	-	-407.458,23	-414.336,01
Gastos com o pessoal	-	-400.804,97	-417.071,49
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	-	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-	-1.504,23	4.514,75
Provisões (aumentos / reduções)	-	0,00	-9.874,78
Imparidades de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)	-	0,00	0,00
Aumentos / reduções de justo valor	-	0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	-	38.583,67	81.241,88
Outros gastos e perdas	-	-55.705,51	-63.633,26
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	-	229.892,90	179.789,00
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-	-108.809,66	-91.809,16
Imparidade de activos depreciáveis / amortizáveis (perdas/reversões)	-	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-	121.083,24	87.979,84
Juros e rendimentos similares obtidos	-	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	-	-67.589,24	-67.884,30
Resultado antes de impostos	-	53.494,00	20.095,54
Imposto sobre o rendimento do período	-	24.785,87	14.504,54
Resultado líquido do período	-	28.708,13	5.591,00
Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período	-	0,00	0,00
Resultado Líquido do período atribuível a: (2)			
Detentores do capital da empresa-mãe	-	0,00	0,00
Interesses minoritários	-	0,00	0,00
	-	0,00	0,00
Resultado por acção básico	-	0,00	0,00

ANGELO COIMBRA & CA, LDA.
 VIA GERENTE
 Ângelo Coimbra

Anexo XXXVII - Anexo



ANGELO COIMBRA & CA., LDA.

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Empresa Ângelo Coimbra & Ca., Lda é uma sociedade por quotas, com o número de contribuinte 500.021.287 e sede na Zona Industrial da Maia I, Sector IV Apartado 6110 e tem por objecto o comércio de Produtos Químicos.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro de disposições em vigor em Portugal, efectivas para os períodos iniciados a partir de 01 de Janeiro de 2010, nos termos do D.L. 158/2009, de 13/7 (SNC) e de acordo com o Aviso 15652/2009, de 7 de Setembro – estrutura conceptual, com aviso 15655/2009, de 7 de Setembro – normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), Portaria 986/2009, de 7 de Setembro – modelos de demonstrações financeiras, Portaria 1011/2009, de 9 de Setembro – código de contas, normas interpretativas, os quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística - SNC.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de Mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2014 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, deduzindo de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os activos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo modelo de custo, ou seja, registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas depreciações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com as taxas oficialmente autorizadas para cada grupo de bens.

Os custos com a manutenção e reparação e que não aumentem a vida útil destes activos são registados como gastos do período em que ocorrem. As benfeitorias e as beneficiações apenas são registadas como activo nos casos em que comprovadamente aumentem a sua vida útil ou aumentem a sua eficiência, traduzindo-se num acréscimo dos benefícios económicos futuros.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data da alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

b) Investimentos Financeiros

Não se verificaram.

c) Imparidade de Activos

A empresa avalia, à data do balanço, se há indícios de que algum activo possa estar em imparidade. Se existir algum indicador é estimada a quantia recuperável dos activos em causa a fim de se calcular a perda por imparidade. A perda por imparidade será calculada imediatamente na demonstração de resultados na rubrica "Perdas por Imparidade".

A reversão das perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se concluir que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram.

d) Locações

A classificação das locações como financeiras é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a empresa age como locatário são classificados como locações financeiras se, através delas, foram transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como activo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos Obtidos", e os juros e a depreciação do activo são registados como gasto do período a que respeitam.

Nas locações financeiras consideradas como operacionais, as rendas são consideradas como gastos na demonstração de resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

e) Inventário

As mercadorias encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como fórmula de custeio).

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.

A empresa utiliza o sistema de inventário Permanente.

f) Custos de empréstimos obtidos

Os juros e outros custos incorridos com empréstimos, designadamente, comissões bancárias e imposto selo e despesas similares, são reconhecidas pelo método de juro efectivo ao longo da vida desses financiamentos.



ANGELO COIMBRA & CA., LDA.

g) Instrumentos Financeiros

- Dívidas de Terceiros

Os saldos de clientes e outras dívidas a receber são registados ao custo (justo valor da retribuição a receber pela contrapartida do rédito decorrente da venda ou da prestação de serviços) deduzido de eventuais perdas de imparidade, reflectindo o valor realizável líquido.

- Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem a valores que podem ser mobilizados em qualquer altura sem risco de alteração do seu valor.

- Dívidas a Terceiros

As dívidas a terceiros são registadas ao custo. O seu ~~desreconhecimento~~ só ocorre quando cessarem todas as nossas obrigações contratuais.

- Empréstimos Obtidos

São registados no passivo ao custo e ~~desreconhecidos~~ quando cessarem as obrigações contratuais correspondentes. Consoante o vencimento desses empréstimos ocorra a menos ou mais de um ano, os mesmos são contabilizados como um passivo corrente ou não corrente.

h) Regime de Acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. Eventuais diferenças são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

i) Rédito

O rédito relativo a vendas, prestação de serviços e juros, decorrentes da actividade normal da empresa, é reconhecido nas demonstrações de resultados pelo justo valor - contraprestação recebida ou a receber. O rédito está sempre deduzido dos descontos e abatimentos acordados e não inclui IVA.

9



ANGELO COIMBRA & CA., LDA.

Os dividendos são reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito a receber o respectivo pagamento.

j) Subsídios do Governo

Os subsídios não reembolsáveis relativos aos activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios e posteriormente reconhecidos nas demonstrações de resultados numa base sistemática durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

k) Efeitos de alteração das taxas de câmbio

As transacções em moeda estrangeira encontram-se registadas em euros. A data de balanço são utilizadas as taxas de câmbio nessa data para reavaliar a quantia em aberto, sendo as diferenças de câmbio favoráveis ou desfavoráveis, apuradas em relação ao valor inicial ou do último balanço, reconhecidas como gastos ou perdas do período em que a reavaliação ocorre.

l) Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento são considerados gastos dos períodos abrangidos pelas presentes declarações financeiras e correspondem à soma dos impostos correntes e dos impostos diferidos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer referentes ao período corrente, quer referentes a períodos anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se espera vir a pagar.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando-se as taxas em vigor no regime geral de tributação.

m) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados são reconhecidos como gastos do período em que os respectivos serviços são prestados, por contrapartida dum passivo que se extingue com o respectivo pagamento.

As férias e os subsídios de férias vencem-se em 31 de Dezembro de cada ano civil pelo que foram considerados gastos do período.

10

n) Acontecimentos Subsequentes

Os acontecimentos e informações ocorridas após a data do balanço que proporcionem informações adicionais estão reflectidos nas demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método directo. Considerou-se na rubrica "caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa, depósitos bancários e outros instrumentos financeiros.

A demonstração de fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento.

3.3 Juízos de valor e estimativas na aplicação de políticas contabilísticas

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas e montantes reportados e foram determinados com base nos conhecimentos existentes e alguma experiência adquirida.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios contabilísticos recomendáveis.

3.5 Principais fontes de incerteza

Não é previsível a curto prazo qualquer alteração significativa nas estimativas de valores futuros que justifiquem ser reconhecidas nas demonstrações financeiras.

4. FLUXOS DE CAIXA

Na demonstração de fluxos de caixa, "Caixa e seus equivalentes", inclui:

	31-12-2013	31-12-2012
Caixa	67,19	294,21
Depósitos à Ordem	79.068,84	58.937,58
	79.136,03	59.231,79

5. POLITICAS CONTABILISTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILISTICAS E ERROS:

Durante o ano de 2013 não ocorreram quaisquer alterações nas políticas contabilísticas, face ao considerado na elaboração das contas do ano anterior, apresentadas para efeitos comparativos, nem foram detectados erros materiais relativos a períodos anteriores.

6. ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2013, nas rubricas dos activos fixos intangíveis e nas respectivas depreciações, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2012						
	Saldo em 01- JAN-12	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por Imperidade	Saldo em 31- DEZ-12
Custo:						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Trespessos	-	-	-	-	-	-
Software	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	574	-	-	-	-	574
Outros Activos Intangíveis	4.125	-	-	-	-	4.125
	4.698	-	-	-	-	4.698

Depreciações					
Acumuladas:					
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-
Trespases	-	-	-	-	-
Software	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	269	-	-	-	269
Outros Activos Intangíveis	3.000	-	-	-	3.000
	3.269	-	-	-	3.269

31 de Dezembro de 2013

	Saldo em 01- JAN-13	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Perdas por Imperidade	Saldo em 31- DEZ-13
Custo:						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Trespases	-	-	-	-	-	-
Software	-	7.159	-	-	-	7.159
Propriedade Industrial	574	-	-	-	-	574
Outros Activos Intangíveis	4.125	-	-	-	-	4.125
	4.698	7.159	-	-	-	11.857
Depreciações						
Acumuladas:						
Projectos de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Trespases	-	-	-	-	-	-
Software	-	-	-	-	-	-
Propriedade Industrial	269	-	-	-	-	269
Outros Activos Intangíveis	3.000	-	-	-	-	3.000
	3.269	-	-	-	-	3.269

13

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2013, nas rubricas dos activos fixos tangíveis e nas respectivas depreciações, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2012

	Saldo em 01-JAN-12	Aquisições	Abates	Depreciações	Saldo em 31-DEZ-12
Custo:					
Equipamento Básico	232.996	-	-	-	232.996
Equipamento Administrativo	158.139	4.051	-	-	162.190
Edifícios e Outras Construções	1.145.014	-	-	-	1.145.014
Equipamento de Transporte	504.111	293.728	-	-	797.839
Terreno e Recursos Naturais	369.835	-	-	-	369.835
Outros Activos Fixos Tangíveis	32.268	2.819	-	-	35.087
Equipamento Biológico	-	-	-	-	-
Investimento em curso	-	-	-	-	-
	2.442.383	300.598	-	-	2.742.981
Depreciações					
Acumuladas:					
Equipamento Básico	157.726	23.300	-	-	181.026
Equipamento Administrativo	136.121	16.221	-	-	152.342
Edifícios e Outras Construções	608.707	22.900	-	-	631.607
Equipamento de Transporte	476.386	27.725	-	-	504.111
Terreno e Recursos Naturais	-	-	-	-	0
Outros Activos Fixos Tangíveis	33.424	1.663	-	-	35.087
Equipamento Biológico	-	-	-	-	-
	1.412.364	91.809	-	-	1.504.173

14

31 de Dezembro de 2013

	Saldo em 01-JAN-13	Aquisições	Abates	Depreciações	Saldo em 31- DEZ-13
Custo:					
Equipamento Básico	232.996	-	-	-	232.996
Equipamento Administrativo	162.210	32887	-	-	214.897
Edifícios e Outras Construções	1.145.014	-	-	-	1.145.014
Equipamento de Transporte	797.839	83.860	394.882	-	486.817
Terreno e Recursos Naturais	369.835	-	-	-	369.835
Outros Activos Fixos Tangíveis	35.087	1.800	-	-	36.887
Equipamento Biológico	-	-	-	-	-
Investimento em curso	-	-	-	-	-
	2.742.981	138.347	394.882	-	2.486.446
Depreciações					
Acumuladas:					
Equipamento Básico	181.026	23.300	-	-	204.326
Equipamento Administrativo	152.342	21.488	-	-	173.830
Edifícios e Outras Construções	631.607	22.900	-	-	654.508
Equipamento de Transporte	504.111	39.322	315.699	-	227.735
Terreno e Recursos Naturais	0	-	-	-	0
Outros Activos Fixos Tangíveis	35.087	1.800	-	-	36.887
Equipamento Biológico	-	-	-	-	-
	1.504.173	108.810	315.699	-	1.297.284

15

8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

Os movimentos ocorridos durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, nas rubricas dos Outros Activos Financeiros, foram os seguintes:

	31-Dez-13		31-Dez-12	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Outros Activos Financeiros	7.004,48	-	7.004,48	-
Perdas por imparidade	-	-	-	-
acumuladas:	7.004,48	-	7.004,48	-

9. LOCAÇÕES
9.1 Locações Financeiras

São as seguintes quantias líquidas escrituradas para cada categoria de activo, nos anos 2013 e 2012.

	31-Dez-13	31-Dez-12
Equipamento de transporte	194.046,08	94.700,76

9.2 Descrição dos contratos de locação

Locadora	Data Início	Bem	Descrição	Valor
Millennium	01-01-12	Veículo	25-MM-27	16.678,56
Millennium	01-01-12	Veículo	36-MO-31	26.581,92
Popular	01-01-12	Veículo	96-MP-16	101.342,40
Popular	01-01-12	Veículo	96-MP-17	101.342,40
Popular	01-01-12	Reboque	SE 3094	28.031,67
Popular	01-01-12	Carroçaria	-	9.725,60
Popular	01-01-12	Carroçaria	-	9.725,60

16



ANGELO COIMBRA & CA., LDA.

10. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os empréstimos obtidos apresentavam a seguinte composição:

	31-DEZ-13	31-DEZ-12
Financiamentos Externos	1.038.248	1.209.879
Participantes de Capital	160.768	160.768

Os custos com os empréstimos são reconhecidos nas demonstrações financeiras dos períodos em que são facturados.

11. IMPARIDADE DE ACTIVOS

As perdas por imparidade referentes a contas de clientes tiveram os seguintes movimentos:

Perdas por Imparidades	31-DEZ-13	31-DEZ-12
Saldo a 1-Janeiro	322.639	398.601
Aumento	54.862	9.875
Reversão	(33.837)	(83.837)
Regularizações	-	-
	343.665	322.639

12. INVENTARIOS

Quantia total escriturada em inventários e respectiva discriminação:

	31-DEZ-13	31-DEZ-12
Mercadorias	720.595	815.564
Materiais-primas e Substâncias	-	-
Produtos Acabados	-	-
Obras em Curso	-	-
	720.595	815.564
Perdas por Imparidade de Inventários	-	-
	720.595	815.564

17



ANGELO COIMBRA & CA., LDA.

Quantia de inventários reconhecida como gastos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

Mercadorias		
	31-DEZ-13	31-DEZ-12
Inventário Inicial	815.564	976.907
Perdas por Imparidade	-	-
Compras	3.174.648	3.349.098
Receitas e Regularizações	-	-
Inventário Final	720.595	815.564
Gastos do Período	3.269.617	3.510.441

13. REDITOS

A empresa reconheceu os seguintes rditos nos exercicios findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012:

	31-DEZ-13	31-DEZ-12
Vendas:		
Mercadorias – Mercado Nacional	4.309.759	4.506.774
Mercadorias – Mercado Externo	12.370	278
Prestação de Serviços:		
Mercado Interno	8	-
Mercado Externo	-	2.336

14. EFEITOS DAS ALTERAÇÕES DE TAXAS DE CAMBIO

Os activos e passivos expressos originariamente em moeda estrangeira estão convertidos para euros, utilizando as cotações em vigor em 31 de Dezembro de 2013. Cotações utilizadas para a conversão das seguintes contas:

	31-DEZ-2013	31-DEZ-12
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	2.019	5.458
Diferenças de Câmbio Favoráveis	1.311	2.604

18



ANGELO COIMBRA & CA., LDA.

15. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

a) A taxa de IRC é de 25%. Nos termos do art.º 83.º do CIRC, encontramos-nos ainda sujeitos à tributação autónoma sobre os seguinte encargos:

Encargos com viaturas de passageiros e minis	10% / 20%
Despesas de representação	10%
Gastos com ajudas de custo e km/l. Quilométrico	5%

b) Os gastos com imposto sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 registados nas demonstrações financeiras, são as seguintes:

	31-DEZ-13	31-DEZ-12
Resultados antes de impostos	35.494,00	20.095,34
Matéria colectável	72.624,09	20.990
IRC Estimado	24.785,87	14.505
Tributação Autónoma estimada	12.545,65	8.942

16. CLIENTES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2013 e 2012, os clientes e outras contas a receber apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
	Corrente	Corrente
Clientes:		
Clientes conta corrente	1.663.112,21	1.628.475
Clientes - Títulos a receber	143.963,07	288.119
Clientes Cheques Pré - Datados	7.701,53	103.632
Clientes Títulos Descontados	(98.637,74)	(212.294)
Clientes cobrança Duvidosa	175.844,46	146.443
Clientes em litígio	175.717,46	175.717
	2.067.700,99	2.130.090
Perdas por imparidades acumuladas:	343.644,92	322.640
	1.724.056	1.807.450
Outras contas a receber:		

19



ANGELO COIMBRA & CA., LDA.

Devedores Diversos	447.320	467.336
Perdas por imparidade acumuladas		
	447.320	467.336

17. ESTADO E OUTROS ENTES PUBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012 a rubrica "Estado e Outros Entes Públicos" no Activo e no Passivo, apresentava a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Activo		
Imposto Sobre o Rendimento Das Pessoas Colectivas (IRC)	18.156	14.293
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Segurança Social	384	384
Outros Impostos e Taxas	-	-
	18.540	14.677
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares (IRS)	7.839	6.276
Imposto Sobre o Rendimento Das Pessoas Colectivas (IRC)	(3.428)	7.703
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	49.980	49.362
Segurança Social	14.342	14.438
Outros Impostos	390	488
	88.213	92.945

18. DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, os saldos da rubrica "Diferimentos" do activo e passivo foram como segue:

	31-12-2013	31-12-2012
Diferimentos (Activo)		
Valores a facturar	-	-
Seguros Pagos antecipadamente	-	-
Juros a pagar	-	-
Outros gastos a reconhecer	7.554	7.554
	7.554	7.554
Diferimentos (Passivo)		
Rendimentos a reconhecer	-	-
Outros Rendimentos a reconhecer	-	-

20



ANGELO COIMBRA & CA., LDA.

19. CAPITAL E RESERVAS

Capital – Em 31 de Dezembro de 2013, o capital social está totalmente subscrito e realizado, não tendo havido alterações na sua estrutura.

Quotas Próprias – A sociedade não detém quotas próprias.

Aplicação de Resultados – Conforme deliberado na Assembleia Geral de 31/03/2014, o resultado líquido de 28.708,13 foi proposto aplicar-se em Outras Reservas.

20. OUTRAS VARIAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, as restantes contas de Capitais Próprios apresentavam a seguinte composição:

	31-DEZ-13	31-DEZ-12
Resultados Transmitidos	5.644	5.644
Ajustamentos em Activos Financeiros	9.327	9.327
Excedentes de Reavaliação de activos fixos	590.971	590.971
	605.942	605.942

21. FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, os fornecedores e outras contas a pagar apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Fornecedores:		
Fornecedores Conta Corrente	1.345.259,91	1.356.512
Adiantamentos a Fornecedores	-	3,00
	1.345.259,91	1.356.517
Outras contas a pagar:		
Fornecedores de Investimentos	65.551,66	2.953
Devedores e credores por acréscimos	47.334,73	50.660
Outros	11.959,13	15.335
	124.875,57	68.949

22. ACCIONISTAS/SÓCIOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, a rubrica Accionistas/Sócios apresentava a seguinte composição:

Activo	31-DEZ-13		31-DEZ-12	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Outros Saldos Devedores	-	-	-	-
Passivo				
Outros Saldos Credores		12.000		12.601
		12.000		12.601

21



ANGELO COIMBRA & CA., LDA.

23. FORNECIMENTO DE SERVIÇOS EXTERNOS

Os gastos com os fornecimentos e serviços externos foram nos anos 2013 e 2012 os seguintes:

	31-DEZ-13	31-DEZ-12
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços Especializados	102.074	108.471
Matérias	15.969	19.100
Energia e fluidos	90.466	98.370
Deslocações, estadas e transportes	64.872	52.547
Serviços diversos	134.077	135.948
	407.458	414.336

24. BENEFÍCIOS COM OS EMPREGADOS

Os gastos com o pessoal nos anos 2013 e 2012 foram os seguintes:

	31-12-2013	31-12-2012
Remunerações dos Órgãos Sociais	74.158	77.000
Remunerações do Pessoal	247.641	254.835
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre Remunerações	71.103	72.313
Seguros	2.256	8.228
Higiene e Segurança	2.099	2.970
Outros Gastos com Pessoal	3.543	1.526
	400.805	417.072

Durante o ano de 2013, o número médio de passaos ao serviço da empresa foi de 19, sendo que no ano transacto este número foi de 19.

25. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, os outros gastos e perdas apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Impostos	17.014	16.333
Descontos Pronto Pagamento Concedidos	6.183	8.146
Dívidas Incobráveis	-	-
Perdas em Inventários	-	-
Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	2.019	5.458
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e Perdas em Imp. Não financeiros	27.277	30.766
Outros Gastos e Perdas	3.206	2.940
	55.699	63.633

22



ANGELO COIMBRA & CA., LDA.

26. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, os outros rendimentos e ganhos apresentavam a seguinte composição:

	31-12-2013	31-12-2012
Rendimentos Suplementares:	-	3.000
Descontos de Pronto pagamento obtidos	750	349
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em Investimentos	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias e associados	-	-
Rendimentos e Ganhos nos restantes Investimentos Financeiros	1.311	2.604
Rendimentos e Ganhos nos restantes Investimentos não Financeiros	33	24.662
Outros	36.435	50.627
	38.584	81.242

27. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, os juros e gastos similares suportados apresentavam a seguinte composição:

	31-DEZ-13	31-DEZ-12
Juros e Gastos Similares Suportados	-	-
Juros Suportados	67.589	67.584
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
	67.589	67.584

Não existe qualquer cobertura de risco de taxas de juro.

28. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, os juros, dividendos e rendimentos similares obtidos, apresentavam a seguinte composição:

	31-DEZ-13	31-DEZ-12
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-
Juros de financiamento obtidos	-	-



ANGELO COIMBRA & CA., LDA.

29. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do nº5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2011, a empresa não efectuou transacções com quotas próprias, sendo nulo o n.º de acções próprias detidas em 31 de Dezembro de 2013.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 5 alínea e) do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2013.

Neste exercício os Honorários dos Revisores Oficiais de Contas foram de 5.890 €.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram quaisquer factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos de disposto na alínea b) nº5 do Artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais.

Maia, 31 de Março de 2014

O Técnico Oficial de Contas

A Gerência

Anexo XXXVIII - Relatório de Gestão



ANGELO COIMBRA & CA., LDA.

Relatório de Gestão do Exercício Económico de 2013

Exmos. Senhores,

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de **V.Exas.** o Relatório de Gestão, o Balanço e as Contas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

1. Análise da Actividade da Empresa

No ano de 2013, o volume de negócios atingiu 4.322.137,23 Euros, apresentando uma diminuição de 4 % face ao ano anterior.

O Resultado Líquido da actividade neste exercício foi positivo em 28.708,13 Euros.

A gerência passa a evidenciar a situação da empresa comparativamente com o ano anterior:

Rubricas	2013	2012	%
Vendas de Mercadorias	4.322.137,23	4.509.388,46	-4,15
Outros Rendimentos e Ganhos	38.583,67	81.241,88	-52,50
CMVMC	3.269.616,54	3.510.440,55	-6,86
Fornecimento de Serviços Externos	407.458,23	414.336,01	-1,66
Custos com Pessoal	400.804,97	417.071,49	-3,90
Outros Gastos e Perdas	55.705,51	63.633,26	-12,46

O Capital Próprio aumentou para 1.469.684,28 Euros. O Activo totalizava em 31 de Dezembro de 2013 4.241.249,87 Euros, sendo os componentes principais: Activos Fixos Tangíveis que totalizavam 1.189.162,01 Euros e os Cliente 1.724.056,07 Euros.

E de evidenciar alguns aspectos relevantes que atestam a boa saúde da empresa. Assim:

Rácios

Solvabilidade	Ativo Total / Passivo Total	1,53
Autonomia Financeira	Capital Próprio / Ativo Total	35 %
Rotação de Existências	$C_{\text{mov}} / \text{Inventários}$	4,54
Tempo Médio de Cobranças	$(\text{Clientes} / \text{Vendas}) * 365$	146 Dias
Tempo Médio de Pagamentos	$(\text{Fornecedores} / (C_{\text{mov}} + \text{Fsa})) * 365$	135 Dias

Verificamos pois que o Activo Líquido suplanta em 1,5 vezes o Passivo Total, os Capitais Próprios representam 35 % do Activo Total, o que significa uma excelente cobertura. As existências rodam 4,54 vezes ao Ano, o que no sector onde a organização está inserida, é bastante bom e assegura Inventários de qualidade, isto é, actualis e de qualidade. O tempo médio de Cobranças e Pagamentos, embora longo, estão ajustados e são próprios do sector, permitindo assim uma Gestão Financeira tranquila.

De referir também que:

- 1 – Não existe qualquer tipo de informação negativa, nomeadamente qualquer litígio;
- 2 – Meios Financeiros Libertos – 137.500 euros.

2. Factores Relevantes Ocorridos Após o Termo do Exercício

Nos primeiros meses do ano não ocorreram factos dignos de registo.

3. Evolução Previsível para 2014

Perante uma conjuntura difícil que desde há anos se faz sentir e se prevê que continue em 2014, a empresa está a analisar e definir as políticas mais adequadas à situação do mercado, a fim de procurar manter ou alargar o bom andamento dos negócios.

4. Quotas e Acções Próprias

Não houve qualquer alteração na detenção dos Capitais Próprios.

5. Autorizações Concedidas

Não foram concedidas quaisquer autorizações para negócios entre a sociedade e os seus administradores, nos termos do art.º 397 do Código das Sociedades Comerciais.

6. Proposta de Aplicação de Resultados

7. Art. 21º do Decreto-Lei nº 411/91

Dando cumprimento ao disposto no art. 21 º do Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, declara-se que não existem dívidas em mora à Segurança Social.

8. Agradecimentos

A gerência não quer deixar de expressar o seu agradecimento pela confiança demonstrada pelos clientes, fornecedores e restantes entidades, agradecendo também a todos os colaboradores pelo interesse e dedicação demonstrados ao longo do ano.

Maia, 31 de Março de 2014

A Gerência,

Anexo XXXIX - Minuta da Circularização

(Data)

Assunto: Confirmação de saldos

Exmos. Senhores,

Os nossos Revisores Oficiais de Contas,

VELOSA, SILVA E MARQUES, S.R.O.C.

Edifício do Centro Comercial Brasília

Praça Mouzinho de Albuquerque, 113 - 4ºAndar, Sala 807

4100 - 359 Porto

Tel.: 226 054 582 Fax: 226 006 194

E-Mail: velosa.silva.marques@gmail.com

estão a proceder à auditoria das nossas demonstrações financeiras e gostariam de obter extrato(s) de conta(s) corrente(s) com detalhes dos saldos existentes nos vossos livros à data de 30-11-2012.

Este pedido corresponde a uma necessidade urgente dos nossos Revisores, pelo que agradecemos que lhes seja enviada uma resposta, com a maior brevidade possível, podendo utilizar-se o fax ou e-mail acima indicados, (com cópia para nós) .

Sem outro assunto, subscrevemo-nos com os melhores cumprimentos,

De V. Exas.

Atentamente

Anexo XL – Modelo 10

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS		Comprovativo de Entrega da Declaração Modelo 10 Via Internet				
AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA		Elementos para validação do Comprovativo				
DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS E RETENÇÕES - IRS/IRC		N.º de Contribuinte: 500021287				
MODELO 10 (Art. 118.º, n.º 1, al. c) e d) e n.º 11 do Código de IRS) (Art. 128.º do Código do IRC)		Identificação da Declaração		Cód. Validação: DQUFWNVFLEJ		
		Ano		Data de Receção		
		2013		2014-02-26		
		Para validar este comprovativo aceda ao site www.portaldasfinancas.gov.pt , opção "Serviços" > "Outros Serviços" > "Validação de Documento" e introduza o n.º de contribuinte e código de validação acima mencionados. Verifique que o documento obtido corresponde a este comprovativo.				
http://www.portaldasfinancas.gov.pt						
2	IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO					
1	NOME			NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL		
	ANGELO COIMBRA E CIA LDA			2 500021287		
4	IMPORTÂNCIAS RETIDAS					
TIPO DE RENDIMENTOS / RETENÇÕES NA FONTE				VALOR		
A	- TRABALHO DEPENDENTE			01		
B	- RENDIMENTOS EMPRESARIAIS E PROFISSIONAIS			02	1.091,05	
E	- OUTROS RENDIMENTOS DE CAPITAIS			03		
EE	- SALDOS CREDORES CIC (Art.º 12.º-A, n.º 3, alínea a) do Decreto-Lei 42/91, de 22 de Janeiro)			04		
F	- PREDIAIS			05		
G	- INCREMENTOS PATRIMONIAIS			06		
H	- PENSÕES			07		
	RETENÇÕES DE IRC (Art.º 94.º do CIRC)			08	3.750,00	
	SOMA (01 a 08)			09	4.841,05	
	RETENÇÕES A TAXAS LIBERATÓRIAS			10		
	COMPENSAÇÕES DE IRS / IRC			11		
	TOTAL (09 + 10 - 11)			12	4.841,05	
	RETENÇÃO DA SOBRETAXA			13		
TOTAL DOS RENDIMENTOS						
TIPO DE RENDIMENTOS / RETENÇÕES NÃO LIBERATÓRIAS		REND. ANOS ANTERIORES	REND. DO ANO	CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS	QUOTIZAÇÕES SINDICAIS	RETENÇÃO DA SOBRETAXA
A	- TRABALHO DEPENDENTE					
B	- RENDIMENTOS EMPRESARIAIS E PROFISSIONAIS			0,00	12027,75	0,00
E	- OUTROS RENDIMENTOS DE CAPITAIS					
EE	- SALDOS CREDORES CIC					
F	- PREDIAIS					
G	- INCREMENTOS PATRIMONIAIS					
H	- PENSÕES					
R	- RETENÇÕES DE IRC (Art.º 94.º do CIRC)			0,00	15000,00	0,00

Anexo XLI - Intrastat

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

WEBINQ@INE.PT 218 426 307

Navegação : Unidades inquiridas

01 500021287 - ANGELO COIMBRA & CA LDA

NPC/NIF	500021287
Nome	ANGELO COIMBRA & CA LDA
Telefone	229479249
FAX	225100341
E-mail	
CAE Rev 3	46750 - Comércio por grosso de produtos químicos

Responder Entregas Aderentes secundários Unidades dependentes Alterar dados

Responder a inquéritos

A DECORRER

Unidade	Inquérito	Prazo
01 500021287	INTRA-CH 2014 - Nov	15-12-2014
01 500021287	INTRA-CH 2014 - Dez	15-01-2015

Corrigir ou consultar resposta já efetuada

Utilize a opção Entregas para consultar ou corrigir uma resposta efetuada.

Aderente Sair

RUI PEDRO RIOS OLIVEIRA

financeiro@angelocoimbra.pt

- Alterar password
- Alterar dados pessoais

Consultar

- Unidades inquiridas
- Mensagens
- Perguntas frequentes

Executar

- Ativar chave-mestra
- Ativar inquérito
- Associar empresa
- Responder via ficheiro XML

Interagir

- A minha opinião
- Apoio ao aderente

INTRASTAT - Fluxo de Chegada

2014 - Jan 01 500021287 ANGELO COIMBRA & CA LDA

Sair

Início / Lista de Adições Adições Agregadas Notas Ajuda

Fluxo de Chegada - Questionário Normal (modo de Consulta)

Todos os registos.
 Todos os registos com Erros Fatais.
 Todos os registos com Erros de Aviso.

Total do Valor Faturado: 149 040 € Total Massa Líquida: 205 866,000 Kg Total Adições: 35

Observações:

Saltar para adição #: Ir Nº de Adições a Mostrar: 50

▲ Nº Ad. ▼	Ref.	∟ NC ▼	País	País Orig.	Região	Cond. Entr.	Nat. Trans.	Modo Transp.	Porto/ Aerop.	Massa Líquida	Unidades Supl.	Valor Faturado
1		29152100	ES	ES	13	CIF	11	3		22 960,000		11 824
2		38099100	DE	DE	13	CIP	11	3		630,000		1 156
3		28311000	DE	DE	13	CIP	11	3		1 800,000		2 484
4		28311000	DE	DE	13	CIP	11	3		21 600,000		27 648
5		38029000	FR	FR	13	CPT	11	3		11 259,000		6 556
6		39129090	FR	FR	13	CPT	11	3		3 600,000		7 740

Anexo XLII - Banco de Portugal

Banco de Portugal

EUROSISTEMA

Comunicação de operações e posições com o exterior

Ajuda

Empresa 500021287 - ANGELO COIMBRA E CIA LDA

Período Janeiro 2014 OK

IMPORTAR FICHEIRO

GUARDAR FICHEIRO

REPLICAR POSIÇÕES DO MÊS ANTERIOR

SUBMITER

SAIR

Comunicação de operações e posições com o exterior - COPE

Editar	Duplicar	Data Operação	Tipo Valor	Classificação Estatística	Tipo Conta	Pais Contraparte	Divisa	Montante	Estado	Remover	Ação
		2014/01/07	Saída	B2220	Interna	DEU	EUR	14 477	Reportada		-
		2014/01/13	Saída	B2220	Interna	SWE	EUR	14 765	Reportada		-
		2014/01/15	Saída	B2220	Interna	DEU	EUR	14 763	Reportada		-
		2014/01/16	Saída	B2220	Interna	ITA	EUR	16 216	Reportada		-
		2014/01/16	Saída	B2220	Interna	DEU	EUR	34 007	Reportada		-
		2014/01/16	Saída	B2220	Interna	ESP	EUR	8 814	Reportada		-
		2014/01/16	Saída	B2220	Interna	ESP	EUR	695	Reportada		-
		2014/01/16	Saída	B2220	Interna	DEU	EUR	1 421	Reportada		-
		2014/01/29	Saída	B2220	Interna	NLD	EUR	16 851	Reportada		-
		2014/01/29	Saída	B2220	Interna	FRA	EUR	18 081	Reportada		-

1 2 3

Criar COPE

Filtrar COPE

Ver Tudo

Consulta de operações liquidadas através de instituições financeiras residentes - COL

Utilizar	Instituição Financeira	Data Operação	Tipo Valor	País Liquidação	Divisa	Montante	Contravalor (Euros)	Estado	Ação
	BCP	2014/01/07	Saída	DEU	EUR	14 477	14 478	Utilizada	-
	BCP	2014/01/13	Saída	DEU	EUR	14 765	14 766	Utilizada	-
	BCP	2014/01/15	Saída	DEU	EUR	14 763	14 764	Utilizada	-
	BCP	2014/01/16	Saída	DEU	EUR	34 007	34 008	Utilizada	-
	BCP	2014/01/16	Saída	ITA	EUR	16 216	16 216	Utilizada	-
	CGD	2014/01/16	Saída	ESP	EUR	8 814	8 814	Utilizada	-
	CEMG	2014/01/16	Saída	ESP	EUR	695	696	Utilizada	-
	CEMG	2014/01/16	Saída	DEU	EUR	1 421	1 422	Utilizada	-
	CEMG	2014/01/17	Saída	DEU	EUR	68	68	Não Utilizada	-
	BAPOD	2014/01/23	Entrada	ESP	EUR	2 633	2 634	Não Utilizada	-

1 2

Filtrar COL

Ver Tudo

Comunicação de operações e posições com o exterior - COPE (Detalhe)

Código 1004770	Origem (COL) Banco: BCP Data Operação: 2014/01/16 Tipo Valor: Saída País Liquidação: DEU Divisa: EUR Montante: 34007.00
Data da Operação 2014-01-16	
Tipo de valor S - Saída	
Classificação estatística B2220 - Exportação/importação de moeda com curso legal em Portugal com movimentação de contas de/em correspondentes estrangeiros	
Tipo de conta I - Conta interna	
Instituição financeira 0033 - BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, SA	
País da conta PRT - Portugal	
Divisa EUR - Euro	
Montante 34007.00	
País da entidade de contraparte DEU - Alemanha	
País da entidade do ativo financeiro	
NPC do 2º interveniente	Observações
Data de vencimento	